



**Universidade Federal do Pará**  
**Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares**  
**Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Amazônia Oriental**  
**Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas**  
**Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável**

**Luciana Moreira dos Reis**

**Empoderamento de mulheres no sindicalismo de trabalhadores e trabalhadoras rurais  
de Marabá (PA)**

**Belém**

**2018**

**Luciana Moreira dos Reis**

**Empoderamento de mulheres no sindicalismo de trabalhadores e trabalhadoras rurais  
de Marabá (PA)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, na Área de Concentração Interdisciplinar, da Universidade Federal do Pará – UFPA e Embrapa Amazônia Oriental, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável

Orientador: Prof. Dr. Gutemberg Armando Diniz Guerra

**Belém**

**2018**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- R375e      Reis, Luciana Moreira dos  
              Empoderamento de mulheres no sindicalismo de trabalhadores e trabalhadoras rurais de Marabá (PA) /  
Luciana Moreira dos Reis. — 2018  
              101 f. : il. color
- Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas (PPGAA), Instituto  
Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.  
              Orientação: Prof. Dr. Gutemberg Armando Diniz Guerra
1. Mulheres. 2. Empoderamento. 3. Relações de gênero. 4. Sindicalismo de trabalhadores e trabalhadoras  
              rurais. I. Guerra, Gutemberg Armando Diniz, *orient.* II. Título
- 

CDD 301

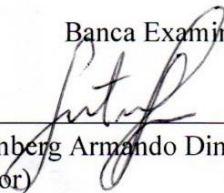
**Luciana Moreira dos Reis**

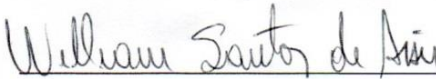
**Empoderamento de mulheres no sindicalismo de trabalhadores e trabalhadoras rurais  
de Marabá (PA)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, na Área de Concentração Interdisciplinar, da Universidade Federal do Pará – UFPA e Embrapa Amazônia Oriental, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

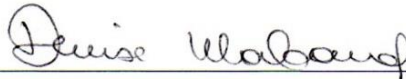
Data da Aprovação. Belém – PA: 14/03/2018

Banca Examinadora

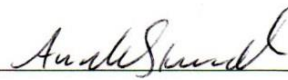
  
\_\_\_\_\_  
Dr. Gutemberg Armando Diniz Guerra  
(Orientador)  
PPGAA/UFPA

  
\_\_\_\_\_

Dr. William Santos de Assis  
(Membro Titular Interno)  
PPGAA/UFPA

  
\_\_\_\_\_

Dra. Denise Machado Cardoso  
(Membro Titular Externo)  
PPGSA/UFPA

  
\_\_\_\_\_

Dra. Angela May Steward  
(Membro Suplente)  
PPGAA/UFPA

*À Raimundinha Solino (em memória),*

*Em nome de toda mulher trabalhadora rural;*

*À Beta Moreira (em memória);*

*Ao Ademir Martins;*

*Ao Victor Martins;*

*Ao Mauro Silva;*

***DEDICO***

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, inteligência suprema, causa primária de todas as coisas.

Agradeço a Jesus, tipo mais perfeito que Deus ofereceu ao homem para lhe servir de guia e de modelo.

Agradeço à Espiritualidade Superior, que sempre me acompanhou ao longo da minha vida, intuindo-me e iluminando-me.

Agradeço a minha mãe querida, Beta Moreira (em memória), por todos os ensinamentos que recebi e por ter me incentivado a fazer o mestrado do NEAF, em 2004. Um sonho meu antigo que ficou adormecido por longos anos... E que agora finalmente consegui realizar, recebendo os essenciais incentivos espirituais dela, de algum lugar de onde agora vive. Minha mãe foi citada em diversas entrevistas que realizei, como uma das protagonistas da história de luta das mulheres de Marabá, bem como aparece na dissertação através da Comenda “Beta Moreira”.

Agradeço a meu pai, Ademir Martins dos Reis, importante político do sudeste paraense, por todos os ensinamentos que recebi, e que também foi citado nas entrevistas, como militante da luta por uma sociedade mais justa e igualitária, tendo, inclusive, participado da reunião de fundação do sindicato pesquisado.

Agradeço aos familiares que colaboraram para que a pesquisa fosse realizada: irmã Rita, irmão Ademirzinho; avó Deolinda, avô Edézio (em memória), avó Izabel, avô Albertino (em memória); tias Ana Cleide, Isabel, Ilce, Cida, Lurde, Maria, Cláudia, Dió, Conceição, Adé; tios Haroldo, Albertino Junior, Valdez, Pedro e Stélio; prima Juliana e demais familiares.

Agradeço às trabalhadoras e trabalhadores da Sociedade Espírita Renascer (Marabá) e do Grupo de Pais da Instituição Assistencial Espírita Lar de Maria (Belém). Em especial à Marluce, Guta, Cynthia, Carlos, Patrícia, Felix Junior, Pedro Leite e Gesson.

Agradeço às(os) amigas(os) queridas(os) Joelma, José da Cruz, Matheus, Olga Beatriz, dona Maria, Nilde, Geny, Maira Gaia, Waldiléia Amaral e Manuel Amaral.

Agradeço à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará – EMATER PARÁ, por me liberar oficialmente para cursar o mestrado, bem como às(os) seguintes colegas de trabalho: Franceli, Genival, Leiva, Lélia, Iale, Zélia, Glauco, Nelson Jean, Francisca, Cristóvão, Jonas, Damião, Carlos Eduardo, William Guimarães, França, Rosângela Barros, Estela Palmeira, Paulo Lobato, Rosival e Paulo Pedroso.

Agradeço ao meu querido orientador Gutemberg Armando Diniz Guerra, por sua competência, sabedoria e paciência, nesse processo de construção da dissertação. Obrigada por compreender e respeitar o meu tempo, o que incluiu mergulhar nas minhas memórias familiares mais profundas. Obrigada pelas maravilhosas disciplinas “Natureza, agricultura e

artes” e “Organizações camponesas e patronais no meio rural brasileiro”. Obrigada também pelos momentos em Cuiarana, no Alto dos Pinheiros e no Lolicas.

Agradeço à Universidade Federal do Pará, às(os) servidoras(es) do INEAF, ao corpo docente do PPGAA, aos colegas da turma MAFDS 2016, em especial à Alciene e ao Hueliton.

Agradeço à professora Maria Angélica Motta-Maués, por me acolher nos *Seminários Angel*, e por todo o aprendizado que adquiri com o “miúdo” da Antropologia, bem como agradeço às colegas maravilhosas dos *Seminários Angel*.

Agradeço à professora Denise Machado Cardoso, por também me acolher, nos Estudos de Gênero, disciplina fundamental para ampliar minha mente e colaborar na construção da minha maturidade acadêmica.

Agradeço à professora Maria Luzia Miranda Álvares, coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Eneida de Moraes sobre Mulher e Relações de Gênero – GEPEM/UFPA, por ser um exemplo de vida. Obrigada por tudo que aprendi em cada evento que participei organizado pelo GEPEM.

Agradeço à professora Denise Machado Cardoso e ao professor William Santos de Assis, por participarem da banca de qualificação e de defesa final da dissertação. Na banca de qualificação, forneceram aportes valiosos que colaboraram para definir o rumo a seguir.

Agradeço à professora Angela May Steward por aceitar participar das bancas (qualificação e defesa final), na condição de suplente.

Agradeço às integrantes do GT de Gênero da ABA (Associação Brasileira de Agroecologia) pelos debates que participei no IX CBA (Belém-PA) e no X CBA (Brasília-DF).

Agradeço à professora Emma Siliprandi, pelo estímulo que recebi na oportunidade que tive de conhecê-la pessoalmente.

Agradeço aos familiares de Miriam Chaves, em especial à Kelvia Chaves e à Gláucia Chaves. Agradeço a todas as lideranças (políticas, acadêmicas e de movimentos sociais) que gentilmente colaboraram com a pesquisa, através da disponibilidade de serem entrevistadas. Agradeço à diretoria atual do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Município de Marabá (PA), bem como às(aos) dirigentes de gestões anteriores, em especial às guerreiras Dijé e Marta.

Agradeço ao meu filho Victor Martins, por ser “*um cara altamente concentrado*” e por colaborar diariamente no meu processo de evolução. Ah, também agradeço a ele por ter compreendido que precisaríamos nos mudar de Marabá para Belém, para que eu pudesse cursar o mestrado. Muito obrigada!

Para concluir, agradeço ao meu marido Luis Mauro Santos Silva, por sempre acreditar em mim, por seu amor diário e por suas preciosas dicas acadêmicas.

## **Sem Medo de Ser Mulher**

**Zé Pinto**

**Pra mudar a sociedade do jeito que a gente quer**

**Participando sem medo de ser mulher**

Por que a luta não é só dos companheiros

Participando sem medo de ser mulher

Pisando firme sem medir nenhum segredo

Participando sem medo de ser mulher

**Pra mudar a sociedade do jeito que a gente quer**

**Participando sem medo de ser mulher**

Pois sem mulher a luta vai pela metade

Participando sem medo de ser mulher

Fortalecendo os movimentos populares

Participando sem medo de ser mulher

**Pra mudar a sociedade do jeito que a gente quer**

**Participando sem medo de ser mulher**

Na aliança operária camponesa

Participando sem medo de ser mulher

Pois a vitória vai ser nossa com certeza

Participando sem medo de ser mulher.



## RESUMO

O objetivo da dissertação foi analisar o processo de empoderamento das mulheres dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Marabá. Para essa pesquisa, o empoderamento foi considerado como ampliação do poder, nas dimensões econômica, pessoal, social e política. A pesquisa é um estudo de caso do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Marabá (PA), com abordagem qualitativa. A metodologia abrangeu pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo. A coleta de dados ocorreu através de: a) pesquisa documental no acervo do sindicato pesquisado e no acervo da Comissão Pastoral da Terra; b) pesquisa de campo, através de entrevista não-diretiva com 18 pessoas, sendo 11 mulheres e 07 homens. Com o desenvolvimento da pesquisa, identificou-se que as mulheres do STTR de Marabá participaram de lutas e embora obtivessem conquistas, foram vítimas de discriminação e violência doméstica no âmbito e decorrer da militância sindical. Isso é reflexo do caráter processual do empoderamento, sendo esse processo complexo e marcado por contradições, avanços e recuos. O combate à violência doméstica foi um dos indicadores de empoderamento mais citados nas entrevistas realizadas, em todas as suas formas: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. O principal desafio das mulheres é continuar lutando, através de uma agenda permanente, para superar a violência doméstica e a discriminação, garantindo que prevaleça um trabalho de parceria e respeito entre as mulheres e homens do sindicato pesquisado.

**Palavras-chave:** Mulheres. Empoderamento. Relações de gênero. Sindicalismo de trabalhadores rurais.

## ABSTRACT

The goal of this paper was to analyze the empowerment process of the leader's women of the rural workers (masculine and female) from Marabá. For this research, the empowerment was considered as an implication of power on the economic, personal, social and political dimensions. The methodology covered bibliographic and documental research and camp research. The data collected occurred by: a) Documental research on the collection of the union researched and of the collection of the Pastoral Land Commission (CPT). b) Camp research, through non-directed interview with 18 people; 11 women and 07 men. With the development of the research, was identified that the women of the STTR from Marabá participated of struggles and although they achieved achievements, were victims of discrimination and domestic violence in the scope and course of the union militancy. This is a reflex of the processual character of the empowerment, being this process complex and marked by contradictions, advances and retries. The fight against the domestically violence was one of the most cited indicators of empowerment on the interviews realized in all its forms: physical, psychological, sexual, patrimonial and moral. The principal challenge of the women is to continue fighting through a permanent agenda for overcome the domestic violence and the discrimination, ensuring that a partnership and respect between the women and men of the union surveyed.

**Keywords:** Women. Empowerment. Gender relations. Union of the rural workers.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 01</b> Mapa de localização geográfica de Marabá (PA).....	21
<b>Figura 02</b> Dona Dijé comercializando produtos na Feira da Agricultura Familiar, Marabá (PA).....	25
<b>Figura 03</b> Cartaz da 5ª Marcha das Margaridas.....	39
<b>Figura 04</b> Esquema da evolução das entidades de representação no sudeste do Pará.....	42
<b>Figura 05</b> Sede do Sindicato, Marabá (PA).....	50

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 01</b> Diretoria do STTR de Marabá (quadriênio 2015-2019).....	17
<b>Quadro 02</b> Relação das (os) entrevistadas (os).....	28
<b>Quadro 03</b> Comparativo entre as variáveis que se destacaram na análise dos dados dos dois grupos pesquisados.....	34
<b>Quadro 04</b> Principais ocorrências do STR de Marabá.....	49

## LISTA DE SIGLAS

CEB – Comunidade Eclesial de Base

CEPASP – Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular

CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros

CNTTR – Congresso Nacional das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

COOCAT – Cooperativa Camponesa do Araguaia Tocantins

CPT – Comissão Pastoral da Terra

DPMR – Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas

EFA – Escola Família Agrícola

EMATER PARÁ – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará

FATA – Fundação Agrária do Tocantins Araguaia

FECAP – Federação das Centrais e Uniões de Associações do Estado do Pará

FECAT – Federação de Cooperativas do Araguaia-Tocantins

FETAGRI – Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Pará.

FETRAF – Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MEB – Movimento de Educação de Base

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MSTTR – Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

SOF – Sempreviva Organização Feminista

SR-27 – Superintendência Regional do INCRA Sul do Pará

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>2. DELINEAMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	20
2.1. O MUNICÍPIO DE MARABÁ E O CONTEXTO DA PESQUISA.....	20
2.2. AS ETAPAS DA PESQUISA.....	21
2.2.1. Caminhos da construção empírica.....	21
2.2.2. Procedimentos metodológicos.....	25
<b>3. EMPODERAMENTO, RELAÇÕES DE GÊNERO E AGRICULTURA FAMILIAR</b> .....	31
3.1 MULHERES, HISTÓRIA E EMPODERAMENTO.....	31
3.2 RELAÇÕES DE GÊNERO E AGRICULTURA FAMILIAR.....	36
<b>4. REFLEXÕES SOBRE O SINDICALISMO DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS NO BRASIL</b> .....	41
4.1 BREVE HISTÓRICO SOBRE O SINDICALISMO DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS.....	41
4.2 A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO SINDICALISMO DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS.....	44
4.3 O SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DE MARABÁ.....	47
<b>5. AS MULHERES DO SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DE MARABÁ</b> .....	54
5.1 A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA ESTRUTURA DO SINDICATO.....	54
5.2 AS MULHERES NA PERSPECTIVA DAS LIDERANÇAS SINDICAIS.....	60
5.3 AS MULHERES DO SINDICATO CONSTRUINDO EMPODERAMENTO.....	66
<b>6. CONCLUSÕES</b> .....	77
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	80
APÊNDICE A.....	87
APÊNDICE B.....	88
APÊNDICE C.....	90
APÊNDICE D.....	91
APÊNDICE E.....	92
APÊNDICE F.....	93
APÊNDICE G .....	95
ANEXO A.....	96
ANEXO B.....	100

## 1. INTRODUÇÃO

As relações de gênero ocorrem socialmente, sendo caracterizadas geralmente pela dominação masculina. Esse debate tem sido feito por diversas (os) autoras(es), dentre as quais Cardoso (2011), que considera a utilização da lógica do patriarcado como origem da dominação masculina, uma vez que, a partir da visão dualista de que o homem é mais humano que a mulher, ela estaria sujeita a tal dominação. Para Piscitelli (2009), o patriarcado situa e confina a mulher no mundo privado e doméstico, uma vez que o espaço público é considerado masculino.

No meio rural, as relações de gênero são influenciadas por variáveis diversas, dentre as quais a divisão sexual do trabalho e predominância dos homens nas organizações sociais, como os sindicatos de trabalhadores rurais. Cabe às mulheres cuidar do espaço doméstico e dos filhos, deixando a tomada de decisão para o “chefe de família”. Contudo, existem, no Brasil, movimentos de mulheres lutando em busca de sua autonomia, empoderamento e melhoria de qualidade de vida. Em relação ao empoderamento, é compreendido de maneiras diversas, sendo apropriado até mesmo por organizações financeiras como o Banco Mundial (ROMANO; ANTUNES, 2002).

A temática geral dessa pesquisa é o processo de empoderamento de mulheres no sindicalismo de trabalhadores e trabalhadoras rurais, sendo que o empoderamento é considerado como ampliação do poder, em quatro dimensões – econômica, pessoal, social e política – conforme explicado por Brumer e Anjos (2010):

Na dimensão **econômica**, consideram-se as perspectivas de aumento da renda, da quantidade e qualidade nutricional dos alimentos e da qualidade de vida da família, assim como o controle das mulheres sobre os resultados econômicos de seu trabalho. A dimensão **pessoal** compreende o aumento da auto-estima e da autoconfiança. Nas dimensões **social** e **política**, focaliza-se a capacidade das mulheres de mudar e questionar sua submissão em todas as instâncias em que ela se manifesta, assim como a ampliação de sua participação em instâncias de poder (BRUMER; ANJOS, 2010, p. 221, grifo nosso).

Segundo Scott: “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1990, p. 14). Rosaldo e Lamphere (1979) destacam como fato universal na vida social o domínio masculino, de alguma forma, em todas as sociedades contemporâneas, além do que os papéis que as mulheres possuem como esposas

e mães serem considerados inferiores aos dos homens. Piscitelli (2009) reforça a relação desigual de poder entre homens e mulheres, esclarecendo ainda sobre o termo gênero:

Quando as distribuições desiguais de poder entre homens e mulheres são vistas como resultado das diferenças, tidas como naturais, que se atribuem a uns e outras, essas desigualdades também são “naturalizadas”. O termo *gênero*, em suas versões mais difundidas, remete a um conceito elaborado por pensadoras feministas precisamente para desmontar esse duplo procedimento de naturalização mediante o qual as diferenças que se atribuem a homens e mulheres são consideradas inatas, derivadas de distinções naturais, e as desigualdades entre uns e outras são percebidas como resultado dessas diferenças. Na linguagem do dia a dia e também das ciências a palavra sexo remete a essas distinções inatas, biológicas. Por esse motivo, as autoras feministas utilizaram o termo *gênero* para referir-se ao caráter cultural das distinções entre homens e mulheres, entre ideias sobre feminilidade e masculinidade (PISCITELLI, 2009, p. 119).

Na agricultura familiar, as relações de gênero são caracterizadas por divisão sexual do trabalho bem definida e naturalizada, na qual pode predominar o discurso de que os homens são responsáveis pelo trabalho produtivo e as mulheres são responsáveis pelo trabalho reprodutivo. O trabalho produtivo refere-se à agricultura, à pecuária e demais atividades associadas ao mercado enquanto que o trabalho reprodutivo refere-se ao trabalho doméstico, o cuidado da horta e dos pequenos animais, além da reprodução da própria família, pelo nascimento e cuidado dos filhos (NOBRE, 2005). Ainda que a mulher desenvolva atividades consideradas produtivas, como no roçado, por exemplo, o seu trabalho é classificado como *ajuda*. Contudo, no cotidiano, as agricultoras familiares também trabalham na produção, contribuindo no mesmo patamar que os agricultores, tendo, inclusive, sobrecarga de trabalho. Beauvoir (2009), em sua obra atemporal, é precisa ao dizer que:

Nos campos, a camponesa participa de modo considerável do trabalho rural; é tratada como servente; frequentemente não come à mesa com o marido e os filhos, pena mais duramente do que eles, e os encargos da maternidade acrescentam-se a suas fadigas (BEAUVOIR, 2009, p. 165).

Dantas (2015) complementa a discussão sobre a divisão sexual do trabalho no campo:

El área de cultivo es el espacio de producción de gran escala, donde se planta mandioca, frijol, maíz y cereales, considerados esenciales para la supervivencia de la familia y, por esto, es considerado como lugar de trabajo. Por demandar el uso de herramientas mecánicas de gran porte, como la cavadora, el arado y la recolectora, es considerado son una obligación masculina, realizada por los hombres de la familia, especialmente el padre. Cuando las mujeres ejecutan actividades en este espacio, su trabajo es considerado una “ayuda”, un complemento al trabajo masculino. Por otro



lado, la casa se presenta como el lugar de la mujer, donde las actividades realizadas son consideradas un no trabajo (DANTAS, 2015, p. 47).

Em estudo realizado por Mourão (2004) no município de Abaetetuba (PA) sobre a análise das estratégias de produção e reprodução da agricultura familiar, foram identificados os limites e potencialidades para a implantação de agroecossistemas. Constatou-se que nenhuma das mulheres entrevistadas participara de treinamentos sobre a implantação e manejo dos sistemas agroflorestais, como também não houve participação das mulheres na escolha das áreas e no monitoramento dos consórcios e sistemas agroflorestais. Essas decisões foram exclusivamente masculinas. Esse exemplo corrobora o pensamento de Nobre (2005) apresentado anteriormente.

Em relação à participação de mulheres no movimento sindical de trabalhadores rurais, Guerra (2013), estudando o sudeste paraense, enfatiza o esforço realizado pelas organizações sindicais para o engajamento das mulheres no movimento, através da sindicalização das mesmas, promoção de reuniões específicas de mulheres, dentre outras atividades. “Embora difícil e lenta, a manifestação da mulher nos sindicatos vem se dando efetivamente, denotando mudanças qualitativas importantes no sindicalismo rural” (GUERRA, 2013, p. 121).

Amaral (2007) verificou que as mulheres, em sua maioria, encontram-se em cargos de menor importância<sup>1</sup> na hierarquia das estruturas sindicais, como Secretária de Mulheres e Jovens, Secretária de Políticas Sociais e Secretária de Organização e Formação. Apesar disso, a participação das mulheres nos sindicatos de trabalhadores rurais proporcionou avanços, tais como: a criação de cotas para mulheres, mudança no comportamento dos dirigentes e na dinâmica das reuniões e o debate de novos temas de interesse feminino direto como violência contra as mulheres e saúde reprodutiva (AMARAL, 2007).

Boni (2004) argumenta que a busca pelo poder dentro dos sindicatos ocorre através do discurso da capacidade da mulher e a viabilização desse discurso se dá por meio da ocupação de cargos na direção. Ainda segundo Boni (2004) as mulheres muitas vezes são admitidas como companheiras de luta, mas não de poder, o que se evidencia na dificuldade da discussão sobre as cotas mínimas de participação de mulheres nas direções: “Há os que sustentam – e entre eles mulheres – que a política de cotas pode se transformar numa simples formalidade para conquistar espaços, o que não significa poder” (BONI, 2004, p.78). Sob essa perspectiva, a política de cotas pode ser avaliada como uma estratégia eleitoral e não como uma expressão de poder das mulheres nas organizações. Mas também pode ser vista como um dispositivo

---

<sup>1</sup> Cargos considerados de menor importância com pouco poder de influenciar nas grandes decisões e sem atribuição de representação.

importante de partilhamento do poder institucional por um viés historicamente desconsiderado.

Em trabalho de campo preliminar desse estudo foram entrevistadas cinco mulheres militantes na área político-partidária e na área de assessoria técnica e sindical às mulheres dirigentes do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Marabá. Segundo elas, foram elencadas as seguintes constatações: as políticas públicas (acesso à saúde, educação, crédito rural) estão distantes das mulheres rurais; é acentuado o índice de violência contra as mulheres – violência física, psicológica, sexual, dentre outros tipos; há necessidade de organização social e produtiva das mulheres para o alcance das demandas reprimidas. Além disso, as próprias entrevistadas relataram situações em que foram vítimas de machismo, seja em ambientes de trabalho, seja em outros espaços.

O trabalho de campo preliminar evidenciou que a participação das mulheres nas atividades e gestão da diretoria do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Marabá esteve reduzida em 2016, quando comparada com gestões anteriores – momentos em que as mulheres participavam de cursos de formação, encontros e outras atividades em Marabá e outros municípios. A atual diretoria, empossada em 21 de junho de 2015 (com mandato até 21 de junho de 2019) é composta por dezoito membros, sendo doze homens e seis mulheres, de acordo com o Quadro 01 e detalhamento no Anexo A. O número de mulheres nas Secretarias é significativo, entretanto, no Conselho Fiscal, as mulheres só aparecem como suplentes.

**Quadro 01** – Diretoria do STTR de Marabá (quadriênio 2015-2019)

<b>DIRETORIA EXECUTIVA</b>	
PRESIDENTE	JOSÉ MARIA MARTINS CAJUEIRO
VICE-PRESIDENTE	GILBERTO CAVALCANTE DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL, FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO SINDICAL	JOSÉLIO RODRIGUES DE ALMEIDA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ASSALARIADOS/AS RURAIS	NEWTON FERNANDES DA SILVA
SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÁRIA, AGRÍCOLA E MEIO AMBIENTE	ORLANDO ALVES DA LUZ
SECRETÁRIA DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS	MARIA ALDENIR R. DA SILVA
SECRETÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS	QUÉZIA BRAVARES DE CALDAS
SECRETÁRIO DE JOVENS TRABALHADORES/AS RURAIS	LUCIVALDO SANTOS DA SILVA
SECRETÁRIA DE TRABALHADORES/AS DA TERCEIRA IDADE	NAZILDA ALVES DA COSTA

<b>SUPLENTE DA DIRETORIA</b>
JOCEMIR SILVA DE JESUS
JOÃO RIBEIRO DA SILVA
UBIRATAN GOMES DA SILVA
<b>CONSELHO FISCAL</b>
RONILDO CHAVES PEDROZA TIMOTEO
FRANCISCO CESÁRIO MOREIRA
GONÇALO GOMES DE ARAÚJO
<b>SUPLENTE</b>
TATIANA OLIVEIRA SALES
KALINE GOMES DOS SANTOS
CIRLENE DOS SANTOS RIBEIRO

**FONTE:** Documentos do STTR

Organizado por Luciana Moreira dos Reis (2018).

Nesse sentido, pode-se questionar se tem aumentado a participação das mulheres dirigentes do referido sindicato ou se vem ocorrendo, no decorrer dos anos, um processo de desempoderamento dessas mulheres. Ademais, considerando o caráter processual do empoderamento (AMORIM, 2012), sendo esse processo complexo e marcado por contradições (MANESCHY; SIQUEIRA; ÁLVARES, 2012) existe a possibilidade de que nem todas estejam no mesmo nível de empoderamento.

Como base para essa pesquisa, em acordo com os argumentos de Cardoso (2011):

Considera-se de extrema importância o combate à violência doméstica, a defesa pelos direitos sexuais e reprodutivos, a inserção das mulheres na vida política parlamentar e a garantia da equidade no mundo do trabalho, pois são exemplos de que as relações sociais de gênero não se restringem ao feminismo militante ou acadêmico e exigem um trato de fato transversal, interdisciplinar e com articulação entre ciência, movimentos sociais e organizações de vários matizes (CARDOSO, 2011, p.63).

Deste modo, trabalhos como este apresentam relevância acadêmica por produzir elementos que possam contribuir para o debate teórico sobre empoderamento de mulheres no sindicalismo de trabalhadores e trabalhadoras rurais e apresentam relevância social, pois oferece subsídios para o fortalecimento desse sindicalismo. Igualmente, esta pesquisa possui motivação pessoal e profissional, em virtude de eu ser marabaense, atuando como extensionista rural (engenheira agrônoma) na região de Marabá, pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER PARÁ), desde 2010; e, principalmente, pelo meu interesse no estudo de empoderamento de mulheres, para melhor compreensão da sociedade pela perspectiva de gênero e possibilidade de melhor intervenção na realidade. Ademais, acompanhei atividades do Sindicato dos Trabalhadores e

Trabalhadoras Rurais de Marabá no período (2005/2006) em que trabalhei na Copserviços<sup>2</sup>, na Equipe Marabá, e coordenei atividades de formação para mulheres rurais enquanto extensionista da EMATER PARÁ.

Tendo em conta o debate apresentado anteriormente, surgiu a seguinte questão de pesquisa: Como ocorre o processo de empoderamento das mulheres dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Marabá – PA?

Nesse sentido, essa pesquisa teve como objetivo analisar o processo de empoderamento das mulheres dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Marabá. Portanto, tendo como objeto de estudo essa temática no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Marabá, desde a sua fundação, em 1980, até 2017. Os objetivos específicos foram:

- Descrever e analisar a participação das mulheres dirigentes na luta do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Marabá-PA.
- Caracterizar e analisar o processo de empoderamento das mulheres dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Marabá – PA, considerando a perspectiva das mulheres e dos homens dirigentes do sindicato.
- Analisar indicadores de empoderamento das mulheres, demonstrando como se expressam no sindicalismo de trabalhadores e trabalhadoras rurais de Marabá.

A dissertação conta com esta introdução, um capítulo sobre a metodologia, três outros capítulos e as considerações finais. O terceiro capítulo trata sobre o empoderamento da mulher. Nele apresento um breve histórico sobre a história das mulheres no Brasil, perpassando pelo empoderamento da mulher – temática central da pesquisa – e pelas relações de gênero e agricultura familiar. No quarto capítulo, apresento um breve histórico do sindicalismo de trabalhadores e trabalhadoras rurais no Brasil, analiso a participação da mulher no referido sindicalismo e reflito sobre a história do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Marabá. No quinto capítulo apresento as mulheres do sindicato pesquisado, analisando-as a partir da participação delas na estrutura sindical e a partir dos discursos das lideranças sindicais (mulheres e homens). Ao fim desta dissertação, apresento as conclusões com base nas pistas e reflexões de cada capítulo, ao longo do processo de escrita da dissertação.

---

<sup>2</sup> Copserviços: Cooperativa de Prestação de Serviços, prestadora de serviço de assistência técnica criada, em 1998, pelo Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR) do sudeste paraense.

## 2. DELINEAMENTOS METODOLÓGICOS

### 2.1.O MUNICÍPIO DE MARABÁ E O CONTEXTO DA PESQUISA

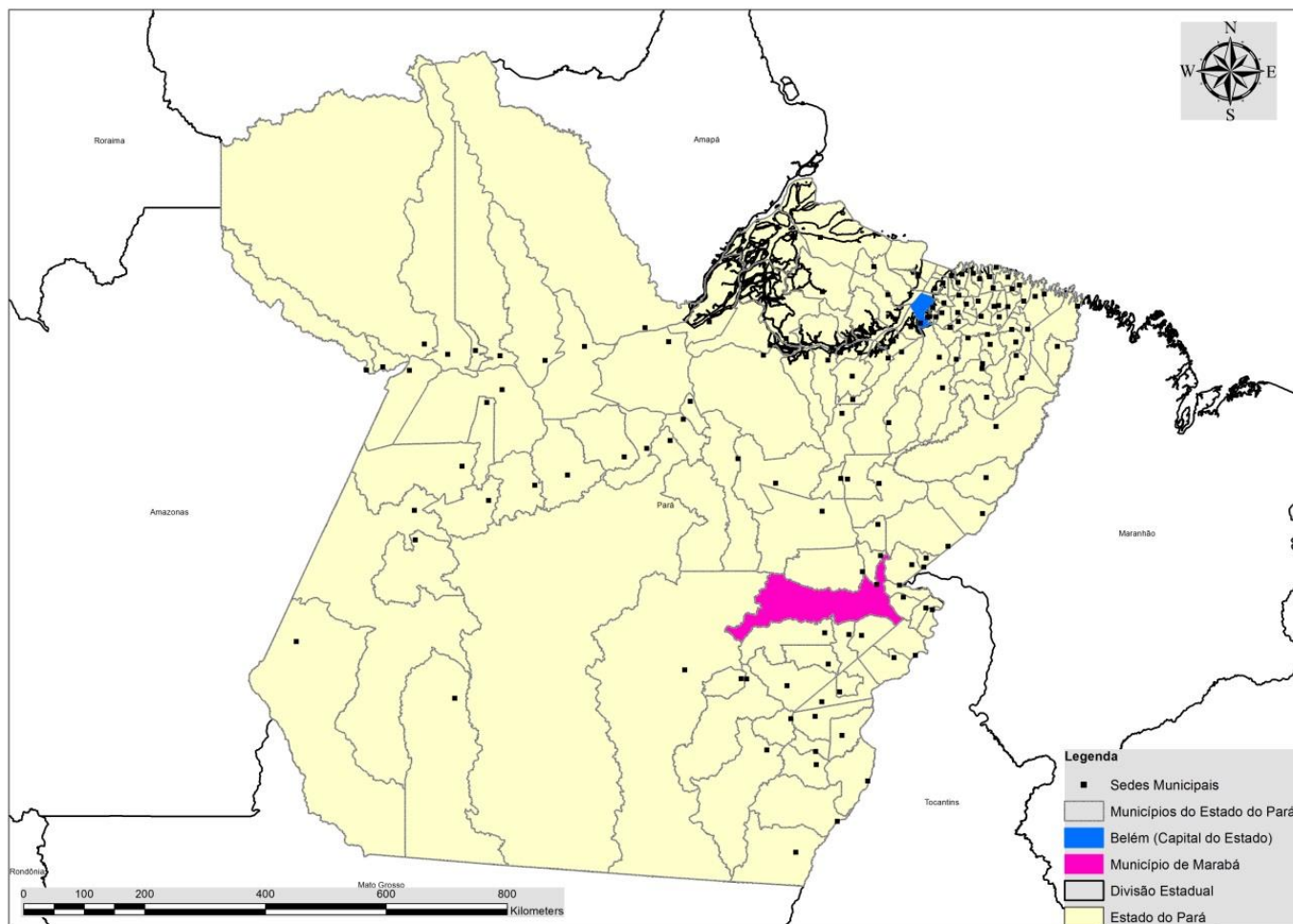
A pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município de Marabá (Pará), pertencente à mesorregião sudeste paraense (figura 01), com uma população de 266.932 habitantes e aproximadamente 15.200 Km<sup>2</sup>, mantendo uma densidade populacional de 15,4 habitantes por Km<sup>2</sup> (IBGE, 2016). A sua população é predominantemente urbana, com cerca de 80% residindo no espaço urbano. Quanto à divisão por sexo, a população marabaense mantém uma proporção próxima entre homens e mulheres, mas ainda prevalecendo percentual maior para os homens (50,5%). As atividades agropecuárias ainda se mantêm estratégicas para a economia municipal, sendo que os setores de serviços e produção industrial reservam maior importância para a economia local.

Marabá é um dos centros urbanos mais importantes do Pará, por concentrar boa infraestrutura e sediar a maioria dos órgãos da administração federal e estadual em atividade na região (ASSIS, 2007).

Segundo Almeida (2016), durante várias décadas do século XX, a história da região de Marabá referiu-se à história das lutas que resultaram na constituição de oligarquias locais ligadas ao comércio e fortalecidas pelo domínio da terra, tendo fornecido para o restante do país variados produtos, dentre os quais merecem destaque o látex, a castanha-do-Pará (*Bertholletia excelsa* H.B.K.), peles de animais, diamantes e cristais de rocha. A partir do ciclo da castanha foi consolidada a oligarquia local e os grandes latifúndios surgiram, funcionando, mais tarde, como pivô dos inúmeros conflitos ocorridos na região (ALMEIDA, 2016).

Dentre as oligarquias locais, a família dos Mutran exerceu relevante influência econômica e política no município de Marabá, principalmente a partir da segunda metade da década de 1950 do século passado e, sobretudo, entre 1988 e 1991 – período em que “o então chefe da família controlava os três poderes no município de Marabá: a Prefeitura, a Câmara Municipal e o Judiciário” (PETIT, 2003, p.186). Cabe ressaltar que a família dos Mutran exerceu notável influência no comando do sindicato pesquisado, em seus anos iniciais.

**MAPA DE LOCALIZAÇÃO  
GEOGRÁFICA DE MARABÁ NO ESTADO DO PARÁ**



**FIGURA 01:** Mapa de localização geográfica de Marabá (PA)

**FONTE:** Guimarães (2016)

A delimitação temporal da pesquisa (BRUMER et al, 2008) referiu-se ao período de existência do sindicato em questão, ou seja, desde a sua fundação, ocorrida em 20 de dezembro de 1980 (GUERRA, 2013) até 2017.

## 2.2.AS ETAPAS DA PESQUISA

### 2.2.1.Caminhos da construção empírica

O título inicial do projeto de pesquisa era “*Empoderamento de mulheres camponesas e agroecologia no município de Marabá-PA*”, uma vez que eu pretendia estudar grupos produtivos de mulheres rurais, preferencialmente organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), relacionando-os às dimensões da agroecologia.

Durante o mês de junho de 2016, realizei contatos telefônicos e por mensagens através de correio eletrônico (*e-mail*) e aplicativo whatsapp com lideranças (um homem e duas mulheres) do MST, com o objetivo de viabilizar visita aos projetos de assentamentos do MST no município de Marabá – a proposta da visita seria a identificação dos referidos grupos produtivos.

O primeiro trabalho de campo, de caráter exploratório (Campo I) foi realizado no período de 20 a 28 de setembro de 2016, no município de Marabá. Apesar dos contatos feitos anteriormente à ida ao campo, não foi possível visitar nenhum projeto de assentamento do MST localizado em Marabá.

Considerando que “a tarefa de pesquisa precisa ser reduzida ao que é possível ser realizado pelo pesquisador” (GOLDENBERG, 2004, p.75); considerando que os recursos e o tempo para a realização da pesquisa no âmbito de um curso de mestrado são limitados; e considerando que o objeto de estudo pode adquirir consistência que redimensione a pesquisa, decidi pela mudança do objeto de estudo, optando por focalizar na luta das mulheres dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Marabá. A mudança do tema também se deu no processo de reflexão e aproximação à temática trabalhada pelo meu orientador e, além disso, em virtude de reconhecida lacuna sobre essa abordagem no referido sindicato.

Durante o campo exploratório, realizei entrevistas com cinco mulheres que são lideranças históricas no município, com o objetivo de se conhecer a trajetória de vida das entrevistadas, bem como identificar as principais conquistas das mulheres do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Marabá, dentre outras questões elencadas no roteiro (APÊNDICE A). As entrevistas – do tipo não diretiva, de acordo com a proposição de Michelat (1987) – foram realizadas em locais escolhidos pelas mulheres, variando entre local de trabalho e residência. As entrevistas foram gravadas, com permissão das entrevistadas, sendo garantido o anonimato (GOLDENBERG, 2004) das mesmas. Os recursos utilizados para registro foram gravador e bloco de anotações.

Ainda durante o campo exploratório, realizei pesquisa documental na Superintendência Regional do INCRA<sup>3</sup> do Sul do Pará (SR-27), com sede em Marabá, com o

---

<sup>3</sup> INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

objetivo de obter informações a respeito do número de mulheres que constam na Relação de Beneficiários (RB)<sup>4</sup> dos projetos de assentamento do município de Marabá, bem como número de mulheres assentadas que acessaram créditos rurais. A intenção foi de obter pistas de indicadores que demonstrassem o nível de empoderamento das mulheres nas dimensões política e econômica.

Realizei pesquisa documental na Câmara Municipal de Marabá, no intuito de obter informações a respeito da Comenda “Miriam Chaves” e Comenda “Beta Moreira”, incluindo a relação de mulheres que foram homenageadas com as referidas comendas. Desde 2007, a Câmara Municipal de Marabá realiza Sessão Solene em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, concedendo comendas às mulheres que contribuem para o desenvolvimento do município. Como eu estava no início da construção do projeto de pesquisa, tinha o interesse de conhecer as mulheres homenageadas, para saber se eram ligadas ao Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR).

A Comenda “Miriam Chaves” foi instituída através do Projeto de Resolução 02/2007. Trata-se de homenagem à Miriam Chaves Gomes (1917–2007), natural de Imperatriz (MA). Passou a residir em Marabá em 1942. Trabalhou como professora da Escola “José Mendonça Vergolino”. Foi a primeira mulher a se eleger e exercer o mandato de vereadora de Marabá, pelo Partido Social Progressista (PSP), no período de 1951 a 1954. Fontes orais relataram que Miriam Chaves foi a primeira mulher a usar maiô e a andar de bicicleta e de lambreta<sup>5</sup> no município de Marabá. Promovia corridas de bicicleta no bairro Velha Marabá, reunindo os jovens da época bem como participava das atividades do Clube de Mães. Além dos projetos políticos e sociais nos quais se engajava, era considerada a melhor doceira da cidade, seus bolos de casamento e aniversário eram disputados pelos abastados da época; e também confeccionava vestidos de noiva considerados belos. Foi agraciada com o título de Cidadã Marabaense através do Decreto Legislativo nº 461, de 11 de dezembro de 2001.

---

<sup>4</sup> Relação de Beneficiários (RB) do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA): A primeira atividade do processo de assentamento é a seleção, realizada simultaneamente à obtenção de terras e aos levantamentos básicos para sua caracterização. As normas de seleção, em vigor desde 1981, vêm passando por mudanças e adequações. O resultado é a Relação de Beneficiários (RB) da entidade familiar assentada (INCRA, 2016).

<sup>5</sup> Lambreta: veículo de duas rodas semelhante à motocicleta, muito usada nas décadas de 50 e 60 do século XX. (fonte: <http://www.dicionarioinformal.com.br/lambreta/>)



A Comenda “Beta Moreira” foi instituída através do Projeto de Resolução 03/2007. Trata-se de homenagem à Albertina Sandra Moreira dos Reis (1954–2006), natural de Belém (PA), conhecida como professora Beta. Passou a residir em Marabá em 1980. Trabalhou no Movimento de Educação de Base (MEB), Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular (CEPASP). Como educadora popular, proferiu palestras sobre o meio ambiente, organização sindical, educação, produção do Jornal Popular e outros. Funcionária pública municipal concursada desde 1995 trabalhou como orientadora pedagógica nas escolas de Marabá de 1995 a 1996. Exerceu o cargo de Secretária Municipal de Educação em 1996, na gestão do prefeito Haroldo Bezerra, voltando a ocupar esse cargo em 1997, na gestão do prefeito Geraldo Veloso. Exerceu ainda a função de supervisora nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental Salomé Carvalho e Pedro Cavalcante. Recebeu o título de Cidadã Marabaense na Câmara Municipal por indicação do vereador Miguel Gomes Filho, conforme o Decreto Legislativo nº 315/17, de 17 de dezembro de 1997. A Câmara Municipal de Marabá aprovou o Decreto Legislativo nº 555, de 06 de março de 2007, denominando de Albertina Sandra Moreira dos Reis (Professora Beta) a escola na Folha 06, bairro Nova Marabá. A autora da proposição foi a vereadora Vanda Régia Américo Gomes. A escola foi inaugurada em janeiro de 2008.

Retomando à descrição do campo exploratório, visitei a sede do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Marabá, onde tive a oportunidade de conversar com dois integrantes (dois homens) da atual diretoria, além de dois integrantes (uma mulher e um homem) de diretorias anteriores, realizando assim a primeira aproximação com o objeto de estudo da pesquisa, sendo possível ainda articular as futuras imersões no campo. Ademais, acompanhei agricultoras familiares durante a comercialização de seus produtos na Feira da Agricultura Familiar – realizada aos sábados em espaço em frente à sede do sindicato. Dona Dijé (Figura 02) é militante no sindicato desde 1992 e uma das lideranças que se envolveu intensamente na implantação e consolidação dessa feira – fundada em 11 de novembro de 2006. Segundo Amador (2017) o perfil dos feirantes é diverso com presença ativa das mulheres. Miranda (2008) esclarece que a Feira da Agricultura Familiar de Marabá foi criada através da parceria entre a Copserviços e o STTR de Marabá.



**FIGURA 02:** Dona Dijé comercializando produtos na Feira da Agricultura Familiar, Marabá (PA).  
**Foto** Luciana Moreira dos Reis (2016)

Concordando com Brumer *et al* (2008), o estudo exploratório adquire importância ímpar para orientar as escolhas acertadas no processo de pesquisa. Nesse caso, foi fundamental para a definição do objeto de estudo e possibilitou a primeira aproximação com os sujeitos da pesquisa.

### **2.2.2. Procedimentos metodológicos**

Essa pesquisa é um estudo de caso do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Marabá (PA), com abordagem qualitativa. Em relação à natureza das fontes, realizei pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo (SEVERINO, 2007).

Na pesquisa documental, analisei registros impressos, tais como documentos elaborados pelo sindicato (convocatórias e atas de reuniões e assembleias do sindicato, pautas de reivindicações, listas de frequências, dentre outros); textos da imprensa escrita do município de Marabá (reportagens sobre o sindicato em questão, especialmente no Jornal Correio do Tocantins); acervo de entidades parceiras na luta sindical rural (especificamente o acervo da Comissão Pastoral da Terra). A pesquisa documental objetivou resgatar fatos históricos relacionados ao sindicato. O atual presidente do sindicato esclareceu que o arquivo seria organizado melhor posteriormente, visto que muitos documentos estavam encaixotados, em virtude de que as diretorias anteriores não tiveram a preocupação em organizar o arquivo.

Foi durante essa etapa da pesquisa que ocorreu a Chacina de Pau D'Arco, no dia 24 de maio de 2017<sup>6</sup>, sendo que dos dez mortos, sete eram da mesma família: o casal Jane Julia de Oliveira e Antonio Pereira Milhomem, seus três filhos e dois sobrinhos. No dia seguinte à chacina, enquanto eu realizava a pesquisa documental na sede da CPT, quatro integrantes da CPT estavam organizando a homenagem que seria prestada aos trabalhadores assassinados, em protesto/passeata<sup>7</sup>, com saída do Campus I da Unifesspa até a sede do Instituto Médico Legal (IML) de Marabá. Além disso, realizei pesquisa documental na Câmara Municipal de Marabá a fim de complementar as informações a respeito das Comendas “Beta Moreira” e “Miriam Chaves”, citadas anteriormente. Pelo que pesquisei, nenhuma mulher dirigente do STTR de Marabá (das direções de 1994 até a atual) recebeu essa homenagem. Apenas duas diretoras foram homenageadas pela Câmara Municipal de Marabá com a concessão do título de Cidadã Marabaense: Francisca Marta Alves Moreira<sup>8</sup> e Maria de Jesus Lopes Noletto (dona Dijé)<sup>9</sup>.

Embora os sujeitos da pesquisa (APPOLINÁRIO, 2006) sejam especialmente as mulheres dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Marabá, (gestão atual e gestões anteriores), para que o processo de empoderamento dessas mulheres fosse analisado detalhadamente, foi necessário ter contato com demais sujeitos: mulheres (e homens) que trabalharam e/ou trabalham prestando assessoria técnica, social e sindical ao sindicato; homens dirigentes do sindicato (gestão atual e gestões anteriores).

---

<sup>6</sup> No dia 24 de maio de 2017, dez trabalhadores rurais sem terra (nove homens e uma mulher) foram mortos em uma ação da Polícia Militar (PM) e da Polícia Civil do estado do Pará, supostamente organizada para cumprir mandados de prisão contra ocupantes da Fazenda Santa Lúcia / Acampamento Nova Vida. A operação foi conduzida pela Delegacia de Conflitos Agrários (DECA), com apoio de contingente policial de Redenção, Conceição do Araguaia e Xinguara. (Fonte: <https://www.cptnacional.org.br/noticias/acervo/massacres-no-campo/110-para/3982-pau-d-arco-2017>)

<sup>7</sup> Cerca de 250 pessoas, entre estudantes, professores e militantes de movimentos e organizações sociais, saíram às ruas de Marabá, no Pará, no dia 25 de maio, ao final da tarde, para denunciar e protestar contra as autoridades policiais responsáveis pelo Massacre de Pau D'Arco, a 350 km dali, que vitimou 10 camponeses sem terra no dia 24. (Fonte: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/3800-ato-publico-em-maraba-pa-denuncia-massacre-de-pau-d-arco>).

<sup>8</sup> Projeto de Decreto Legislativo 20/2011, apresentado pelo vereador Alécio Stringari (Alécio da Palmiteira).

<sup>9</sup> Projeto de Decreto Legislativo 93/2011, apresentado pelo vereador Gerson Augusto dos Santos Varela (Gérson do Badeco).

Além da pesquisa documental, parte da coleta de dados – comumente citada em termos gerais como “trabalho de campo” (MANN, 1970) – foi realizada através de entrevista não diretiva (MICHELAT, 1987), com a utilização de roteiro de entrevista, papel, caneta e gravador, sendo que as (os) entrevistadas (os) assinaram o termo de autorização de uso de imagem e depoimentos (APÊNDICE G). O segundo campo foi realizado no período de 16 a 26 de maio de 2017. Os roteiros estão detalhados nos APÊNDICES (B, C, D, E e F). Considerei como terceiro campo o período de uma semana (10 a 16 de julho) que passei em Marabá em julho de 2017, no qual consegui realizar duas entrevistas – com um homem que foi assessor do sindicato e com uma mulher (vice-presidente de gestão anterior), com duração de 1h44m e 2h04m, respectivamente. Apesar de terem sido somente duas entrevistas, foram essenciais para minha compreensão sobre o contexto histórico e sobre a participação das mulheres nas lutas diárias do sindicato. Para entrevistar a vice-presidente de gestão anterior, tive que me deslocar ao seu lote, em projeto de assentamento que dista aproximadamente 140 km da sede de Marabá. Considerei como quarto campo, a entrevista que realizei no mês de setembro de 2017, com a primeira mulher presidente da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Pará (FETAGRI PARÁ), eleita em março de 2017, em Belém do Pará. Os roteiros serviram de base para as entrevistas, sendo que as mesmas variaram de 24 minutos a 02h04minutos, conforme a disponibilidade de cada entrevistada (o).

No total foram entrevistadas 18 pessoas, sendo 11 mulheres e 07 homens, de acordo com o Quadro 02. Atribuí nomes fictícios às(aos) entrevistadas(os) para preservação de suas identidades, conforme orientação de Oliveira (2014): “É preciso garantir-lhe que será guardado sigilo quanto às informações e que não haverá identificação do informante na redação final do relatório da pesquisa.” (OLIVEIRA, 2014, p.87).

**Quadro 02** – Relação das (os) entrevistadas (os)

<b>Nº</b>	<b>DATA</b>	<b>NOME</b>	<b>LOCAL DA ENTREVISTA</b>	<b>DURAÇÃO</b>
<b>01</b>	20/09/16	<b>MADALENA</b>	Folha 27, Bairro Nova Marabá	01h09min
<b>02</b>	21/09/16	<b>JOANA ANGÉLICA</b>	Folha 31, Bairro Nova Marabá	01h20min
<b>03</b>	22/09/16	<b>SANDRA</b>	Folha 31, Bairro Nova Marabá	01h12min
<b>04</b>	26/09/16	<b>LINDA</b>	Bairro Liberdade	01h18min
<b>05</b>	27/09/16	<b>NINA</b>	Bairro Velha Marabá	44min
<b>06</b>	18/05/17	<b>CLÁUDIO</b>	Bairro Velha Marabá	24min
<b>07</b>	18/05/17	<b>FRIDA</b>	Bairro Velha Marabá	01h52min
<b>08</b>	19/05/17	<b>TEREZA</b>	Folha 31, Bairro Nova Marabá	50min
<b>09</b>	19/05/17	<b>LUÍS</b>	Agrópolis INCRA, Bairro Amapá	39min
<b>10</b>	22/05/17	<b>ITAMAR</b>	Bairro Velha Marabá	41min
<b>11</b>	22/05/17	<b>VANA</b>	Bairro Nova Marabá	01h33min
<b>12</b>	23/05/17	<b>MILTON</b>	Agrópolis INCRA, Bairro Amapá	55min
<b>13</b>	23/05/17	<b>VALDIR</b>	Agrópolis INCRA, Bairro Amapá	29min
<b>14</b>	23/05/17	<b>SIMONE</b>	Bairro Velha Marabá	01h33min
<b>15</b>	24/05/17	<b>SAULO</b>	Bairro Velha Marabá	56min
<b>16</b>	11/07/17	<b>JOÃO</b>	Folha 31, Nova Marabá	01h44min
<b>17</b>	14/07/17	<b>MARIA</b>	Zona rural de Marabá	02h04min
<b>18</b>	01/09/17	<b>DANDARA</b>	Bairro Umarizal, Belém	34min

**Fonte:** Luciana Moreira dos Reis (2016, 2017)

Das onze mulheres entrevistadas, quatro foram/são dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Marabá: duas foram vice-presidentes de gestões anteriores, dentre outros cargos; uma foi Secretária de Juventude Rural e uma é a atual/reeleita Secretária de Políticas Sociais. Tentei marcar entrevista com outras mulheres ex-

dirigentes, porém, devido dificuldade de deslocamento<sup>10</sup>, não foi possível entrevistá-las, em virtude de não coincidir com o período em que estive em Marabá. As outras mulheres entrevistadas são: duas são lideranças políticas (uma é filiada ao Partido dos Trabalhadores e a outra é filiada ao Partido Socialista Brasileiro); uma era a presidente do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher de Marabá (COMDIM) – no período em que foi entrevistada; uma era a titular da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para a Mulher<sup>11</sup> – no período em que foi entrevistada; uma é agente da Comissão Pastoral da Terra; uma é professora da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) e uma é a primeira mulher presidente da Fetagri/PA, eleita em 2017. Optei por entrevistar também outras mulheres que não são dirigentes do sindicato uma vez que algumas delas foram assessoras do sindicato, tendo acompanhado de perto a luta das referidas mulheres. A entrevista com a presidente da Fetagri/PA teve como objetivo conhecer o panorama estadual no qual o STTR de Marabá está inserido. Ademais, no início da construção do projeto de pesquisa, interessava-me em compreender a participação das mulheres em Marabá em várias categorias. Posteriormente, em conjunto com meu orientador, afunilei para o sindicalismo de trabalhadores e trabalhadoras rurais, principalmente por manifestações do senso comum de que as mulheres não tinham ingerência nem representação alguma nessa entidade.

Dos sete homens entrevistados, um foi assessor do sindicato (trabalhando na Comissão Pastoral da Terra/CPT, Fundação Agrária do Tocantins Araguaia/FATA e Copserviços) e seis dirigentes: o atual/reeleito presidente; dois dirigentes da atual gestão (Tesoureiro e Secretário Geral); um dirigente de gestão anterior (Secretário de Política Agrária e Agrícola) e dois presidentes de gestões anteriores (dentre outros cargos). Dois homens entrevistados estavam presentes no dia em que o sindicato foi fundado, no mês de dezembro de 1980, no Bairro Morada Nova, constituindo-se, portanto, em personagens históricos – o que será detalhado no item 4.3 da dissertação.

As entrevistas foram analisadas qualitativamente, destacando que devido à singularidade de cada uma, realizei o cruzamento das mesmas entre si, através das leituras verticais e horizontais, conforme proposição de Michelat (1987). Além disso, durante a

---

<sup>10</sup> Uma delas mora em assentamento que dista mais de 200 km da sede de Marabá, entrei em contato com o filho que explicou que dificilmente a mãe se desloca para a sede.

<sup>11</sup> A Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para a Mulher é um órgão vinculado diretamente à Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Marabá.

pesquisa empírica, estive baseada na recomendação de Oliveira (2000): olhar, ouvir e escrever.

Nesse sentido, a análise dos dados coletados permitiu identificar se a participação das mulheres no sindicato especificado representa formas de empoderamento nas dimensões econômica, pessoal, social e política (BRUMER; ANJOS, 2010), bem como nas esferas pública e privada.

### 3. EMPODERAMENTO, RELAÇÕES DE GÊNERO E AGRICULTURA FAMILIAR

#### 3.1 MULHERES, HISTÓRIA E EMPODERAMENTO

Emma Siliprandi (2015), analisando os movimentos de mulheres na atualidade, comenta sobre o conjunto das lutas feministas ao longo da história, que proporcionaram, no final do século XX, o começo da assimilação do feminismo em instituições como universidades, igrejas, governos e partidos políticos. Além disso, legislações foram modificadas, oportunidades foram abertas para que as questões das mulheres se tornassem públicas. A seguir, as principais conquistas apontadas por Siliprandi (2015):

Instituições internacionais começam a ter que dar respostas às reivindicações das mulheres: em 1975 a Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu a Década da Mulher, na primeira Conferência Mundial da Mulher, no México, e estabeleceu em seu Plano de Ação que as mulheres fossem tratadas legalmente em situação de igualdade com os homens em todos os países do mundo. Em 1979, com a aprovação da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Convention on the Elimination of All Form of Discrimination Against Women (Cedaw), criou-se um clima político internacional que estimulava os países a reverem as suas constituições e aparatos legais, removendo dispositivos que representassem empecilhos à igualdade formal entre homens e mulheres. Muitos países modificaram suas legislações após esse período e criaram estruturas públicas para a promoção dos direitos das mulheres (SILIPRANDI, 2015, p. 41).

Em relação à luta da mulher por sua emancipação, Toledo (2001) descreve as três grandes ondas ocorridas nos tempos modernos:

A primeira foi no final do século XIX e início do XX, com o movimento sufragista e a luta por outros direitos democráticos. A segunda foi no final dos anos 60 e início dos 70, com os movimentos feministas que visavam, basicamente, a liberação sexual. E a terceira no final dos anos 70 e início dos 80, de caráter sobretudo sindical e protagonizada principalmente pela mulher trabalhadora latino-americana (TOLEDO, 2001, p. 75).

Remontando o debate ao fim do século XIX, com o advento da República, Soihet (2013) comenta sobre a mudança significativa nas aspirações das mulheres brasileiras, principalmente em relação ao trabalho remunerado. Mulheres dos segmentos médios e elevados da sociedade passaram a busca-lo, sendo um dos motivos o processo de industrialização – os produtos consumidos pelas famílias passaram a ser adquiridos no mercado, dando lugar a crescente necessidade de contribuição financeira por parte das



mulheres. Além disso, Soihet (2013) aponta que as mulheres buscavam a realização profissional e autossuficiência econômica.

Para Matos e Borelli (2013), uma das maiores transformações dos últimos cem anos foi a presença marcante e evidente das mulheres no mundo do trabalho. Segundo as autoras, alguns confundem “trabalho feminino” com as funções domésticas, os cuidados com a família e a casa; já outros entendem que ele envolve as atividades remuneradas realizadas no próprio domicílio e mesmo a participação das mulheres no mercado de trabalho.

Siliprandi (2015) frisa que, apesar da situação das mulheres ter melhorado, em termos de direitos civis, em comparação ao início do século XX, ainda persistem desigualdades flagrantes quando se compara com a situação dos homens: “Tanto no que diz respeito às condições estruturais e econômicas, de acesso aos meios físicos para a sua sobrevivência, como com relação à possibilidade de realização de projetos autônomos de vida, por conta da manutenção de padrões de gênero fortemente excludentes” (SILIPRANDI, 2015, p. 47).

Os movimentos das mulheres rurais trazem contribuições significativas ao debate, uma vez que as mobilizações das trabalhadoras rurais elucidam a capacidade das mulheres de vincular as reflexões sobre a vida doméstica às demandas dos movimentos populares. Giuliani (2015) esclarece que durante muito tempo se pensou que seria difícil mobilizar as mulheres trabalhadoras porque se considerava irregular e provisória sua inserção no mercado de trabalho. Porém, estudos acadêmicos e de militantes apontam para as seguintes constatações:

(...) a participação produtiva das mulheres rurais é massiva e marcada por uma longa jornada de trabalho mal remunerado (...) as mobilizações das mulheres rurais têm ganhado visibilidade, através de manifestações, protestos e abaixo-assinados que reclamam o respeito à legislação, o acesso à previdência social e também o direito de participar ativamente de seus sindicatos (GIULANI, 2015, p. 645).

As mulheres têm contribuído para a efetivação de algumas transformações importantes, como, por exemplo: a politização do cotidiano doméstico, o fim do isolamento das mulheres no seio da família e a definitiva integração das mulheres nas lutas sociais (GIULANI, 2015).

No Brasil, a noção de empoderamento é utilizada inicialmente na década de 70 do século XX, com os movimentos sociais e, posteriormente, passa a ser utilizada pelas organizações não-governamentais. Desde o final da década de 90 do século XX, ocorreu uma apropriação gradual da abordagem de empoderamento por organizações financeiras multilaterais (como o Banco Mundial) e agências de cooperação, porém, ocasionando um processo de despolitização dessa noção (ROMANO; ANTUNES, 2002).

Para Romano (2002), o empoderamento é visto como estratégia de combate à pobreza uma vez que a pobreza é considerada um estado de desempoderamento, principalmente quando se analisa grupos mais desempoderados e vulneráveis, como as mulheres, idosos e crianças. Dessa forma, o empoderamento dos pobres e das comunidades viria a ocorrer pela conquista plena dos direitos de cidadania.

De acordo com reflexões de Gohn (2004), a categoria “empowerment” ou empoderamento (traduzida no Brasil) não tem caráter universal, podendo referir-se a ações de impulso a grupos e comunidades na qual se busque a efetiva melhora de suas existências e também pode referir-se a práticas de assistência a populações carentes e excluídas – conduzidas por organizações não-governamentais do terceiro setor.

Aprofundando a discussão para o empoderamento da mulher, as autoras Deere e León (2002) consideram-no precondição para a obtenção da igualdade entre homens e mulheres, uma vez que o empoderamento da mulher transforma as relações de gênero. O termo “empoderamento” chama a atenção para a palavra “poder” e o conceito de poder enquanto relação social. Rowlands (1997 apud DEERE; LEÓN, 2002) diferencia quatro tipos de poder (*poder sobre, poder para, poder com e poder de dentro*):

[...] “poder sobre” representa a estaca zero de um jogo: o aumento no poder de alguém significa uma perda de poder para outra pessoa. Por outro lado, as outras 3 formas – poder para, poder com e poder de dentro – são todas aditivas: um aumento no poder de uma pessoa aumenta o poder total disponível ou o poder de todos (ROWLANDS, 1997 apud DEERE; LEÓN, 2002, p.53).

Deere e León (2002) enfatizam que o empoderamento da mulher desafia relações familiares patriarcais, pois pode levar ao desempoderamento do homem e, conseqüentemente, leva à perda da posição privilegiada que ele possui.

Estudo conduzido por Amorim (2012) analisou se a participação das mulheres em sindicatos de trabalhadores rurais gera empoderamento para as mesmas no âmbito público e privado. Para tanto, a autora adotou uma perspectiva comparativa, analisando mulheres sindicalizadas e não sindicalizadas. As variáveis que se destacaram encontram-se no quadro 03.

**Quadro 03:** Comparativo entre as variáveis que se destacaram na análise dos dados dos dois grupos pesquisados

Âmbito	Não sindicalizadas	Sindicalizadas
<b>Privado</b>	1 Maior nível de escolaridade 2 Liberdade para tomar decisões 3 Liberdade para sair de casa 4 Administra a renda 5 Renda pessoal 6 Renda familiar 7 Propriedade de bens imóveis	1 Maior uso de método contraceptivo e de planejamento familiar 2 Propriedade de bens móveis
<b>Público</b>	1 Maior acesso a benefícios previdenciários	1 Maior nível de participação em outras organizações associativas 2 Maior nível de envolvimento nas instituições de que participam 3 Acesso a políticas públicas

**FONTE:** Amorim (2012)

Os resultados obtidos pela pesquisa identificaram que as mulheres sindicalizadas e não sindicalizadas alcançam empoderamento em esferas diferentes. As primeiras apresentaram indicadores de empoderamento na esfera pública enquanto as segundas evidenciaram indicadores relacionados ao empoderamento em âmbito privado (AMORIM, 2012).

Em estudo sobre as características gerais das atividades de mulheres na pesca em diferentes contextos, Maneschy, Siqueira e Álvares (2012) identificaram as seguintes frentes nas quais podem ser contabilizados níveis de empoderamento assumidos por essas mulheres:

Incluem o direito de associação, o acesso a espaços de direção em organizações de pescadores, a busca e as possibilidades de se capacitarem para lidar com a modernização pesqueira e, ao mesmo tempo, contribuir com as lutas locais contra políticas de ocupação de seus territórios e a favor de garantia de acesso aos recursos (MANESCHY; SIQUEIRA; ÁLVARES, 2012, p. 731).

Na área da pesca, interpretada genericamente como masculina, há atuação de mulheres como demonstram as autoras citadas anteriormente. No campo de sindicalismo de trabalhadores rurais, a efetiva participação da mulher é minimizada, pouco visível ou negada nas interpretações generalizadas.

Analisando o empoderamento numa perspectiva de gênero, Colling (2004) considera-o como o processo pelo qual as mulheres incrementam sua capacidade de configurar suas próprias vidas:

É uma evolução na conscientização das mulheres sobre si mesmas, sobre sua posição na sociedade. As cotas partidárias, reconhecidas como discriminação

positiva, para corrigir séculos de desigualdade, são reconhecidas como tentativas de empoderamento das mulheres. O empoderamento deve capacitar as mulheres para assumir o poder levando em conta as relações de poder entre homem e mulher, hierarquicamente construídas (COOLING, 2004, p. 06).

Para a entrevistada Maria (2017), as mulheres precisam se empoderar cada vez mais, ocupando o seu verdadeiro lugar: “Eu toda vida fui assim empoderadíssima. Sempre fui aquela pessoa decidida.” (Entrevista com Maria, em 14/07/2017). E de acordo com a entrevistada Dandara (2017):

Uma mulher não pode de forma nenhuma deixar alguém decidir por ela. Qual o caminho que ela quer seguir, seja ele profissional, seja ele no ramo da educação ou no seu próprio empoderamento mesmo. Alguém dizer “Tu tem que ir para ali.” Não, eu acho que não tem que ser assim. E na vida doméstica também. Você não pode deixar uma pessoa lhe proibir de usar determinada roupa ou cortar o cabelo ou decidir o rumo daquilo que você tem vontade de fazer. Acho que a gente tem que ter decisão própria (Entrevista com Dandara, em 01/09/2017).

Essas duas falas demonstram a importância das mulheres assumirem o controle de suas próprias vidas, libertando-se das amarras que as impedem de evoluir social, profissional, intelectual, emocional e espiritualmente.

Em estudo sobre a socialização de agricultoras no Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense (MMNEPA), Silva (2008) elenca o empoderamento da mulher como um dos objetivos do referido movimento:

Para as mulheres inseridas no MMNEPA o empoderamento refere-se ao desenvolvimento de potencialidades, ao aumento de informação e ao aprimoramento de percepções, pela troca de ideias, com o objetivo de fortalecer as capacidades, as habilidades e as disposições das mulheres para exercício do poder, compreendido por elas como crescimento intelectual, “empoderamento” que lhes dá condições de atuar em diferentes espaços: em casa, na comunidade religiosa, no sindicato, nos conselhos (SILVA, 2008, p.73).

Segundo Silva (2008), o IV Congresso do MMNEPA, realizado em Nova Timboteua (PA), no período de 20 a 23 de abril de 2006, teve como um dos encaminhamentos escolher como linhas de ação do movimento: Saúde, sexualidade e direitos reprodutivos; A organização e o empoderamento das mulheres; Desenvolvimento econômico popular e solidário; Mulheres e Meio Ambiente; Mulheres e direitos humanos. As referidas linhas de ação orientam os processos de capacitação e demais atividades do movimento. O MMNEPA é uma experiência exitosa, sendo considerada referência na articulação e protagonismo das mulheres do nordeste paraense.

### 3.2 RELAÇÕES DE GÊNERO E AGRICULTURA FAMILIAR

A existência de uma relação de hierarquia entre os gêneros explica a valorização diferente do trabalho de mulheres e homens, sendo que a base dessa relação está na divisão sexual do trabalho. Nobre (2005) aponta para a necessidade de se entender a dinâmica que envolve a complexidade das relações de gênero, no intuito da superação das desigualdades produzidas e reproduzidas. Deve ser levado em consideração, por exemplo, o seguinte aspecto: “o processo de socialização de gênero desenvolvendo habilidades e capacidades diferentes nos homens e nas mulheres” (NOBRE, 2005, p.44).

Segundo essa autora, na área rural, os meninos e meninas estão sempre juntos até por volta dos cinco anos. Após essa idade, as meninas passam a seguir as mães, acompanhando-as nas atividades domésticas e ajudando-as; enquanto isso, os meninos passam a seguir o pai, aprendendo com ele e tendo mais tempo para brincar nas horas de lazer (as meninas têm menos tempo de lazer). Além disso, os rapazes podem sair mais, são mais independentes enquanto que as moças ficam mais em casa, monitoradas pela família.

Motta-Maués (1993) investigou as mulheres (e homens, implicitamente) de uma comunidade de pescadores – povoação de Itapuá, localizada no município de Vigia (PA) – “examinando as atribuições reconhecidas como próprias a cada uma dessas categorias de pessoas, com base nas diferenças entre os dois sexos” (MOTTA-MAUÉS, 1993, p. 02). De acordo com a autora, a organização do sistema social da comunidade está estruturada no sentido de opor um papel masculino ativo e dominante, a outro passivo e dependente das mulheres.

A atuação principal da mulher, em Itapuá, se resume ao seu desempenho nas tarefas domésticas e agrícolas (seu trabalho nas roças). Nestas, pela própria natureza do trabalho que executa, os cuidados com sua casa, sua família e a produção de alimentos, voltada sempre para o âmbito interno da comunidade, a mulher se enquadra perfeitamente no esquema de atribuições do seu sexo, não surgindo portanto oposições a sua atuação. Nas outras esferas, se ela se conforma ao modelo, e não tenta ultrapassar os limites que lhe são impostos, a situação permanece a mesma. Se, entretanto, se aventura a ir além desses limites, a pressão gerada pelo sistema social surge logo, para mostrar-lhe o lugar que lhe compete (MOTTA-MAUÉS, 1993, p. 208).

Estudo realizado com base nas experiências dos quintais produtivos de quatro agricultoras da região do Sertão do Pajeú (PE) aponta para dificuldades enfrentadas por elas

no início de suas experiências com os quintais, dentre as quais, a forte carga de trabalho, como explicado pelos autores (ALEXANDRE et al, 2015):

A sobrecarga de trabalho das mulheres foi uma questão levantada por todas. Elas tinham que assumir sozinhas o trabalho reprodutivo – cuidado da casa e dos filhas/os – e o trabalho solitário em seus quintais e vivenciar os conflitos com os maridos, no que se refere à falta de autonomia, para decidirem suas vidas. Para elas, a situação é causada pela cultura machista existente na sociedade (ALEXANDRE et al, 2015, p. 133).

Em relação à participação das mulheres na tomada de decisão na agricultura familiar, Melo, Cappelin e Castro (2010) avaliam que em assentamentos rurais o poder de decisão das mulheres é bem menor do que sua participação efetiva na produção, em relação ao poder do homem sobre a gestão do lote. Com o intuito de superar barreiras como essa, Dantas e Gomes (2014) demonstram que as mulheres rurais protagonizaram fortes processos de mobilização e construção de alternativas para a superação das desigualdades de gênero, principalmente através da realização de projetos, no período de 2003-2013, em parceria com a Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (DPMR/MDA). Os referidos projetos proporcionaram às mulheres resultados como: o despertar das mulheres para sua participação política no âmbito do Programa Territórios da Cidadania; melhoria nos rendimentos e qualificação das políticas públicas.

Jancz *et al* (2018) descrevem pesquisa realizada no âmbito de um projeto de sistematização da produção de mulheres rurais, no Vale do Ribeira. A pesquisa acompanhou a implementação do uso da caderneta agroecológica por parte de um grupo de 27 mulheres. Segundo as autoras:

A caderneta agroecológica é um instrumento que dá visibilidade ao trabalho feito pelas mulheres nos quintais e roças e ajuda a promover sua autonomia. Trata-se de um caderno simples, com quatro colunas que organizam as informações sobre o destino da produção: o que foi vendido, o que foi doado, o que foi trocado e o que foi consumido (JANCZ et al, 2018, p. 61).

As mulheres participantes do projeto relataram que, num primeiro momento, tiveram dúvidas sobre o que anotar na caderneta agroecológica, bem como passaram por situações constrangedoras no início da sistematização, devido seus maridos e filhos darem pouca ou nenhuma importância às referidas anotações. Todavia, as mulheres também relataram que o hábito de organizar a caderneta agroecológica as aproximou da realidade em que vivem, como

também proporcionou a elas maior visibilidade e autonomia dentro da identidade da família (JANCZ et al, 2018).

A Marcha das Margaridas merece destaque nesse debate. Trata-se de uma ação estratégica das mulheres do campo, da floresta e das águas, que integra a agenda permanente do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) e de movimentos feministas e de mulheres do Brasil. A Mobilização é realizada sempre no mês de agosto em referência à Margarida Maria Alves, trabalhadora rural e líder sindical na Paraíba, que foi brutalmente assassinada em 12 de agosto de 1983 por um pistoleiro a mando de usineiros da região. Margarida foi a primeira mulher presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande. Ela incentivava as trabalhadoras e trabalhadores rurais a buscarem na justiça a garantia de seus direitos, protegidos pela legislação trabalhista (ASA, 2015).

Desde 2000, camponesas, quilombolas, indígenas, cirandeiras, quebradeiras de coco, pescadoras, ribeirinhas e extrativistas do Brasil todo se dirigem à Brasília em agosto com suas camisetas lilás e chapéu de palha para marchar por igualdade, autonomia e melhores condições de vida e trabalho para as mulheres no campo e na floresta. A marcha é considerada a maior mobilização de trabalhadoras rurais do país. Para Barbosa e Melo (2015), a marcha é um dos maiores símbolos de mobilização e conclamação pelo fim da violência contra a mulher e pela paz no campo: “Margaridas, Marias, Rosas, Joanas, Teresas, Antonias, Vitóriaas, Joaquinhas, Franciscas, ou quaisquer que sejam seus nomes, elas carregam consigo a esperança e a aposta em um futuro melhor” (BARBOSA; MELO, 2015, p. 10). As margaridas marcharam em 2000, com 20 mil mulheres; 2003, com 40 mil mulheres; 2007, com 70 mil mulheres; 2011, com recorde de participação de 100 mil mulheres e 2015, com 70 mil mulheres em Brasília (LOURENÇO, 2015).

De acordo com as mulheres entrevistadas para essa pesquisa, elas participaram das edições da Marcha das Margaridas em Brasília. Não consegui precisar a quantidade. Porém, as entrevistadas relataram a importância de vivenciar eventos dessa magnitude. Além disso, os diretores entrevistados também relataram que as mulheres participaram. O entrevistado Cláudio (2017) esclarece que havia no sindicato, em gestões anteriores, um grupo que organizava a participação das mesmas. Na I Marcha das Margaridas, em 1997, segundo o entrevistado Luís (2017), participaram trinta e cinco delegadas sindicais, aproximadamente. Conforme depoimento do entrevistado Milton (2017) houve momentos em que ele articulou a participação das mulheres, solicitando ajuda de custo para a tesouraria do sindicato:

A Marcha das Margaridas, quem fazia articulação para levar as mulheres era eu. Quando desistia, eu ia *nos* acampamentos, fazia a articulação e às vezes até eu pedia para o diretor/tesoureiro do sindicato para aquelas que queria ir mas não tinha o dinheiro para ir, para gastar com alguma coisa, eu fazia a articulação para o cara gastar pelo menos uma ajuda para cada uma delas, para elas participarem, para elas verem. A minha vontade é que as mulheres vissem como as coisas funcionavam. Aí elas participavam muito (Entrevista com Milton, em 23/05/2017).

A entrevistada Maria (2017) enfatiza que o apoio do sindicato para que as mulheres viajassem era “praticamente zero”:

Como era a Federação [Fetagri/PA] que articulava, o papel do sindicato era só chamar as mulheres: “Vocês *vai* ou não *vai*?” porque a Federação pressionava os sindicatos que tinha que ter as mulheres, tinha que ter tantas mulheres. E tinha vez que eles não davam conta. Por exemplo, bem aqui [no assentamento em que Maria mora, onde eu a entrevistei], aí essas mulheres não tinham condição de pagar a passagem, aí eles não pagavam, não queriam pagar nem a passagem da pobre da mulher para ir (Entrevista com Maria, em 14/07/2017).

Além dos entraves relacionados ao apoio financeiro da diretoria do sindicato, as mulheres que queriam participar da Marcha das Margaridas enfrentavam problemas de outra natureza, como, por exemplo, serem impedidas pelos maridos, de acordo com relato da entrevistada Tereza (2017): “Eu cheguei a me inscrever para ir mas eu *tava* grávida. Aí teve uma crise com esse meu ex marido que ele não queria que eu fosse e tudo mais. E eu acabei não indo. Foi a única [marcha] que eu cheguei a querer ir” (Entrevista com Tereza, em 19/05/2017).

A figura 03 representa o cartaz da quinta edição da Marcha das Margaridas:

**Figura 03:** Cartaz da 5ª Marcha das Margaridas



Fonte: <http://caritas.org.br/margaridas-seguem-em-marcha/29435>



A 6ª edição da Marcha das Margaridas está sendo planejada para agosto de 2019, tendo como reivindicações centrais quatro eixos: “Em defesa da previdência social, pública, universal e solidária; Pela democracia e protagonismo das mulheres na política; Pela vida das mulheres e contra todas as formas de violência; Pela defesa do meio ambiente e bens comuns” (CONTAG, 2018, p. 03).

Em relação à luta pela terra, considerando a perspectiva do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Schwendler (2009) destaca que na fase do acampamento a luta cotidiana assume a forma coletiva, com a participação de toda a família e com a composição da coordenação de cada instância criada sendo formada por um homem e uma mulher. Segundo essa autora:

A “mulher sem-terra”, quando acampada, começa a romper com a sua invisibilidade pública por meio de fatores como a socialização da vida privada, pela criação de espaços onde começa a ter voz; a divisão de tarefas do espaço público e privado entre homens e mulheres; as novas experiências organizativas que a condição da luta exige (...) ao mesmo tempo que a inserção das acampadas e assentadas no movimento social de luta pela terra e em organizações ou movimentos específicos de mulheres tem permitido que encontrem canais para repensar a sua condição e o seu papel na sociedade, e acima de tudo, para a ruptura com o isolamento da vida construída no espaço privado e sua inserção no espaço público, elas ainda encontram enormes obstáculos na prática social para a conquista da igualdade, seja nos espaços da luta social, do trabalho, da vida familiar (SCHWENDLER, 2009, p.219).

Portanto, percebe-se que mesmo com os esforços do MST em se promover a igualdade de gênero, ainda assim as mulheres necessitam lutar e batalhar para a conquista dessa igualdade.

## 4. REFLEXÕES SOBRE O SINDICALISMO DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS NO BRASIL

### 4.1 BREVE HISTÓRICO SOBRE O SINDICALISMO DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS

A expressão “novo sindicalismo” foi utilizada no Brasil para nomear o vigoroso movimento de retomada das lutas e da mobilização social no contexto de ditadura<sup>12</sup>, a emergência de lideranças fortes e de experiências inovadoras que questionaram a tradição sindical anterior e, ainda, a explosão no número de trabalhadores filiados (FAVARETO, 2006). Favareto (2006) situa o novo sindicalismo entre constrangimentos derivados de duas ordens: a evolução na qualidade do conflito social agrário, de um lado, e os arranjos e tensões internos ao campo sindical, de outro. A reforma agrária e a defesa dos direitos trabalhistas passaram a ser as principais bandeiras do sindicalismo rural.

No estado do Pará, as organizações camponesas são resultado de um longo processo de construção, em que inicialmente se confundem e disputam fazendeiros, agricultores e operários agrícolas. A definição de identidades demarcadas pelas diferenças de interesses de classe começou a ocorrer depois da década de 1950, por condições políticas e contradições que vão se definindo ao longo da história que remonta ao início do século XX e, no caso do Pará, continua inacabada<sup>13</sup> (GUERRA, 2009).

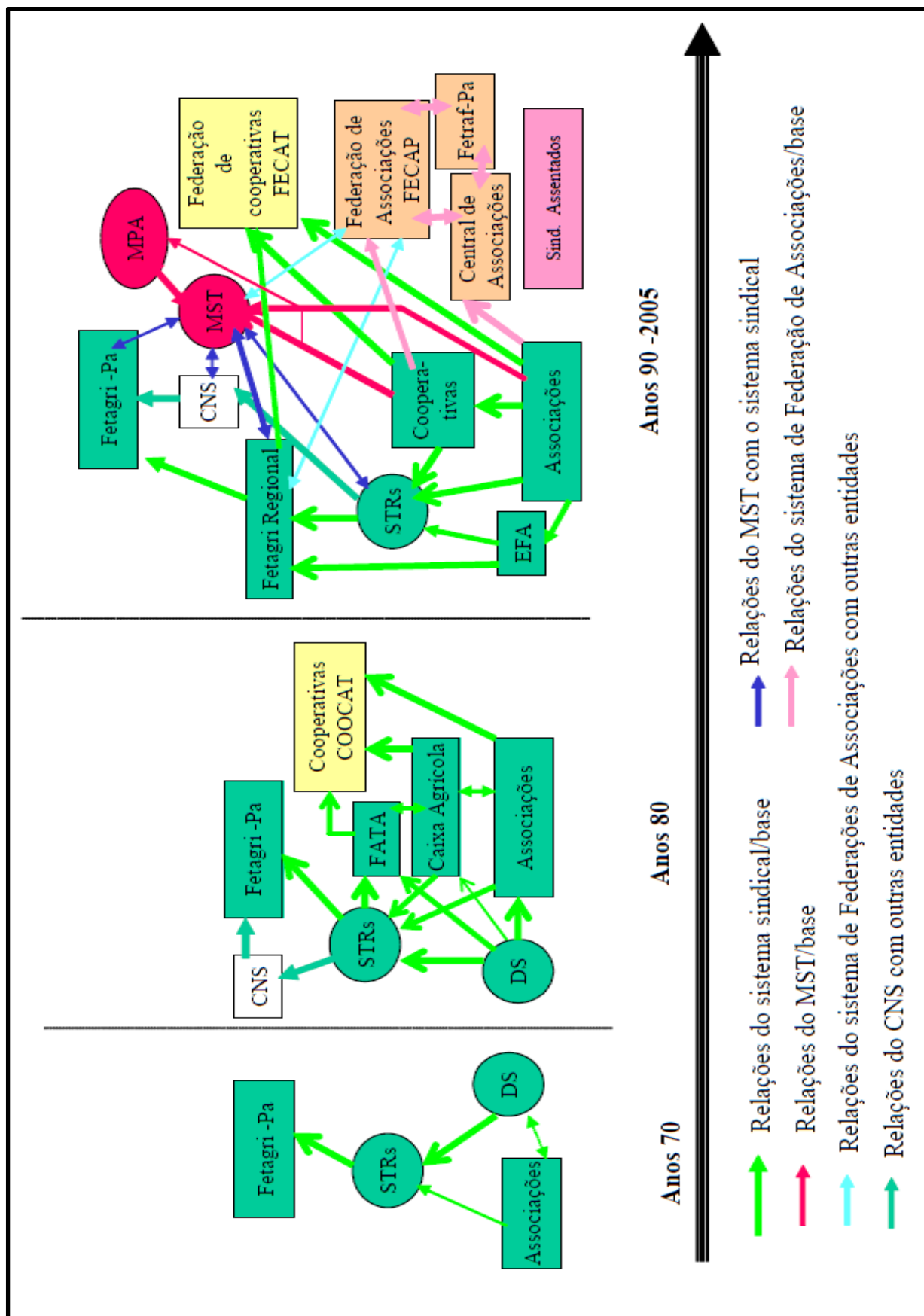
Afunilando o debate para o sudeste paraense, estudo feito por Assis (2007) sobre as transformações das entidades de representação<sup>14</sup> dos agricultores familiares (figura 04) e de suas ações no sudeste paraense – no contexto dos anos noventa do século XX – mostrou a capacidade das referidas entidades em “se fazer ouvir e respeitar pelo Estado, gerando impactos significativos no espaço socioeconômico regional” (ASSIS, 2007, p. 207).

---

<sup>12</sup> Segundo Codato (2005), “No Brasil, o *regime ditatorial-militar* durou 25 anos, de 1964 a 1989, teve seis governos e sua história pode ser dividida em cinco grandes fases. Uma primeira fase, de *constituição* do regime político ditatorial-militar, corresponde, aos governos Castello Branco e Costa e Silva (de março de 1964 a dezembro de 1968); uma segunda fase, de *consolidação* do regime (que coincide com o governo Medici: 1969-1974); uma terceira fase, de *transformação* do regime (o governo Geisel: 1974-1979); uma quarta fase, de *desagregação* do regime (o governo Figueiredo: 1979-1985); e por último, a fase de *transição* do regime ditatorial-militar para um regime liberal-democrático (o governo Sarney: 1985-1989)” (CODATO, 2005, p.83).

<sup>13</sup> Ainda segundo Guerra (2009) a polarização entre fazendeiros e posseiros continua, principalmente no que se refere ao discurso das lideranças mais expressivas das entidades patronais e trabalhistas.

<sup>14</sup> Entidades de representação, segundo Assis (2007): “instituições de caráter político e/ou econômico, reconhecidas juridicamente, em atuação na região sudeste do Pará a partir dos anos 90 e décadas anteriores, cujo público alvo de sua ação eram os agricultores familiares com ou sem terra, proprietários, posseiros ou assentados de reforma agrária” (ASSIS, 2007, p.10).



**FIGURA 04:** esquema da evolução das entidades de representação no sudeste do Pará (ASSIS, 2007).

Em relação à formação do sindicalismo de trabalhadores rurais no sudeste paraense, Assis (2007) ressalta:

A formação do sindicalismo de trabalhadores rurais no sudeste paraense foi um processo complexo resultante da articulação de diferentes atores sociais, principalmente da ação de milhares de agricultores e posseiros, que organizaram lutas de resistência e pelo acesso à terra. Militantes políticos e de direitos humanos, organizações não governamentais (ONGs) com diferentes inspirações e principalmente a Igreja Católica tiveram um papel importante e decisivo nessa construção. As entidades de representação (associações, sindicatos e outras formas de organização) assumiram um lugar de destaque em função de sua importância no processo de construção e inserção dos agricultores como um ator político no cenário regional. Essas entidades se constituíram marcadas pelos complexos processos socioeconômicos regionais, mas estreitamente relacionados a macro-processos, que lhes atribuíram características próprias (ASSIS, 2007, p. 77).

De acordo com a figura 04, é possível perceber que durante a década de 90 do século XX houve um aumento nas formas de entidades de representação, comparando-se às décadas anteriores. Nos anos 70 estavam presentes na região sudeste paraense as delegacias sindicais<sup>15</sup>, associações e sindicatos de trabalhadores rurais, sendo que os sindicatos estabeleciam relação com a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Pará (FETAGRI PARÁ). Nos anos 80 a complexidade aumentou, uma vez que surgiram na região as seguintes entidades: Caixa Agrícola, Fundação Agrária do Tocantins-Araguaia (FATA), Cooperativa Camponesa do Araguaia Tocantins (COOCAT) e Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS). O CNS estabelecia relações com os sindicatos (STRs) e a FETAGRI. A FATA, Caixa Agrícola e as associações estabeleciam relações de produção e comercialização com a COOCAT. Ademais, a FATA articulava os sindicatos na perspectiva de construção de referências técnicas que lhes permitissem resistir produzindo na terra ocupada. A partir dos anos 90, surge na região o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a Escola Família Agrícola (vinculada à FETAGRI), a Federação de Cooperativas do Araguaia-Tocantins (FECAT), a Central de Associações – vinculada à Federação de Associações (FECAP) – e a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). Segundo Assis (2007), o surgimento dessas novas entidades se deu em virtude de um processo complexo de

---

<sup>15</sup> Pereira (2015) explica o que eram as delegacias sindicais: “As delegacias sindicais eram prolongamentos das estruturas de poder internas aos STRs numa determinada área ou comunidade, quase sempre, ocupadas por lideranças dos trabalhadores rurais daquelas localidades, que encaminhavam as reivindicações dos posseiros em luta pela terra.” (PEREIRA, 2015, p. 283).

deslegitimação/legitimação dos aparelhos sindicais tradicionais, sendo que as referidas entidades apresentam interesses diferenciados.

É nesse contexto complexo, marcado por tensões e conflitos rurais, em que o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Marabá está inserido. Guerra (2013) enfatiza o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no processo de fundação do sindicato, sendo que houve varias reuniões em que se discutiu a necessidade da organização para que se conseguissem conquistas frente ao latifúndio e ao grande capital.

Havia receio dos trabalhadores em assumir cargos no sindicato, temendo represálias. Conseguir doze pessoas para formar a comissão inicial foi uma dificuldade. A Assembleia de Fundação contou com pouco mais de cinquenta pessoas, no dia 20/12/1980 (GUERRA, 2013, p. 95).

O primeiro presidente do sindicato foi João Honorato de Paula, conhecido como João do Cupu, que exerceu mandato no período de 1980 até 1983 (GUERRA, 2013). Com o assassinato do advogado Gabriel Pimenta, João do Cupu abandonou o cargo e apenas a família sabe onde ele se encontra desde essa época. O mandato do atual presidente finda em 2019. Ele foi eleito em 2011 – para mandato de quatro anos – e reeleito em 2015. Desde a sua fundação, o sindicato foi presidido exclusivamente por homens, num total de oito presidentes. De acordo com as entrevistadas Vana (2017) e Frida (2017) e os entrevistados Saulo (2017) e Itamar (2017) é real a possibilidade de que em 2019 seja eleita a primeira mulher presidente do STTR de Marabá.

#### 4.2 A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO SINDICALISMO DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS

As Comunidades Eclesiais de Base e grupos de mulheres organizados pela Comissão Pastoral da Terra – na década de 1970 do século XX – contribuíram significativamente na historia do movimento de mulheres trabalhadoras rurais. Moreira, Maneschy e Álvares (2014) descrevem a origem do movimento de mulheres trabalhadoras rurais no Brasil, ocorrida na década de 1980 do século XX, momento em que ocorria a abertura democrática e a consolidação do movimento de mulheres e feminista no Brasil. Segundo essas autoras, surgiram à época vários conselhos de direitos, como os conselhos de educação, da mulher, os fóruns e os conselhos de promoção da igualdade racial.

Conforme Esmeraldo (2013) o movimento sindical de trabalhadores rurais tem a função política de instrumentalizar – com informações e lutas – a formação da consciência

dessa categoria profissional para acessar direitos. De acordo com discussão anterior, referente à divisão sexual do trabalho presente na agricultura familiar, percebe-se que “a prática e o discurso político no movimento sindical não fogem à regra, pois a entidade apoia-se na reprodução e defesa do gênero masculino como representação da categoria profissional de trabalhador rural” (ESMERALDO, 2013, p.245).

É interessante apresentar a discussão sobre participação proposta por Bordenave (2013): “As pessoas participam em sua família, em sua comunidade, no trabalho, na luta política. Os países participam nos foros internacionais, onde se tomam decisões que afetam os destinos do mundo” (BORDENAVE, 2013, p.11). Esse autor aponta duas bases complementares da participação: base *afetiva* e base *instrumental*, sendo que nem sempre ocorre o equilíbrio entre essas bases:

Porém, às vezes, elas entram em conflito e uma delas passa a sobrepor-se à outra. Ou a participação torna-se puramente “consumatória” e as pessoas se despreocupam de obter resultados práticos – como numa roda de amigos bebendo num bar – ou ela é usada apenas como instrumento para atingir objetivos, como num “comando” infiltrado em campo inimigo (BORDENAVE, 2013, p. 16).

Existem questões-chave na participação de um grupo ou organização: qual é o grau de controle dos membros sobre as decisões e quão importantes são as decisões de que se pode participar (BORDENAVE, 2013). Quando se trata da participação das mulheres em associações e sindicatos rurais, geralmente elas não participam de cargos de liderança, não aparecem nos espaços públicos, predominantemente masculinos, todavia, as mulheres conseguem exercer outro tipo de poder: “Elas podem ser excluídas da autoridade, embora exerçam todos os tipos de poder informal. Seu status pode ser derivado de suas relações com os homens, embora elas sobrevivam a seus maridos e pais.” (ROSALDO, 1979, p.48). Como, por exemplo, nas conversas dessas mulheres com seus respectivos companheiros que são lideranças e, conseqüentemente, na maneira que esses diálogos impactam nas decisões deles. Às vezes, as mulheres mandam mais do que os homens, entretanto, isso não aparece publicamente.

Moreira, Maneschy e Álvares (2014) comentam os principais entraves à participação das mulheres nas associações e sindicatos rurais: reconhecimento da atividade de trabalhadora rural; não discriminação do trabalho; dificuldade de conciliação das tarefas domésticas com a presença nos espaços públicos coletivos de decisão; violência doméstica sofrida pelas

mulheres e ausência de atendimento às vítimas nas áreas rurais. É comum os maridos elencarem obstáculos, como, por exemplo, *permitir* que as mulheres participem das reuniões apenas depois de concluir as tarefas domésticas ou cuidar dos filhos; além disso, há situações de retaliações sofridas por essas mulheres ao retornarem das reuniões (são vítimas de violência física, são discriminadas publicamente, dentre outras situações). Pesquisa realizada por Paulilo (2009) corrobora essa questão, sendo a repressão sexual e a exposição ao ridículo apontadas como instrumentos eficazes de controle dos homens em relação às mulheres.

Estudo feito por Guerra (2013) sobre sindicalismo rural aponta para destaque especial na participação das mulheres nas decisões que dizem respeito à família e na realização de atividades produtivas, inclusive com o reconhecimento pelos homens da habilidade maior das mulheres em muitas operações, como a colheita do arroz e o fabrico de farinha. Para Marin (1998), apesar da existência de formas mais ou menos veladas de discriminação que as mulheres são vítimas no interior de organizações sindicais, é possível constatar que há uma atualização dos seus programas de atividades, incluindo plataformas de lutas das sindicalistas e das camponesas.

Pesquisa realizada por Farias *et al* (2017) sobre a participação de cinco mulheres camponesas que se constituíram lideranças e dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Rondon do Pará apontou para o rompimento com a cultura dos papéis cristalizados como femininos, possibilitando reformulações das relações e representações de gênero.

Sob a direção de mulheres, o STTR de Rondon do Pará tem mantido seu caráter combativo no enfrentamento do trabalho escravo e no apoio às ocupações de terra e luta pela reforma agrária. Em decorrência de suas ações, tem sido alvo de ameaças contra suas vidas, cotidianamente, sob muitas tensões (FARIAS *et al*, 2017, p. 82-83).

Farias *et al* (2017) destacam que, desde 2002, com a eleição de Joelma para o cargo de presidência, as mulheres têm se mantido dirigentes do STTR de Rondon do Pará. Joelma é viúva do sindicalista Dezinho, “assassinado pelo latifúndio, em Rondon do Pará no ano de 2000” (FARIAS *et al*, 2017, p. 79). De acordo com as narrativas das cinco mulheres, a palavra “empoderamento” tem sido recorrente, evidenciando categoria operacional e estratégica nos seus discursos de identidade.

### 4.3 O SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DE MARABÁ

Conforme apresentado anteriormente, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá foi fundado em 20 de dezembro de 1980, segundo Guerra (2013). Porém, essa data é contestada, uma vez que, em conversa informal<sup>16</sup> com Ademir Martins dos Reis<sup>17</sup>, presente na reunião de fundação, a data válida é 10 de dezembro de 1980. Além disso, a data de 10 de dezembro também é citada na matéria publicada na página 08 do Jornal Correio do Tocantins de 03 a 09 de junho de 1994, sobre o processo eleitoral do ano de 1994. Intitulada “Oposição desbanca situação no Sindicato dos Trabalhadores”, a matéria informa sobre a vitória da Chapa 02, presidida por Francisco Ferreira de Carvalho, derrotando a Chapa 01, que tinha como titular o então presidente Francisco Barbosa da Silva (Chicó):

O presidente eleito garantiu que jamais tomará alguma decisão em seu mandato de 3 anos sem antes consultar a sua categoria. O STR-Marabá, **fundado em 10 de dezembro de 1980**, possui em seus quadros cerca de 8 mil associados, dos quais apenas 50% desse número estão quites com suas obrigações estatutárias (Correio do Tocantins, 1994, grifo nosso).

Em relação ao processo de fundação do sindicato, o entrevistado Milton (2017) destaca elementos importantes:

Naquela época, a gente ia fazer uma reunião era no quintal de alguém lá em Morada Nova, até chamava Júlio. Ele cedia o quintal dele para nós. Era debaixo de uns pés de manga. Aí o pessoal conversava a discussão da criação do sindicato e da ocupação que ia ter. A primeira ocupação que teve, hoje ela tá no município de Ipixuna, conhecida antigamente como Pau Seco e hoje é o Assentamento Fortaleza.

(...) Aí fizemos aqui a discussão, naquela época quem participava das discussões – eu era um rapazinho novo mas eu lembro – era o Padre Humberto (da Igreja), o Ademir Martins, aí foi a época que chegou o Mano na região, o Wambergue. Quando para criar o sindicato, marcava aquela reunião, a gente ia lá para o quintal do seu Júlio. Ele até morreu já também. Aí conversava, as conversas eram baixinhas porque para os vizinhos do lado não *escutar*, porque ninguém sabia se tinha inimigo (Entrevista com Milton, em 23/05/2017).

A extremada concentração da propriedade da terra existente no sudeste paraense obrigou centenas de famílias camponesas chegadas à referida região a ocupar, como

<sup>16</sup> Conversa informal realizada em 18 de março de 2017, em minha residência, em Belém/PA.

<sup>17</sup> Ademir Martins dos Reis trabalhava na coordenação do Movimento de Educação de Base (MEB) em 1980. Ele lembra com precisão por ter associado o dia 10 de dezembro ao dia em que a Organização das Nações Unidas adotou a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) – em 1948.



posseiros, áreas formalmente reservadas à coleta de castanha e/ou fazendas agropecuárias (PETIT, 2003). É nesse contexto que ocorre o conflito do “Pau-Seco” – Castanhal Cametaú, destacando-se pela violência com que se deu e que teve como desfecho a morte do advogado dos posseiros, Gabriel Pimenta (EMMI, 1999). Pereira (2015) descreve os desdobramentos jurídicos aos acusados do assassinato: o fazendeiro Nelito, seu empregado Marinheiro e o pistoleiro conhecido por “Ouriçado” (EMMI, 1999). Convergindo com o depoimento do entrevistado Milton (2017), o autor Assis (2007) enfatiza que foram os posseiros envolvidos no conflito do Castanhal Pau-Seco/Cametaú que forçaram a criação do STR de Marabá, à revelia da Fetagri/PA, que não demonstrava interesse em criá-lo:

A eleição reuniu 400<sup>18</sup> agricultores de várias localidades em clima tenso. A pressão do regime militar e da oligarquia local ainda era tão forte que o local escolhido para a Assembleia foi o distrito de Morada Nova a 12 km da cidade de Marabá onde, após a sua fundação, permaneceu como sede por algum tempo (ASSIS, 2007, p.88).

Os coordenadores das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) também contribuíram nesse processo de criação, conforme depoimento do entrevistado João (2017):

A partir das Comunidades Eclesiais de Base, com todos esses coordenadores e coordenadoras que tinha, foi muito fácil. A dona Ana, de Itainópolis, do Rato, era animadora lá da Matrinchã, participou; O Chicão, do Murumuru, participou; o Higino do Murumuru participou. (...) Então conseguimos criar o sindicato na Igreja de Morada Nova. (...) E o primeiro presidente foi o João do Cupu. O segundo foi o Antônio Chico (Entrevista com João, em 11/07/2017).

Segundo Emmi (1999), os conflitos em áreas de castanhais situam-se como componentes decisivos da crise do poder oligárquico, sendo que alguns conflitos merecem destaques por se tratar “da reação articulada da oligarquia contra o inimigo comum: os trabalhadores que se organizam, passando a questionar os direitos dos latifundiários da castanha” (EMMI, 1999, p.128). Para essa mesma autora, o ano de 1985 do século passado foi marcado por “chacinas” em áreas de castanhais, ou seja, conflitos em que, devido à violência praticada, ocorreram muitas mortes – conflitos nos castanhais Pau Ferrado, Surubim, Ubá, Fortaleza e Princesa.

O quadro 04, organizado por Guerra (2013), apresenta as principais ocorrências do STR de Marabá até o ano de 1991 enquanto que o Anexo B apresenta a Carta Sindical do

---

<sup>18</sup> Há contradição no número de participantes na reunião de fundação do STR de Marabá. Para Assis (2007), participaram 400 agricultores enquanto que para Guerra (2013) participaram cinquenta. De acordo com o entrevistado João (2017), presente na ocasião, participaram aproximadamente 200 pessoas.

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá, datada em 10 de dezembro de 1984. A Carta Sindical aprova os seus Estatutos sociais e reconhece-o como órgão representativo da categoria profissional “trabalhadores rurais” integrante do Plano da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Esse documento só era emitido para os STRs que passassem pela triagem do INCRA e da Delegacia Regional do Trabalho (DRT), agências governamentais que cuidavam da organização da parte legal dos STRs (ASSIS, 2007).

**Quadro 04:** Principais ocorrências do STR de Marabá

DATA	OCORRÊNCIA	FONTE
1965	Fundação de uma cooperativa de pequenos produtores, COPEMA, frustrada pela má administração.	VELHO, 1972:122 e Francisco Barbosa (Chicó)
1969	Abertura da PA 150	
06/1979	Ocupação das Fazendas Fortaleza I e II	Francisco Barbosa
10/12/1980	Fundação do STR. Assume João Honorato de Paula (João do Cupu), como primeiro presidente.	Francisco Barbosa
18/02/1982	Assassinato do advogado Gabriel Pimenta	Comissão Pastoral da Terra
1983	Com a renúncia de João Honorato de Paula, intimidado pela morte do advogado Gabriel, é eleito Antonio Francisco da Silva para assumir a presidência da entidade.	Francisco Barbosa (Chicó)
10/12/1984	Outorga da Carta Sindical pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social	Carta Sindical
12/05/85	Eleição de Antonio Francisco da Silva para cumprir mandato de 3 anos	Ata do STR
20/05/88	Eleição de Francisco Barbosa da Silva para exercer mandato até 1991	Ata do STR
01/06/1991	Reeleição de Francisco Barbosa da Silva para exercer mandato até 1994	Ata do STR

**FONTE:** Documentos do STR

Organizado por GUERRA (2013) e atualizado por Luciana Moreira dos Reis (2017).

A primeira década do sindicato foi caracterizada pela luta por sua democratização, uma vez que as diretorias não estavam do lado dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, considerando a influência da família dos Mutran, citada anteriormente. Os processos eleitorais foram acirrados, conforme detalhamento do entrevistado Luís (2017):

Aí trabalhamos outra história, a oposição sindical. Porque no sindicato tinha a Adelina, era a chefona e Haroldo Bezerra, não sei quem mais. O sindicato era desses políticos, não era dos trabalhadores. E nós *tava* naquela ideia do Avelino Ganzer de “sindicato combativo”. Fomos em 85 [1985], perdemos a eleição. Foi com o Pedro Leite. Em 88 [1988] nós perdemos com o Arnaldo. Em 91[1991] nós não botamos diretoria porque nós *tava* tudo desgastado. Porque em 88 [1988] nós *ganhava*, mas o Luís Carlos entrou com uma chapa contra a nossa, aí duas chapas do mesmo lado da oposição, aí sabia que perdia, né?

(...) Eram três chapas. A chapa da situação e duas da oposição. Nós conversamos com o Luís Carlos, “vamos fazer uma aliança entre nós porque vocês não tem voto tanto nosso”. Nós fizemos 559, eles [a outra chapa de oposição] fizeram 192 e o pessoal [a situação] *fizeram* 680. Nós *dava* de chicotadas neles. Aí nós perdemos. Aí em 91 [1991] nós fizemos aliança. “Você vai para lá como secretário [geral] para organizar para em 94 [1994] nós *ganhar*.” Como de fato eu ganhei [em 1994]. Fizemos aliança e eu saí de Secretário Geral. Isso o Mano intermediando, o Gatão, todo mundo intermediando a aliança, eu queria ser vice, eles [a situação] não deixaram. Só deixaram ser o secretário geral [em 1991]. Em 94 [1994] fiquei como presidente, a chapa deles *tiveram* 458 votos (...) e nós demos uma lavagem neles de 715 (Entrevista com Luís, em 19/05/2017).

Portanto, a partir de 1994, com a vitória da oposição sindical, a diretoria iniciou um processo de formação política para os trabalhadores e trabalhadoras rurais, bem como se intensificou a criação das delegacias sindicais. A figura 05 representa a sede do sindicato, que funciona nesse local desde o ano de 1984.



**FIGURA 05:** Sede do Sindicato, Marabá (PA).  
Foto Luciana Moreira dos Reis (2017)

A questão da luta pela terra estava diretamente ligada à Igreja Católica<sup>19</sup>. A entrevistada Simone (2017) esclarece que havia a presença da Igreja Católica em cada local

<sup>19</sup> “Após o Concílio Vaticano II (1962-1965), a Igreja Católica, sobretudo, na América Latina, por meio da ação de vários padres, freiras, leigos(as), os jovens da ação católica foram inseridos em atividades pastorais, sociais e políticas, em defesa dos empobrecidos, com vistas à construção de uma sociedade justa e igualitária” (LIMA, 2015, p.41).

onde os posseiros estavam organizados: “o pessoal sempre estava ali animando. Era em Itupiranga, Marabá (várias regiões), Jacundá, Nova Ipixuna.” (Entrevista com Simone em 23/05/2017). Prefaciando o livro “A Igreja dos Oprimidos”, Paulo Freire (1981) destaca a caminhada da Igreja em selar seu compromisso com os pobres:

Falar desta caminhada é falar da Igreja profética, é falar do processo mesmo em que ela, assumindo profundamente a mensagem dos evangelhos, é tão velha quanto esta mensagem, sem ser tradicional, e é tão nova quanto ela, sem ser modernista. A Igreja profética é a igreja da esperança, esperança que só existe no futuro, futuro que só as classes oprimidas têm, pois que o futuro das classes dominantes é a pura repetição de seu presente de opressores (FREIRE, 1981, p. 10).

Pereira (2015) considera a Igreja Católica como talvez a única instituição da sociedade civil com projeção política nacional que, naquele momento, estava envolvida nas questões de terra, apoiando os posseiros. A contribuição da Igreja Católica trata-se de interessante contradição por ser uma instituição extremamente conservadora, de modo geral, mas que, naquele período, foi fundamental na luta dos trabalhadores rurais e também no estímulo ao protagonismo das mulheres.

Em relação às conquistas do sindicato, a luta pela terra é a principal. Marabá tem 77 projetos de assentamento (INCRA, 2017) e em todos eles, excetuando-se o PA 26 de Março, o sindicato esteve na frente no processo da luta para que as famílias pudessem ser assentadas. A lista dos principais assentamentos está descrita pelo entrevistado Itamar (2017):

Tivemos inúmeras desapropriações no município. Nesse período foi importante a desapropriação da Três Poderes, da José Pinheiro e Pouso Alegre. Na Três Poderes são três núcleos ou um núcleo com três assentamentos. A Boa Sorte lá em Parauapebas, que teve conflito e tudo mais. (...) O Talismã também. O Belo Vale, o Boa Esperança do Burgo. Tudo já do meu tempo para cá. Desse período para cá (...) então são conquistas grandes. E daí as conquistas dos créditos. Grandes acampamentos. O Sindicato de Marabá era protagonista desse negócio porque era o maior que tinha. Acampamento de oito, dez mil pessoas no INCRA, que levava meses e tudo mais. Foi muita conquista. Em 97/98 [1997/1998] teve um acampamento grande. Depois teve outro muito grande, mas não me lembro bem o tempo (Entrevista com Itamar, em 22/05/2017).

O acampamento na sede da SR-27 do INCRA, em novembro de 1997, foi um marco porque em nenhum momento da história da região um contingente tão grande de trabalhadores e trabalhadoras rurais havia conseguido se organizar para permanecer tantos

dias acampados (vinte dias), sendo que a repercussão foi imediata e o INCRA Nacional precisou intervir nas negociações com o movimento social (INTINI, 2004).

O entrevistado Milton (2017) reforça o depoimento do entrevistado Itamar (2017), enfatizando o acampamento de 1997:

A verdadeira conquista foi em 97 [1997], uma ocupação que nós fizemos aqui com 12 mil/15mil trabalhadores aqui nesse INCRA que só de Marabá naquela época – foi de 97 [1997] para 98 [1998] – uma ocupação grande que a gente prendeu o Victor Hugo que era o Superintendente na época. De uma canetada só foram criados, no município de Marabá, doze projetos de assentamento (Entrevista com Milton, em 23/05/2017).

Interessante frisar que nesses processos de ocupação à sede do INCRA em Marabá as mulheres participavam apenas “servindo de massa para aumentar o bolo” (Entrevista com Simone, em 23/05/2017) uma vez que o protagonismo era dos homens:

(...) as mulheres vinham também, as mulheres vinham. Mas era muito difícil você ver uma mulher na linha de frente, no microfone, falando para reivindicar alguma coisa. (...) Ainda predominava o machismo muito grande (...) na hora aqui para poder firmar tudo isso junto ao INCRA, junto aos órgãos, o protagonismo era dos homens (Entrevista com Simone, em 23/05/2017).

Outras conquistas importantes do sindicato relacionam-se a: organização dos trabalhadores; criação da Feira da Agricultura Familiar – citada no item 2.2.1 da dissertação; desenvolvimento e infraestrutura dos assentamentos, tais como créditos rurais Habitação, Fomento, PRONAF, Programa Luz para Todos, estradas; encaminhamento dos benefícios previdenciários – aposentadoria, salário-maternidade, pensão por morte, salário-reclusão; conquistas específicas para as mulheres (serão detalhadas no capítulo cinco) e criação da Escola Família Agrícola/EFA.

No decorrer dos anos, mudanças importantes foram implementadas no Estatuto do STTR de Marabá, sendo que as referidas mudanças ocorreram de “cima para baixo”. A Assembleia de 27 de novembro de 2009 estabeleceu o acréscimo do termo **trabalhadoras rurais** ao nome do mesmo, uma vez que o sindicato foi criado Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Além disso, estabeleceu o respeito às cotas de mulheres, jovens e idosos. Em 02 de junho de 2015, houve nova alteração estatutária. A Assembleia aprovou que o Sindicato dos

Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Marabá passaria a ser denominado **Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Município de Marabá**.

Atualmente o sindicato é responsável pela homologação das rescisões de contrato dos assalariados rurais – pessoas que trabalham em fazendas em regime celetista. O movimento sindical tem discutido a criação do Sindicato dos Empregados Rurais de Marabá. Quando essa criação for efetivada, haverá uma separação e o futuro sindicato será o responsável pelas homologações citadas anteriormente, conforme explicação do entrevistado Saulo (2017):

Era Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. O que está acontecendo hoje: nós fizemos uma assembleia fazendo uma mudança no estatuto. Hoje o nosso sindicato está Sindicato dos Trabalhadores Agricultores e Agricultoras Familiares do Município de Marabá. Nós já fizemos essa separação. Hoje nós estamos representando o Sindicato dos Agricultores e Agricultoras Familiares e a gente está concluindo hoje daqui uns trinta, quarenta, sessenta dias o Sindicato dos Empregados Rurais do Município de Marabá (...) O sindicato, dentro da programação que a gente está fazendo, ele ser concretizado por nós, vai ser uma coisa ligada à gente. Então talvez eu possa ser presidente, talvez possa ser outro, mas pessoa ligada ao sindicato, ligada à Fetagri porque não pode correr o risco de cair na mão de patronal. Porque não tem como dar certo. Então tem que ficar na mão de pessoas que já *faz* a luta, que defende o trabalhador. (...) Vai ser o Sindicato dos Agricultores e vai ser o Sindicato dos Empregados Rurais, com diretorias completamente diferentes (Entrevista com Saulo, em 24/05/2017).

A entrevistada Frida (2017) complementa as informações a respeito da criação do sindicato dos empregados rurais: “Os sindicatos do sudeste ligados à Fetagri já tem essa conversa (...) aqui tem essa historia também, mas ainda não está decidido (...) mas é preciso fazer logo porque não podemos continuar homologando se nós não somos mais representantes deles.” (Entrevista com Frida, em 18/05/2017).

A atual diretoria do sindicato é alvo de várias críticas. O entrevistado Milton (2017) discorda da forma de gestão. Segundo ele, há uma série de lideranças igualmente insatisfeitas: “Na verdade a bandeira do movimento foi desastada, enrolada e engavetada que não aparece mais. E para levantar essa bandeira vai dar trabalho. Vai dar um trabalho grande, não é fácil não.” (Entrevista com Milton, em 23/05/2017).

## 5. AS MULHERES DO SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DE MARABÁ

### 5.1 A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA ESTRUTURA DO SINDICATO

Num sindicato como é o de Marabá, ele é um sindicato que tem que ter uma pessoa realmente de garra para poder comandar porque é um sindicato grande e a pessoa que tem que estar na frente precisa ter muito pulso para comandar todas as questões. Porque não é fácil. Mas as mulheres ainda não se encorajaram. (Entrevista com Simone, em 23/05/2017).

Historicamente, o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Marabá é conduzido por homens. Há mulheres que se destacaram ou se destacam principalmente na organização dos acampamentos e das associações dos projetos de assentamentos. Todavia, na gestão do sindicato em si, as mulheres não são protagonistas oficiais, conforme constatei na pesquisa de campo. A entrevistada Frida (2017) elenca algumas das mulheres que coordenam ou coordenaram acampamentos e associações de assentamentos:

Tem a Marta que é do José Pinheiro; tem a Íris que é do Maravilha, que também era diretora; tem a dona Neusa que é do Padre Josino; tem a dona Ana que é do Igarapé do Rato; tem a dona Dalva que é coordenadora do acampamento Estrela da Manhã; tem a Elza que é coordenadora da Nossa Senhora Aparecida que fica na Fazenda Itacaiúnas. (...) tem sim muitas mulheres no movimento. Mas na cabeça é os homens (Entrevista com Frida, em 18/05/2017).

Conforme explicações de alguns homens dirigentes, a ausência de mulheres na linha de frente do sindicato se refere a uma estratégia para protegê-las dos conflitos e embates, geralmente violentos e que as mulheres não teriam condições de resolver:

As mulheres apareciam pouco até para *ser preservada* porque não era fácil. Eu não acho um pecado elas não despontarem na frente porque aqui a coisa era muito perigosa. Ainda é. Então aqui muita gente pode interpretar “abafa as mulheres”, mas é também um pouco a questão da preservação. É mais fácil para o homem lidar com essas coisas do que as mulheres. Às vezes são casadas, tem que responder isso, tem que responder aquilo, aí essas coisas a gente sempre evitou. Mas muito por respeito mesmo. Porque a gente não pode perder as companheiras. As companheiras ajudaram muito. Você já pensou: uma mulher casada, jovem e todo dia está na delegacia? Não é muito fácil para a família dela, a estrutura familiar quebra mais do que a do homem (Entrevista com Itamar, em 22/05/2017).

Nesse sentido, os cargos ocupados pelas mulheres no STTR de Marabá, no decorrer das gestões – basicamente a partir da década de 1990 do século XX – referem-se à Secretaria de Mulheres, Secretaria de Formação, Secretaria de Juventude Rural, Secretaria de Políticas

Sociais, Vice-presidência, suplência da diretoria e conselho fiscal. Como destacado anteriormente, todos os presidentes do sindicato, desde a sua fundação em 1980, são homens. Sobre essa questão, são várias as possibilidades de análise, sendo que o entrevistado Saulo (2017) apresenta a seguinte:

Eu avalio assim que talvez pode ser que alguma mulher não se colocou à disposição para presidente ou talvez pela conjuntura, pelo processo de construção da diretoria talvez também não teve essa oportunidade. Então eu avalio por esse motivo. Mas não assim por discriminação ou por ver que não tem capacidade de dirigir, de gerar [gerir], por ser um sindicato que tem grande enfrentamento, eu não avalio por esse lado (Entrevista com Saulo, em 24/05/2017).

O entrevistado Itamar (2017) defende o ponto de vista a seguir:

Mas as mulheres aqui nunca se propuseram a ser presidente. Também porque a gente sabe que não é fácil. O que aconteceu com o Pipira<sup>20</sup>, o que aconteceu com outros companheiros aqui. (...) Os confrontos todos, né? Ter que levantar de madrugada em acampamento, tem que enfrentar os despejos. O Pipira acompanhou isso muito mais de perto. Tem que perder o dia, sair de casa de manhã e não sabe a hora que chega. Então nessa conjuntura não é fácil para uma mulher. Principalmente uma mulher que tem marido. O marido nunca vai compreender isso. (...) De madrugada o telefone toca chamando a mulher para ir daqui a 200 quilômetros, como aconteceu isso. Não é fácil, não (Entrevista com Itamar, em 22/05/2017).

O entrevistado João (2017) compreende a origem da ausência de mulheres na linha de frente do sindicato diferentemente dos entrevistados anteriores:

A Presidência que dá prestígio é muito raro que é mulher, porque dá prestígio. Agora é muito frequente ver secretária, não é frequente ver tesoureira, questão social [secretária de políticas sociais]. Na secretaria agrária e secretaria agrícola é muito raro que é mulher (...) **Eu acho que aonde tem prestígio, aonde tem dinheiro (...) é muito difícil que tenha mulher** (Entrevista com João, em 11/07/2017, grifo nosso).

Aprofundando esse debate, vale destacar o posicionamento da entrevistada Maria (2017):

Porque ali no sindicato nós temos ali, nós somos uma turma assim: “Ah, eu defendo a categoria da mulher e tal”, mas a mulher não pode assumir cargos para comandar, cargos de cabeça. Então, assim, ali é complicado, principalmente no Sindicato de Marabá. Nós somos companheiros. “Companheiros e companheiras”, mas só nas aspinhas. A mulher tem que ser sempre lá coordenadas por eles e não eles serem coordenados por elas. Jamais, jamais (Entrevista com Maria, em 14/07/2017).

---

<sup>20</sup> Pipira: Antonio Gomes, presidente do STTR de Marabá nos períodos de 2003-2007 e 2007-2011.



Esses depoimentos antagônicos corroboram o pensamento de Pimenta (2013) sobre o processo dinâmico da ação política das mulheres no sindicalismo rural, resultando na emergência de identidades coletivas e política num campo de instabilidades e tensões, negando as mulheres como sujeito político, insistindo em silenciá-las.

Em relação à política de cotas de 30% para as mulheres é cumprida em virtude da cobrança exercida por elas, todavia, houve gestões em que as mulheres estavam presentes apenas *no papel* sendo isoladas das discussões e decisões. A entrevistada Tereza (2017) esclarece que:

As coisas que eu criticava, os 30% que eles colocavam lá na diretoria era só para compor porque era obrigado. Porque as mulheres de fato não participavam (...) porque o marido não deixava com certeza vir lá da zona rural. As mulheres que faziam parte da diretoria é porque alguém mandava “Olha, a gente precisa preencher aqui. Bota teu nome aqui” Então não tinha o menor interesse. Era desse jeito (Entrevista com Tereza, em 19/05/2017).

Complementado a discussão sobre cotas, a entrevistada Maria (2017) afirma que:

As mulheres só são bem vindas lá no sindicato na hora da luta, na hora de fazer a composição para manter a cota ou então para fazer o papel de ser secretária da Previdência Social (...) Apesar de tantos avanços, de tantas lutas, de tantas batalhas. Nós continuamos na mesmice (Entrevista com Maria, em 14/07/2017).

O STTR de Marabá é mantido financeiramente pelas mensalidades dos(as) sócios(as), em especial os(as) aposentados(os), uma vez que o desconto da contribuição sindical (correspondente a 2% do salário mínimo) é automático. O sindicato adota o repasse mensal de ajuda de custo para os membros da Diretoria Executiva. Na gestão 2015-2019 a Diretoria Executiva é composta por nove dirigentes, todavia, na prática, somente cinco<sup>21</sup> dirigentes trabalham efetivamente, ou seja, recebem a referida ajuda de custo. Essa medida foi necessária com objetivo de redução de gastos, tendo atingido a Secretaria de Mulheres, dentre outras secretarias. Portanto, é um dos motivos que explica a diminuição da participação das mulheres na luta do sindicato. Sem recursos financeiros, é impossível articular as mulheres rurais, principalmente considerando a dificuldade de deslocamento geográfico (distância, condições das estradas), conflitos domésticos, dentre outros entraves.

---

<sup>21</sup> A ajuda de custo é repassada ao Presidente; Vice-presidente; Secretário Geral, de Formação e Organização Sindical; Secretário de Administração, Finanças e Assalariados/as Rurais; Secretária de Políticas Sociais.

Porém, a realidade aponta para ocasiões em que havia recursos financeiros, mas que não eram priorizados pelos dirigentes para atividades com mulheres, conforme depoimento da entrevistada Vana (2017):

Quando eu precisava de uma reunião ali no INCRA, Dia da Mulher, dia de alguma coisa assim, que pertencia a nós, mulheres, o povo brigava comigo. Eu tirava dinheiro do meu bolso porque eu vendia muita coisa da roça. Eu sempre tinha o meu dinheirinho. Mandava fazer aquelas faixas, pedia a nota. “Não, não tem dinheiro, não.” [imitando, voz fina]. O tesoureiro dizia assim: “Não. Nós estamos tudo liso.” (...) Aí eu botava era quente. “Se vocês não *tiver* óleo para isso, eu trabalho na roça. Eu tenho dinheiro do meu milho, disso e disso. Eu boto gasolina e arrumo motorista!” (...) Aí depois que nós saímos acabou. Não se vê reunião em canto nenhum. Só vê só os machos, a gente não vê assim as mulheres que trabalham lá (Entrevista com Vana, em 22/05/2017).

Retomando a discussão sobre a ajuda de custo, duas mulheres ex-dirigentes relatam que eram excluídas desse repasse, sendo que os dirigentes homens recebiam normalmente o recurso.

Eu nunca recebi ajuda do sindicato (...) Aí sempre assim, tinha aquela alegação de que não tinha recurso, que não tinha nada, não tinha fundo, e que tinha aquelas prioridades que era o presidente que tinha prioridade, o secretário financeiro que tinha prioridade, o outro secretário que trabalhava com a questão da previdência social é que tinha ainda a prioridade. Mas eu que era simplesmente vice, secretária de gênero, secretária de mulher? Não tem recurso para isso! (...) às vezes eu tirava do bolso para ir trabalhar para o sindicato, para fazer o trabalho do sindicato (Entrevista com Maria, em 14/07/2017).

Na diretoria pelo menos eu trabalhei muitos tempos (...) pelo menos eu trabalhei um ano e meio fiado. Aí que a Marta fez uma reunião com todo mundo lá e disse que era para *mim* procurar meus direitos (Entrevista com Vana, em 22/05/2017).

Segundo a entrevistada Joana Angélica (2016), é possível comparar a participação das mulheres nos STTRs em alguns municípios do sudeste paraense, enfatizando que a dinâmica de Marabá difere dos demais municípios:

E aqui já tinha também digamos que uma certa construção dessa organização das mulheres. No Sindicato de São Domingos do Araguaia elas já disputavam o espaço na Diretoria mesmo ainda tendo um modelo de sindicato que era altamente machista. Quem participava do sindicato eram os homens, quem ia para a Assembleia do sindicato eram os homens, quem decidia as coisas do sindicato eram os homens.

Em São João e São Domingos as mulheres começam a dizer “Não, nós também precisamos, devemos participar”. Em São Domingos particularmente elas eram 50% na diretoria do sindicato. 50% eram mulheres

e 50% eram homens. Então provocado por elas começa todo um debate de ocupação do espaço público pelas mulheres. Isso para mim é fundamental. No Sindicato de Marabá era muito difícil. Tinha mulheres, tem mulheres, por exemplo, a Raimundinha Solino era uma referência no Sindicato de Marabá. Ela, junto com outras mulheres, propunha uma discussão de participação efetiva das mulheres.

(...) e morreu no anonimato bem aqui em Marabá, foi atropelada. Ninguém, ninguém fez uma nota. Não saiu nada. A Raimundinha era uma liderança muito importante na luta das mulheres na região. Foi discriminada porque ficou separada do marido, era uma pessoa que participava ativamente da luta sindical e era muito importante na família dela, ela era muito importante talvez mais do que o Orlando que era o marido dela. E morreu aí no anonimato, o movimento sindical não fez uma nota.

(...) Uma mulher política, ajudou a construir o PT aqui, ajudou no debate da reforma agrária, foi a primeira secretária de gênero do sindicato. Então, era uma mulher articulada politicamente, além de ser uma pessoa muito simpática e tal. Mas foi altamente discriminada dentro do movimento. Então a estrutura sindical é marcada por isso (Entrevista com Joana Angélica, em 21/09/2016).

Guerra (2013) corrobora o depoimento da entrevistada Joana Angélica (2016) ao afirmar que a participação das mulheres é relevante no movimento sindical de trabalhadores rurais e nas organizações populares, em especial nos municípios de São João do Araguaia e Jacundá. Guerra (2013) demonstra que mesmo não assumindo posições de direção, as mulheres podem ter influência expressiva na militância sindical, o que demonstra quando analisa o discurso dos homens em que as mulheres são sistematicamente evocadas.

Para Bezerra e Alves (2017), é forte a participação e incidência política das mulheres no movimento sindical e na organização das mulheres nos municípios de São João do Araguaia, São Domingos do Araguaia e Itupiranga, sendo que a atuação das mulheres na luta pela terra deu-se de diversas formas e em diferentes espaços:

Como lideranças nas ocupações de terra, dirigentes ou delegadas sindicais, animadoras de comunidades ligadas à Igreja, em casa como arrimo de família quando seus maridos precisavam se ausentar por conta de mobilizações, acampamentos dos trabalhadores, ou por serem viúvas. A atuação dessas mulheres se dava articulando a luta pelo acesso à terra concomitantemente a pleito para a maior inserção das mulheres nas instancias organizativas como diretoras do sindicato, delegadas sindicais, dirigentes de associações, caixas agrícolas, bem como pela construção de novas relações de gênero na família e nos espaços organizativos (BEZERRA; ALVES, 2017, p.67).

Rosa Elizabeth Acevedo Marin publicou em 1998 um artigo intitulado “Perfil de mulher camponesa no sudeste do Pará” sobre a sindicalista Raimundinha Solino, citada pela entrevistada Joana Angélica (2016). Marin (1998) descreve:

A iniciação de Raimundinha em organizações ocorreu por volta dos anos 80 quando trabalhou no Movimento de Educação de Base e ela “ficou na área rural”. O seu marido também participava dos movimentos dos posseiros. Insistiu em dizer que durante a guerrilha do Araguaia foi um dos torturados pelo Exército. Dessa longa experiência, apenas fragmentada, nasce a Raimundinha camponesa, com projetos alternativos para permanecer e trabalhar na terra e igualmente, a sindicalista, dirigindo uma série de ações no lugar onde mora (MARIN, 1998, p.6).

Raimundinha Solino também foi citada por outros(as) entrevistados(as) dessa pesquisa: o entrevistado Luís (2017) se refere a ela como uma das mulheres participantes de curso de formação: “Era sobre política, autonomia da mulher, a mulher na política, da mulher se ingressar na política. Nesse tempo até a Raimundinha se entusiasmou e foi candidata [sorrindo] a vereadora” (entrevista com Luís, em 19/05/2017). A entrevistada Vana (2017) relembra de Raimundinha com emoção: “Ah, foi ela que me ensinou muitas coisas! Ela era delegada do sindicato, foi presidente da associação, ela foi da Secretaria de Mulher (...) A Raimundinha me ensinou muita coisa” (entrevista com Vana, em 22/05/2017). Segundo o entrevistado Valdir (2017), Raimundinha teve um papel fundamental na orientação às mulheres do sindicato:

Na política da mulher, nessa questão aí, a Raimundinha conseguiu (...) orientar as mulheres... Porque tu *sabe* como é aquela política da mulher, né? Orientação, fazer aqueles cursos de capacitação para as mulheres saberem qual é o direito que elas têm porque até naquele período ali as mulheres só achavam que só tinham o direito de cozinhar e pronto. E atender o marido e ficar calada. Então a partir dali eu entendi que muitas coisas mudaram. Quando nós terminamos de tirar o nosso mandato, as mulheres já estavam falando mais forte. Então a Raimundinha fez um bom trabalho, fez um trabalho muito bom naquele período lá. (...) a Raimundinha foi muito fiel com as mulheres (Entrevista com Valdir, em 23/05/2017).

Completando o ciclo de menções à Raimundinha Solino, a entrevistada Simone (2017) destaca que ela era uma das mulheres que organizava os Encontros de Mulheres, em conjunto com dona Dijé (citada na página 20):

Tinha a Raimundinha Solino, tinha a Maria de Jesus, que a gente chamava ela só de Dijé. Elas duas é que faziam mais frente dentro do sindicato. Por exemplo, vai ter um Encontro de Mulheres, elas é que tratavam dessa questão de articular, de fazer tudo que era possível para as mulheres poder participarem. Elas ficaram, elas conseguiram se manter dentro dessa questão da articulação do sindicato muitos anos, muitos anos. (...) Elas permaneceram nesse processo de fazer a articulação das mulheres do sindicato nesse período. Com elas, a gente pode bem dizer que a gente teve um grande avanço (Entrevista com Simone, em 23/05/2017).

O legado de Raimundinha Solino deve permanecer vivo, sua trajetória de vida é um exemplo de superação, determinação e empoderamento, servindo de exemplo à sociedade em geral.

## 5.2 AS MULHERES NA PERSPECTIVA DAS LIDERANÇAS SINDICAIS

Eu acho que a gente tem um trunfo na mão que é o seguinte: agricultura familiar, o que é? Família. Família o que é? Família sem mulher, família sem homem, existe? (...) Então essa é uma carta na manga que nós temos, portanto, se é familiar, por que teria mais homem do que mulher? (Entrevista com João, em 11/07/2017).

Ainda tem aqueles maridos que é meio carrasco, não quer que a mulher vá participar desse negócio. Mas é a questão de ciúme também. Eu vejo dois pontos: um é esse e o segundo ponto é que talvez ainda existe homem que, por exemplo, eu já vi um amigo meu dizer “Rapaz eu não vou para um sindicato, ser diretor de um sindicato para a mulher ser presidente, para eu **ser mandado por mulher**”. Duas coisas que eu vejo de dificuldade é isso aí (Entrevista com Milton, em 23/05/2017, grifo nosso).

Metodologicamente, a entrevista é um excelente instrumento de pesquisa por permitir a interação entre pesquisador(a) e entrevistado(a) e a obtenção de descrições detalhadas sobre o que se está pesquisando (OLIVEIRA, 2014). Na prática, ao longo da entrevista, o(a) entrevistado(a) emite opiniões diversas e, muitas vezes, contraditórias, sobre o mesmo tema (ROSA; ARNOLDI, 2008) ou sobre datas e eventos históricos. Ademais, das onze mulheres e sete homens que eu entrevistei, abordei perguntas sobre discriminação e/ou violência sofridas pelas mulheres. Em momentos pontuais das entrevistas com três homens, tive a impressão de que os mesmos estavam respondendo o que eles consideravam que eu gostaria de ouvir. Também ocorreu de algumas das mulheres entrevistadas descreverem situações em que foram vítimas de agressões verbais nas dependências do sindicato, sendo que, ao perguntar a respeito do tema<sup>22</sup> para o dirigente em questão, respondeu que as mulheres sempre foram respeitadas, não tendo presenciado nenhum tipo de discriminação – prevalecendo a ideia de que quem agride, esquece; quem é agredido, não.

Conforme abordado no item 5.1 da dissertação, as mulheres passaram a participar efetivamente da luta do STTR de Marabá a partir da década de 1990 do século XX. Os trechos dos depoimentos dos entrevistados João (2017) e Milton (2017) no início desta seção

---

<sup>22</sup>Pergunta: “Mas aqui dentro do sindicato, o tempo que você está aqui, você chegou a perceber alguma dificuldade que as mulheres enfrentaram aqui no sindicato? Algum tipo de entrave?”.

simbolizam as diferentes visões que as lideranças masculinas possuem sobre a participação das mulheres na luta sindical, sendo que os elementos do segundo depoimento predominam entre as lideranças sindicais.

Para a entrevistada Frida (2017), no movimento sindical de trabalhadores rurais é feito o debate sobre a importância das mulheres estarem à frente dos espaços e discussões, mas isso não tem ocorrido na prática, pelo menos nos últimos dez anos, nem no espaço do sindicato e nem no espaço doméstico das lideranças masculinas (ou seja, os homens discursam a respeito, mas não tratam bem as “companheiras” do sindicato nem suas esposas e demais familiares). O entrevistado Luís (2017) traz elementos importantes para o debate:

É porque muitas vezes as oportunidades para a mulher, elas não enxergaram e os homens não deram essa oportunidade delas participarem. Politicamente é isso. Porque na hora *aparece* quatro mulheres e aparecem cinquenta homens para disputar o mesmo espaço. Como os homens sempre tem o caminho mais livre e tem algumas que não tem coragem de ir para o embate mesmo (...) Na verdade sempre os homens acham que o lugar da mulher é na cozinha, que a luta sindical tem que ser para homem. Enquanto eu vejo o contrário, a luta sindical tem que ser para todo mundo. Que é aquela historia do discurso, o cabra diz “Não, mas a mulher tem vez, comigo tem vez” Mas será que tem mesmo? Será que tem vez mesmo? (...) Eu acho que tem que ter vez. Porque muitas vezes o cara diz no discurso, mas na prática não tem (Entrevista com Luís, em 19/05/2017).

De acordo com as mulheres entrevistadas, o medo é um fator preponderante que as impede de ascender, tanto nos espaços públicos quanto privados. Medo de falar, medo de defender suas ideias, medo de denunciar agressões sofridas, medo de se libertar do passado, medo de evoluir. Além disso, há o medo de ser julgada por sua condição de ser mulher, como esclarece a entrevistada Simone (2017): “Ah, se eu assumir um sindicato, como é que eu vou fazer e tal? E se eu não der conta, os fulanos vão dizer que não dei conta porque sou mulher” (entrevista com Simone, em 23/05/2017). Diante desse contexto, encontrar alternativas para vencer os diversos tipos de medo é essencial para a conquista do empoderamento nas dimensões pessoal, social, política e econômica.

A entrevistada Tereza (2017) relata a dificuldade em conviver com diretores mais velhos no sindicato, uma vez que era alvo de discriminação e descrença, devido sua pouca idade, à época em que foi diretora do STTR de Marabá, o que caracteriza um conflito entre gerações:

Eu via que eu tinha algum problema porque eu era jovem, na época eu tinha meus vinte anos. Jovem e mulher. Então quem *tava* ali são pessoas muito antigas, que *está* no sindicato há muito tempo. Então os homens de certa

forma viam a gente ali com aquele serviço mesmo de escritório. Que a gente tinha que fazer aquele papel do jeito que eles mandaram e tudo mais. Eles não viam a gente, a nossa participação de maneira como se fosse para ajudar também na organização dos trabalhadores (Entrevista com Tereza, em 19/05/2017).

A entrevistada Tereza (2017) conta ainda que conversava sobre essa situação com amigos de entidades parceiras e que recebia deles as seguintes orientações: “Taca a mão na mesa e começa a xingar! (...) Tem que mostrar que tu também *tem* poder lá dentro, *tem* poder de falar, tu também *é* diretora.” (Entrevista com Tereza, em 19/05/2017). Porém, ela preferia evitar confrontos e buscava desenvolver suas atividades através de parcerias por fora do sindicato. Ademais, a entrevistada Tereza (2017) destaca que sempre era designada para integrar conselhos municipais ou participar de reuniões que não eram prioritárias para os dirigentes homens: “Então me botavam para ficar em reuniões o tempo todo, reunião que não era de interesse deles, porque saúde e desenvolvimento rural não era interesse deles, então me botavam para depois eu só dizer o que aconteceu” (Entrevista com Tereza, em 19/05/2017). Essa postura demonstra um limite de compreensão política sobre questões fundamentais e que deveriam ser bandeiras relevantes do sindicalismo de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Saúde e desenvolvimento rural atribuídos a temas que poderiam ser tratados por mulheres induzem a uma reflexão sobre o grau de politização dos dirigentes do sindicato. Por outro lado, esses são temas que se aproveitados pelo engajamento feminino, poderiam tê-las projetado no campo sindical de forma mais efetiva de que se tivessem assumido outras áreas.

Pesquisando o lugar social das mulheres jovens do assentamento Nova Canaã, no município de Quixeramobim, sertão cearense, no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e nas políticas públicas, Sales (2010) fornece elementos que sintetizam o desabafo da entrevistada Tereza:

Nos movimentos sociais em que predominam homens, há dificuldades de participação das mulheres e isso se agrava quando elas são jovens. A diferença de gênero e geração no interior dos movimentos define padrões de comportamento, reforça as relações de poder e cristaliza os valores e as hierarquias sociais (SALES, 2010, p. 437).

De forma geral, as mulheres convivem com diversas dificuldades<sup>23</sup> (MOREIRA, MANESCHY E ÁLVARES, 2014) para participar das reuniões, encontros e demais atividades, como, por exemplo, não ter a permissão do marido ou não ter com quem deixar os filhos – para sair do lote e se deslocar à sede do município ou viajar para outros municípios.

---

<sup>23</sup> Dificuldades problematizadas no item 4.2 da dissertação.

Quando ocorre do marido autorizar, apenas depois do término das atividades domésticas, o que é um indicador do grau de dominação ao qual a mulher trabalhadora rural está submetida no plano da política. De acordo com a entrevistada Simone (2017), trata-se de um retrocesso:

Tem mulher que diz assim “eu não vou porque o meu marido não deixa”. Aí eu fico olhando, “meu Deus, nós estamos no século XXI quase no século XXII e eu escuto isso ainda.” Mas infelizmente é isso. Você olha menina nova, jovem, mas está na zona rural, aquele nível de cultura ainda de que “eu só vou se meu marido deixar” (Entrevista com Simone, em 23/05/2017).

Contudo, é possível encontrar mulheres casadas que conseguiram convencer os maridos da importância de sua militância política e sindical:

Tem delas que são casadas e que já conseguiram [politizar o marido]. (...) Elas vão conseguindo fazer isso. Por quê? Porque também elas se lançam. Elas fazem tipo aquela “Ah, tu não *deixa*, não, mas eu já *to indo!*” E aí se lança mesmo. E aí ele vai ficando ali, tendo que ceder. Aí eles vão percebendo que de repente, porque na cabeça deles, se a mulher sair vai trair *ele*, vai fazer isso, vai fazer aquilo. Quando eles vão chegando e percebe que não é justamente aquilo, aí vão aceitando. Agora tem outros que não aceitam de jeito nenhum. Por mais que vá não sei quem dizer para ele “Moço, não é assim. Venha participar também com a sua mulher para você saber como é que é” (Entrevista com Simone, em 23/05/2017).

Ademais, para participar da militância, há situações em que as mulheres tiram proveito dos arranjos familiares, deixando os filhos com determinados grupos de mulheres ou até mesmo com os homens mais abertos à participação das esposas.

Estudo realizado por Antunes (2015) sobre o processo de organização para a gestão do território quilombola de Conceição das Crioulas, no sertão pernambucano, abordou a forma como a violência adentra as narrativas de luta e conquista das mulheres da comunidade. A violência contra a mulher assume centralidade nos discursos. Vale destacar descrição de um episódio vivenciado pela autora, durante evento que tratava das mulheres na luta quilombola. Cinco lideranças mulheres (de diferentes quilombos) foram chamadas para a mesa e explanaram suas ideias:

Ficou claro nas falas que foram as mulheres quem primeiro se envolveram na luta e, também, foi notória a importância das lideranças mulheres nos cinco quilombos. Quando foi aberto o espaço para a discussão, a questão da dificuldade de participar do movimento porque o marido não deixa foi abordada em algumas falas, assim como a importância de intercâmbio com outras comunidades para “tomar coragem” de participar. (...) Durante a fala de uma liderança mulher mais jovem de um dos quilombos, as lideranças homens mais jovens que estavam sentadas perto de mim começaram a falar: (...) “essa é fala de militante, discurso pronto, não tem a ver com nossa realidade” (...) “tem mulher aí falando sobre violência e apanhando em casa,



como pode falar às outras sobre esse tema se não resolveu o problema na casa dela” (ANTUNES, 2015, p. 88-89).

A desqualificação feita pelos homens em relação às lideranças mulheres que são alvos de violência se confunde com a contradição vivida por essas mesmas mulheres, que oscilam entre ajudar publicamente a discutir e superar a violência doméstica, mas que optam em ocultar suas próprias dores, guiadas talvez por medo ou por vergonha.

Retomando o debate sobre o STTR de Marabá, em relação ao processo de organização das reuniões e atividades encabeçadas pela Secretaria de Mulheres, em gestões passadas – uma vez que na gestão atual as atividades da Secretaria de Mulheres estão paradas – a presença era majoritariamente feminina. Os homens participavam dos encontros basicamente no momento da abertura depois se retiravam para outros compromissos, conforme explicação da entrevistada Maria (2017):

Quando eles faziam reunião no sindicato que *era* eles [que coordenavam], aí *tava* todo mundo em peso. Mas quando eram as mulheres que iam fazer, porque dificilmente as mulheres iam fazer, a não ser quando era alguma reunião das mulheres, eles não davam muita importância. “Ah, isso é só besteira!” Então eles não davam importância e não participavam. Às vezes muito quando a gente fazia um encontrozinho, às vezes eles iam para aparecer lá só na hora da abertura e escapuliam (...) Mesmo com a gente batendo, falando com a CPT (porque a CPT foi uma das entidades que nos ajudou muito a defender essa questão de gênero, da igualdade), mesmo a gente discutindo essa questão da igualdade, que temos que estar aqui ombro a ombro, o respeito pela luta da mulher, a definição, a valorização da mulher, do papel (Entrevista com Maria, em 14/07/2017).

No período de 1997 a 2003 a Secretaria de Mulheres<sup>24</sup> do sindicato promoveu diversos cursos de capacitação sobre autonomia da mulher, participação da mulher na política, dentre outros temas. Foram momentos importantes que fortaleceram a autoestima dessas mulheres, elevando o nível de empoderamento das mesmas. O entrevistado Valdir (2017) esclarece:

Aqueles cursos de capacitação para as mulheres saberem qual é o direito que elas têm porque até naquele período ali as mulheres só achavam que só tinham o direito de cozinhar e pronto. E atender o marido e ficar calada. Então a partir dali eu entendi que muitas coisas mudaram. Quando nós terminamos de tirar o nosso mandato, as mulheres já estavam falando mais forte (Entrevista com Valdir, em 23/05/2017).

O fortalecimento da auto-estima das mulheres motivou-as a retomar os estudos, seja através de cursos do ensino superior ou cursos referentes ao ensino médio conforme elucidação da entrevistada Simone (2017):

---

<sup>24</sup> A Secretaria de Mulheres recebeu o apoio da CPT, CEPASP, Fetagri – Regional Sudeste para desenvolver suas atividades.

Dessas mulheres que a gente tem trabalhado com elas muitas delas tem procurado a se informar mais. A estudar, a voltar a estudar, ter um nível mais, tem delas que já foi para faculdade, estudar mesmo. Outras, por exemplo, que estavam ali e não sabiam nem ler e escrever, hoje estão em um nível de escolaridade melhor. Elas falam assim “naquele tempo eu era cega, eu não compreendia nada. Apesar de ter dois olhos, mas eu não enxergava nada” (...) Eu fico muito feliz quando vejo as mulheres falando isso hoje, que hoje elas já tem um outro nível de consciência e que elas conseguem se defender e buscar os direitos delas. Isso para mim é muito significativo (Entrevista com Simone, em 23/05/2017).

A formação na Educação do Campo<sup>25</sup> é um elemento importante que traz determinados subsídios que também colaboram no empoderamento dessas mulheres:

Como grande parte delas [mulheres sindicalistas rurais] são professoras e a Educação do Campo trabalha com professores, trabalha com os povos do campo, acho que esse acesso ao conhecimento é muito importante. Então hoje elas podem, elas se sentem mais a vontade ou com mais condições de disputar o sindicato, de disputar a cooperativa, de disputar a associação porque de certa maneira ela se empodera com o conhecimento e isso é muito importante para elas (Entrevista com Joana Angélica, em 21/09/2016).

Para Sen (2000), a educação e a alfabetização das mulheres tendem a diminuir as taxas de mortalidade das crianças, em virtude “da importância que normalmente as mães dão ao bem-estar dos filhos e da oportunidade que têm – quando sua condição de agente é respeitada e fortalecida – de influenciar as decisões familiares nessa direção” (SEN, 2000, p. 227). Ademais, Sen (2000) considera que “a instrução da mulher reforça sua condição de agente e tende a torná-la mais bem informada e qualificada” (SEN, 2000, p. 223).

Resgatando a fala inicial do entrevistado Milton (2017) nessa seção a respeito dos homens que não admitem serem *mandados* por mulheres, trata-se de postura recorrente em demais sindicatos – inclusive de outras categorias – ou seja, não é uma atitude isolada do STTR de Marabá, conforme é possível comprovar através do depoimento da entrevistada Dandara (2017):

No movimento sindical hoje eu avalio numa dimensão mais macro porque hoje eu estou no Estado, mas nós ainda temos muitos problemas tanto de discriminação, dessa questão do homem achar que ele é mandado por mulher. Outro dia o companheiro falou aqui na Fetagri “Eu vou vender essa mulher, ela manda muito, fala muito” Sabe? Os homens ainda resistem ao comando da mulher. Eles se sentem diminuídos quando uma mulher determina algumas coisas. E eu te garanto uma coisa: para a gente ocupar determinados espaços você tem que estar munida de conhecimento, se não você é engolida (Entrevista com Dandara, em 01/09/2017).

---

<sup>25</sup> O Campus de Marabá da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará oferta o curso de Licenciatura em Educação do Campo.

A expressão “ser mandado por mulher” vem com toda a carga de machismo que um posicionamento dessa natureza encerra, podendo talvez materializar um comportamento generalizado, um espelho da sociedade. Nesse sentido, novos investimentos são indicados para se compreender como o STTR de Marabá consegue se sustentar com a hegemonia masculina se reproduzindo há décadas em suas diretorias.

Ainda de acordo com a entrevistada Dandara (2017) as mulheres devem ser tratadas com respeito pelos homens, prevalecendo um trabalho de parceria na luta sindical:

Eu sou uma grande defensora e aí eu falo muito isso aqui nas reuniões, nas palestras, que nós temos que ter o equilíbrio com os nossos parceiros. E quando eu falo parceiro, não é parceiro de cama, eu falo parceiros de trabalho, de luta, nós temos que ter esse equilíbrio. Sabe, eu tenho o entendimento que nós não temos que ser maiores e nem menores, nós temos que nos dar as mãos. Agora com respeito. Respeitando que nós temos diferenças, nós somos diferentes. Nós temos as nossas especificidades enquanto mulheres, nós temos que ter um olhar diferente (Entrevista com Dandara, em 01/09/2017).

O posicionamento da entrevistada Dandara (2017) representa o esperado a ser defendido por todos e todas as militantes de movimentos sociais, seja do campo seja da cidade.

### 5.3 AS MULHERES DO SINDICATO CONSTRUINDO EMPODERAMENTO

Eu sempre acreditei que com luta a gente realmente muda essa realidade. A gente vai para uma sociedade quebrando essa cultura desse sistema que nós vivemos que exclui, que discrimina a mulher. Eu sempre acreditei nisso. É tanto se hoje nós estamos aqui falando, se nós temos já vários instrumentos aí organizados nessa questão da mulher, no Brasil, no nosso Estado e aqui no município é fruto da nossa organização de todas nós mulheres (Entrevista com Sandra, em 22/09/2016).

A primeira conquista das mulheres do sindicato foi o direito de poder se sindicalizar. Quando o sindicato foi criado – e nos anos seguintes – elas eram dependentes dos maridos. Na região sudeste paraense, essa discussão aconteceu em quatro municípios: Marabá, São João do Araguaia, Itupiranga e Jacundá, de acordo com o depoimento do entrevistado João (2017):

É bom saber uma coisa interessante: que no sindicato pelego, a mulher recebia uma carteirinha de dependente. Eu me lembro disso aqui, todo mundo feliz da vida porque tinha uma carteirinha de dependente, não sei o que, não sei o que. Aí a gente começou a discutir nas comunidades com os delegados. “Mas como, então, uma mulher não pode ser delegada sindical? Mas ela não trabalha na roça também?” Aí começou principalmente as

mulheres que eram donas da terra que não tinham marido. (...) “E aí, não pode receber a carteirinha?” (Entrevista com João, em 11/07/2017).

O depoimento do entrevistado João (2017) deixa subentendido que foram os homens que permitiram a sindicalização das mulheres, desqualificando o protagonismo das mesmas no processo dessa conquista. Muitas mulheres se tornaram delegadas sindicais, desenvolvendo papel fundamental na organização das ocupações e também dos acampamentos realizados na sede da SR-27 do INCRA, em Marabá. O entrevistado Saulo (2017) detalha esse papel:

Então nessas conquistas do processo da luta pela terra, do processo de infraestrutura, do processo da luta da questão previdenciária, da educação, de toda a estrutura do movimento, a mulher foi muito importante. Dentro desse processo, dentro dessa luta, a gente reconhece e defende que foi um trabalho de luta e de garra que a gente tem que respeitar e cada vez mais ceder espaço para que [a mulher] possa se engajar e possa ser reconhecida (Entrevista com Saulo, em 24/05/2017).

Em relação à saúde da mulher, as mulheres apresentavam suas reivindicações em reuniões com a Secretaria Municipal de Saúde, nas marchas de Oito de Março, dentre outros espaços. As principais conquistas referem-se à prioridade de atendimento das mulheres da zona rural nos postos municipais de saúde; utilização das unidades de saúde móveis nas vilas rurais<sup>26</sup> e a criação do CRISMU – Centro de Referência Integrado à Saúde da Mulher. Segundo a entrevistada Simone (2017), o CRISMU foi criado em virtude das reivindicações do movimento de mulheres, que contou com o apoio de vereadores e outras lideranças políticas. Considerei o envolvimento das mulheres nessas conquistas como indicador de empoderamento social<sup>27</sup> no âmbito público.

De forma geral, a entrevistada Maria (2017) sintetiza que “(...) apesar dos avanços, apesar das lutas que já tivemos, dos embates nacionais, de Marcha, de Grito, a gente evoluiu? Evoluiu. A gente conseguiu grandes conquistas, mas não foi tudo ainda aquilo” (entrevista com Maria, em 14/07/2017). Para a entrevistada Dandara (2017), a eleição da primeira mulher presidente da Fetagri/PA serve de motivação para que mais mulheres disputem a presidência dos sindicatos na base, resistindo e ocupando espaços cada vez maiores nos sindicatos.

---

<sup>26</sup> As unidades de saúde móveis são ônibus adaptados com consultórios médicos e odontológicos para atender os moradores da zona rural da cidade.

<sup>27</sup> “A capacidade das mulheres de mudar e questionar sua submissão em todas as instâncias em que ela se manifesta” (BRUMER; ANJOS, 2010, p. 221).

A conquista mais recente das mulheres refere-se à paridade de gênero, implementada no 12º Congresso Nacional das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais da CONTAG (CNTTR), em Brasília, em março de 2017. A paridade de gênero garante que a CONTAG terá em sua direção 50% de homens e 50% de mulheres. Portanto, a partir das próximas eleições sindicais (no caso do STTR de Marabá será em junho de 2019), a paridade de gênero será cumprida. O entrevistado Saulo (2017) e a entrevistada Dandara (2017) comentam a respeito dessa resolução aprovada:

Se você pegar o estatuto do sindicato hoje, o estatuto atual, o estatuto da Fetagri, da Federação dos Trabalhadores, é paridade, é 50% homem, 50% mulher. As próximas diretorias já vêm com 50% de homem e 50% de mulher (Entrevista com Saulo, em 24/05/2017).

Hoje eu tenho uma avaliação assim: nós até avançamos. Nós avançamos porque nós aqui no estado do Pará e em todo Brasil em nível de movimento sindical nós tivemos que implementar cotas de 30% da nossa participação porque o movimento sindical é muito masculino. Em outras décadas, era um sindicato de homens. Apesar das mulheres serem filiadas. E se tu me perguntares assim “Ah, isso mudou hoje?” “Mudou.” Hoje nós temos a paridade. Nós saímos da cota de 30% para a paridade. Nós implementamos agora no 9º Congresso da Contag (Entrevista com Dandara, em 01/09/2017).

A paridade de gênero é um passo importante para construir políticas que alterem as condições de participação política e sindical das mulheres, consolidando um sindicalismo com liberdade e autonomia.

Retomando o debate sobre as dimensões do empoderamento, é necessário problematizar sobre discriminação e violência doméstica, questões recorrentes entre as mulheres entrevistadas. Considerei como indicador do empoderamento pessoal<sup>28</sup> no âmbito público a existência ou não de discriminação e no âmbito privado a existência ou não de violência doméstica. A discriminação foi vivenciada por todas as mulheres entrevistadas – dirigentes do sindicato bem como as demais mulheres não dirigentes – enquanto que algumas foram vítimas de violência doméstica. Após terem sido submetidas a constrangimentos de toda ordem, conseguiram superá-los.

A entrevistada Sandra (2017) discorre sobre o seu engajamento na luta feminista, revelando a causa que a fez participar do movimento de mulheres ao longo de sua trajetória de vida:

---

<sup>28</sup> “Compreende o aumento da auto-estima e da autoconfiança” (BRUMER; ANJOS, 2010, p. 221).

Para te dizer que o nosso motivo para que a gente viesse a se engajar na luta feminista, esse sentimento feminista da nossa parte foi exatamente essa indignação pela discriminação. Nós percebemos o quanto antes justamente porque eu como mulher, como negra, certo? Eu já sofri muito e sofro todo dia, se você quer saber. Entendeu? A gente sofre todo dia. Isso na frente dos movimentos, nos lugares aonde a gente está, a gente sofre essa discriminação. E aí a gente percebe que como mulher, como negra, como mulher de poder aquisitivo baixo e como agora caminhando já para a idade também. Tudo isso a gente percebe. (...) Geralmente a pessoa só passa a te respeitar mais é a partir da tua ação, das tuas atitudes (Entrevista com Sandra, em 22/09/2016).

Segundo a entrevistada Nina (2017), a discriminação contra as mulheres é causada porque os homens “não aceitam que as mulheres pensam, que as mulheres tem ideias; mulher é para ser fogão, para ser dona de casa, doméstica e os homens e a estrutura machista para comandar tudo isso. É difícil demais.” (Entrevista com Nina, em 27/09/2016). Para a entrevistada Vana (2017), a impressão é de que as pessoas não confiam nas mulheres, de maneira geral:

“(...) quando você não confia, não tem segurança, quem ajude, tudo que vai falar ‘Ah, esse negócio de mulher’. Eu acho que a maioria é discriminação. Ali [no sindicato] todas [mulheres] que entrar é [discriminada]. Não adianta. Primeiro ponto: você não tem vez. Eu não fui muito [discriminada] porque eu sou dura. Eu era lá de dentro. Só queriam que eu trabalhasse, trabalhasse, trabalhasse, eu não tinha uma sala, eu não tinha uma cadeira para sentar.” (Entrevista com Vana, em 22/05/2017).

Dando continuidade aos exemplos de discriminação vivenciados, a entrevistada Tereza (2017) cita a visão deturpada dos homens dirigentes de que a mulher tem capacidade limitada de exercer determinada função. Concordando com essa ideia, as entrevistadas Frida (2017) e Simone (2017) enfatizam a questão da **barreira** e do **machismo**:

É a barreira. Você só pode ir até aqui, daqui para cá não. Pronto! É isso (...) Quando tem alguma coisa que a gente acha que não é assim, a gente chama os companheiros. “Companheiro, eu acho que está errado.” Mas aí a gente não tem força, então não adianta! Não adianta. (Entrevista com Frida, em 18/05/2017).

Eu ainda hoje percebo as dificuldades dentro do sindicato com relação a estar acessando espaço. O machismo é muito, muito, muito grande ainda. Isso é uma coisa que ainda deixa *elas* muito retraídas. Porque eu percebo que hoje nós temos duas lideranças [mulheres] que a gente acompanhou o processo delas nesses encontros, nos movimentos e tudo enquanto e hoje elas são coordenação dos seus grupos de assentamento e acampamento. Mas nunca tiveram oportunidade dentro do Sindicato de Marabá. (...) O que a gente olha, a dificuldade para elas conseguirem alguma coisa dentro do sindicato ainda é a discriminação. O pessoal discrimina muito, que a mulher

não é capaz de estar assumindo [cargos de direção] (Entrevista com Simone, em 23/05/2017).

A resistência às mulheres assumirem cargos formais, manifestada nos diversos depoimentos, pode ser indicador de um bloqueio no qual são submetidas, porém aponta uma fragilidade nas estratégias adotadas pelas mulheres no sentido de furar este cerco.

Aprofundando o debate sobre violência doméstica, para Araújo e Rodrigues (2015) trata-se de um fenômeno trazido à luz pelos movimentos sociais de mulheres. A Lei nº 11.340, criada em 07 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, define a violência doméstica e familiar em seu Art. 5º (TRIBUNAL..., 2012):

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I – no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II – no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III – em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

O Art. 7º (TRIBUNAL..., 2012) apresenta as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência **física**, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência **psicológica**, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência **sexual**, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência **patrimonial**, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;  
V - a violência **moral**, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Em seguida, trechos das falas que exemplificam a violência doméstica sofrida pelas mulheres entrevistadas:

Porque naquela época você saía do cativo do pai e passava para o cativo do marido. Então era subordinação total e daí então não deu mais para nós *viver*, meu pai separou nós, ele [marido] tentou me esfaquear, chegaram bem na hora e foi Deus quem me deu o livramento (Entrevista com Maria, em 14/07/2017).

Eu nunca sofri violência doméstica. Eu sofri violência, digamos assim, moral, verbal porque depois que nós separamos ele fez isso, mas física eu nunca sofri violência (Entrevista com Dandara, em 01/09/2017).

Eu lembro que nessa época que eu *tava* no sindicato, numa relação extremamente turbulenta, da pessoa machista (...) e eu *tava* sofrendo de certa forma violência dentro de casa. Começou com agressão verbal e até então eu não sabia aquilo. Aí lá num dia numa formação no sindicato, acho que era o sindicato com a CPT, aí foram falar sobre a Lei Maria da Penha. Como começava tudo isso, tinha uma psicóloga falando sobre isso. Como começava [a violência], essa questão da agressão e tudo. Eu me vi naquilo. Passou a me despertar que eu *tava* vivenciando aquilo dentro de casa. Então eu era uma pessoa coagida, eu era uma pessoa que deixava de fazer determinadas coisas porque o marido não deixava. Então foi quando eu decidi separar. (...) No dia que eu separei ele chegou a me agredir, registrei Boletim de Ocorrência. (...) A agressão foi o estopim nesse sentido, que é uma coisa que eu já vinha vivenciando há muito tempo e não tinha percebido, não tinha despertado ainda. (...) Eu deixei a queixa, dei entrada e tudo. Só que no dia da audiência *começou* as ameaças contra a minha família e tudo e eu acabei não indo no dia da audiência por ameaças. Fiquei com medo de acontecer alguma coisa com a minha mãe. Ele ameaçava todo mundo lá em casa. Então eu acabei deixando quieto. Um dos arrependimentos que eu tenho. Fiquei com medo né? (Entrevista com Tereza, em 19/05/2017).

De acordo com o segundo depoimento, é possível perceber que a violência doméstica é confundida às vezes com a violência física, todavia, a Lei Maria da Penha é clara e direta ao classificar as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher. A entrevistada Joana Angélica (2017) exemplifica caso de violência sexual:

Eu me lembro que teve uma senhora do Sindicato de Marabá, ela veio uma vez falar comigo. “Ei, tudo que você falou aí, eu me vi naquela sua fala” Ela era estuprada pelo marido quase todos os dias. Então, porque o sexo no



casamento é uma obrigação, não é algo que faz parte do casal, de vivenciar a sexualidade (Entrevista com Joana Angélica, em 21/09/2016).

Aprofundando o debate sobre o estupro, a entrevistada Sandra (2017) considera-o alarmante, bem como os casos de assassinatos de mulheres:

A maior violência que a mulher está sofrendo é a violência física. Ainda existe muito assassinato de mulher, são muitas mulheres assassinadas. Isso se na zona urbana que é o maior centro, de maior população, porque na zona urbana é mais visível esses assassinatos, e na zona rural é pior. Muitas vezes nem chega a saber, quando sabe são informações muito vagas. E acontece todo tipo de violência, o estupro, o assassinato que eles falam que são através do casamento. E mesmo assim hoje, por exemplo, a mulher está sofrendo, é uma modalidade que está muito presente, está horrível, que é alarmante essa questão do estupro da mulher. A mulher sendo estuprada porque a mulher hoje não pode andar, ainda tem mais uma coisa porque a própria mídia sustenta isso, mulheres que usam roupas curtas, provocantes estão sendo estupradas. Então é um desrespeito com a própria mulher que ainda, na minha opinião, no século que estamos vivendo, a mulher está sendo violentada pelos seus direitos, ela não está tendo liberdade de ir e vir por conta dessa questão (Entrevista com Sandra, em 22/09/2016).

Apesar de serem repetitivos, considero essencial publicizar todos esses depoimentos pela pertinência e gravidade do tema, tratando-se ainda de empecilhos para a conquista do empoderamento feminino. Assim sendo, cito mais trechos coletados das entrevistas sobre violência doméstica e familiar contra a mulher:

A violência doméstica não é só aquela questão da violência física. A psicológica é praticamente atuante todos os dias. Porque ainda da forma que os companheiros tratam as mulheres e às vezes até mesmo na própria família. Os homens sempre procuram formas das mulheres se acharem com pouca capacidade (Entrevista com Linda, em 26/09/2016).

A questão da violência contra a mulher é uma coisa que está assim escandalosa na nossa região. Eu sempre fico observando essa questão das pesquisas e sempre tenho percebido que o nosso estado é um dos estados *campeão* em violência contra a mulher. Para mim parece que nós estamos ainda lá no século XIX. Eu olho do tanto que a gente já tem feito formações, encontros, a gente já tem politizado pessoas, com certeza, mas a gente observa que parece que nós ainda estamos a anos-luz para poder chegar a ter uma sociedade que compreenda que essa questão do machismo já é coisa do passado. Mas infelizmente a gente tem que conviver com esse tipo de situação (Entrevista com Simone, em 23/05/2017).

Eu acho que a violência, aquela violência camuflada, da discriminação, do preconceito, a discriminação e principalmente a repressão psicológica que a mulher vive dentro de casa. Assim, um mandonismo, há muitas situações que o homem se permite e que ele proíbe a mulher: de sair, de fazer a sua agenda, de ter liberdade. Assim, a mulher não conquistou ainda a liberdade

cidadã que ela tem direito, então eu acho que é uma das situações muito difíceis ainda para a mulher (...) E depois a questão mesmo dos direitos, eu diria até básicos. Por exemplo, nós não temos o acesso ainda ao cuidado básico da saúde, isso para mim é uma das grandes violências. Por exemplo: a maioria das mulheres não ter acesso à mamografia, isso para mim é uma violência enorme à mulher. Porque nós temos a morte de mulheres com câncer de mama ainda muito forte, o Pará infelizmente é campeão (Entrevista com Madalena, em 20/09/2016).

A violência é desde a ausência da política pública voltada à mulher, na questão da saúde, da educação, do lazer, da cultura, enfim. Mas tem a violência física mesmo, dentro dessa questão machista que o homem entende que é dono, fez o casamento, até namorada, já namorou a mulher já tem direito, já é dele, já é propriedade. Por conta disso, ele, por exemplo, acha que pode violentar a mulher se ela não tiver cumprindo com aquele compromisso que ela assumiu com ele. Independente de ela querer ainda ser feliz com ele ou não, quando ela entende que o relacionamento seja namoro seja casamento não dá mais certo, que ela quer separar, aí ela sofre esse tipo de violência e o pior de tudo é que o Estado fecha os olhos (Entrevista com Nina, em 27/09/2016).

Corroborando os depoimentos anteriores, Prado e Sanematsu (2017) alertam sobre as elevadas estatísticas de violências cotidianas praticadas contra as mulheres no Brasil, ocupante do quinto lugar – destaque desumano no cenário mundial – entre os países com maior taxa de homicídios de mulheres: “Apesar de graves, esses dados podem ainda representar apenas uma parte da realidade, já que uma parcela considerável dos crimes não chega a ser denunciada ou registrada” (PRADO; SANEMATSU, 2017, p.33). Quando se trata da violência contra as mulheres rurais, a tendência é que elas sofram em silêncio, uma vez que o isolamento geográfico dificulta a denúncia formal ou a busca de outras formas de auxílio.

Ao se pensar a violência contra as mulheres rurais, pode-se refletir sobre a sua sobreposição e potencialização em contextos adversos e de exclusão. O distanciamento dos recursos coletivos de atenção social e de proteção soma-se às grandes distâncias geográficas dos centros urbanos, onde se encontram tais recursos, favorecem a invisibilidade e o não enfrentamento dessas situações (COSTA; LOPES, 2012, p.1089).

Em 2017, a CONTAG reeditou a Cartilha “Mulheres em luta por uma vida sem violência”, construída e lançada pela Sempre Viva Organização Feminista (SOF), em 2015. Para acabar de vez com a violência contra a mulher, as autoras da cartilha propõem:

Para superar a violência precisamos ter políticas que alterem as desigualdades de gênero e raça e ajudem a construir uma sociedade com igualdade. Tudo isso precisa ser feito em um só movimento: ou seja, ao mesmo tempo em que fazemos políticas para que a violência não mais

aconteça, é preciso também apoiar e proteger aquelas mulheres que estão sofrendo violência. Isto significa ter políticas públicas que atendam as mulheres de forma integral, que atuem para construção e promoção da **autonomia econômica e pessoal**, que tenham assistência direta como aluguel social, moradia, atendimento psicológico e social e acesso à justiça e a ações da justiça que penalizem o agressor, bem como que garantam o acesso à renda. Enquanto isto, na sociedade, os movimentos têm que continuar denunciando a violência, e estimular para que a população e as mulheres sejam solidárias umas com as outras. É preciso também estar atentas à forma como as políticas estão sendo implementadas e estar alertas para o fato de que não há conquistas definitivas, **a luta é cotidiana** (CONTAG, 2017, p. 43, grifo nosso).

Em relação à dimensão econômica<sup>29</sup> do empoderamento, a importância da renda é um dos indicadores. Metodologicamente, a coleta de dados desse indicador não foi precisa em virtude das perguntas do roteiro não o terem abordado com profundidade. Porém, apesar dessa limitação, é possível problematizar a partir dos dados coletados e da literatura mobilizada.

Para Sen (2000): “trabalhar fora de casa e auferir uma renda independente tende a produzir um impacto claro sobre a melhora da posição social da mulher em sua casa e na sociedade” (SEN, 2000, p. 223). Ainda segundo esse autor:

A liberdade para procurar e ter emprego fora de casa pode contribuir para reduzir a privação relativa – e absoluta – das mulheres. A liberdade em uma área (de poder trabalhar fora de casa) parece contribuir para aumentar a liberdade em outras (mais liberdade para não sofrer fome, doença e privação relativa) (SEN, 2000, p. 226).

No caso das mulheres participantes dessa pesquisa, trabalhadoras rurais dirigentes do sindicato, a renda rural é estabelecida pelas atividades agrícolas e não-agrícolas. Sendo que no período em que elas estavam ocupando cargos de direção, havia (ou não) o repasse da ajuda de custo. Conforme o que foi possível extrair da coleta dos dados, as mulheres entrevistadas constituem suas rendas através das atividades agrícolas (criação de gado, de peixe, aves; roça; fruticultura; horticultura) e não-agrícolas (aposentadoria, trabalhos temporários na cidade e como ACS – Agente Comunitário de Saúde).

De uma maneira geral, considerando as mulheres do campo e da cidade, as entrevistadas Madalena (2016) e Nina (2016) esclarecem:

---

<sup>29</sup> “Perspectivas de aumento da renda, da quantidade e qualidade nutricional dos alimentos e da qualidade de vida da família, assim como o controle das mulheres sobre os resultados econômicos de seu trabalho” (BRUMER; ANJOS, 2010, p. 221).

A mulher nunca vai ter liberdade se ela não tiver autonomia financeira. Enquanto ela depender do dinheiro que ela tem que pedir do marido, ela nunca vai ter autonomia, ela nunca vai poder fazer aquilo que ela entende que é importante para ela. Enquanto ela tiver dependência financeira (Entrevista com Madalena, em 20/09/2016).

A pessoa para ser independente tem que ter um trabalho. Ficar dependendo do marido que bate, aí ela vai lá e retira a queixa porque ele tá botando comida dentro de casa para sustentar os filhos. Como é que vai sobreviver? (Entrevista com Nina, em 27/09/2016).

Para a entrevistada Vana (2017), é fundamental que as mulheres dependentes financeiramente dos maridos se informem a respeito da violência doméstica, para se defenderem de alguma situação ameaçadora:

Porque ela fica informada, né? E não fica dependendo só do marido. Porque quando a gente não é informada, toda coisinha “Marido, me dá um dinheiro” e ela fica sabendo, porque na hora que ele sentar a mão nela, ela já sabe para onde vai correr. Só se ela for muito *covarda*, apanhar, quebrar os dentes de noite e não dizer nada (Entrevista com Vana, em 22/05/2017).

Em relação à dimensão política<sup>30</sup> do empoderamento, o indicador de ampliação de participação das mulheres em instâncias de poder pode ser considerado negativo. Apesar de que, como citado na problemática, o empoderamento apresenta caráter processual (AMORIM, 2012), sendo esse processo complexo e marcado por contradições (MANESCHY; SIQUEIRA; ÁLVARES, 2012).

As dirigentes e ex-dirigentes do sindicato consideram que houve uma *mudança de vida* após a filiação, conforme detalhado nos depoimentos seguintes:

Mudou para mim. Até o marido dizer assim “É, depois que ela tá trabalhando no sindicato ela já se manda.” “Eu me mando mesmo porque agora eu conheço os meus direitos! Não faz mais graça comigo não.” (Entrevista com Vana, em 22/05/2017).

A minha experiência foi boa. Isso amadureceu demais, fez com que eu fizesse outros cursos, me interessasse, tanto que até hoje eu *to* ligada à zona rural por causa disso. Eu conheci diretamente, fez despertar a minha vida porque mudou praticamente a minha vida os cursos do sindicato, a partir das palestras junto com a CPT. Já pensou se eu não despertasse essa consciência até hoje não *taria* com o risco de estar com esse homem? Ele já teria me matado eu acho. Já teria me matado com certeza porque ele só falava nisso (...) Então de certa forma influenciou diretamente na minha vida para melhor. Estar no sindicato foi uma grande experiência de vida (entrevista com Tereza, em 19/05/2017).

---

<sup>30</sup> Ampliação da participação em instâncias de poder (BRUMER; ANJOS, 2010, p. 221).

Mudou sim. Com certeza sim, eu avalio assim que mudou por conta da bagagem de conhecimento porque quando eu entrei no movimento social eu era urbanista, totalmente urbanista, eu não entendia nada de ruralista. Então foi aonde que eu fui aprender a conhecer a minha categoria que hoje eu sou qualificada. (...) Então para mim foi muito bom, foi muito rico participar do sindicato. (Entrevista com Maria, em 14/07/2017).

O depoimento da entrevistada Tereza (2017) revela a eficácia das práticas sindicais de formação, informação e empoderamento, pois conhecer as leis e receber orientações para um comportamento combativo é fundamental para mudar esse quadro de violência apresentado nos depoimentos.

Os principais indicadores de empoderamento analisados foram: envolvimento das mulheres nas conquistas do sindicato (dimensão social, âmbito público); renda (dimensão econômica, âmbito privado); ampliação da participação das mulheres nas instâncias de poder (dimensão política, âmbito público); existência ou não de discriminação (dimensão pessoal, âmbito público) e existência ou não de violência doméstica (dimensão pessoal, âmbito privado).

Para finalizar essa seção, segue depoimento do entrevistado Luís (2017):

Eu acho que as mulheres quando assumem o cargo delas são muito guerreiras, elas são competentes, elas tentam dar o máximo de si para dar certo. Elas são menos concentradoras de que os homens. Eu acho que o que falta para a mulher é oportunidade. Mas elas sempre criaram coragem e buscaram a oportunidade delas, sem ter medo de ser feliz! (Entrevista com Luís, em 19/05/2017).

O entrevistado Luís é um dos dirigentes sensíveis à participação das mulheres como protagonistas do sindicato.

## 6. CONCLUSÕES

Objetivei com essa dissertação analisar o processo de empoderamento das mulheres dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Marabá. A pesquisa exigiu de mim, além do preparo teórico-metodológico, coragem e maturidade emocional, por se tratar de imersão em campo polêmico, marcado por conflitos diversos e com o qual eu tinha relativa afinidade e contato desde longo tempo, embora dele não fizesse parte. Analisar esse processo *por dentro* do sindicato tornou-se uma experiência enriquecedora pessoal e academicamente.

Com o desenvolvimento da pesquisa, identifiquei que as mulheres do STTR de Marabá participaram de lutas variadas e obtiveram determinadas conquistas, mas também foram vítimas de discriminação/machismo e violência doméstica no decorrer da militância sindical. As conquistas – classificadas como indicadores de empoderamento nas dimensões política e social – se referem ao acesso à sindicalização; às mulheres que se destacaram como lideranças na organização dos acampamentos e das associações dos projetos de assentamentos; conquistas específicas relacionadas à **saúde da mulher**, como prioridade de atendimento das mulheres da zona rural nos postos municipais de saúde; utilização das unidades de saúde móveis nas vilas rurais e apoio à criação do CRISMU – Centro de Referência Integrado à Saúde da Mulher. A conquista mais recente das mulheres refere-se à paridade de gênero, ou seja, a partir da próxima eleição da diretoria do sindicato, a porcentagem de dirigentes será de 50% mulheres e 50% homens. Esse indicador de empoderamento na dimensão política provavelmente influenciará nas outras dimensões, considerando que, com mais mulheres nas instâncias de poder do sindicato, as demandas feministas geralmente reprimidas estarão em pauta com mais frequência e visibilidade.

A partir das entrevistas realizadas com as mulheres, concluí que as relações de poder são caracterizadas por conflitos e tensões, em virtude da dominação masculina nas instâncias de decisão do sindicato. Todavia, as mulheres conseguem construir o empoderamento nas dimensões analisadas, numa mescla de avanços e recuos, através de enfrentamentos com os dirigentes homens. Esses enfrentamentos são agravados quando se acrescenta a questão geracional, por definir padrões de comportamento, cristalizando as hierarquias sociais. Na visão das mulheres, o empoderamento ocorre através de várias formas, como quando as mulheres possuem autonomia financeira (renda própria), poder de decisão pessoal, autoestima elevada, poder de decisão enquanto dirigente do sindicato, quando as mulheres conseguem

vencer a discriminação/machismo, quando participam ativamente da política, de cursos de formação e eventos como marchas, passeatas, entre outros.

A partir das entrevistas realizadas com os homens, concluí que predomina o discurso de que os homens estão na linha de frente como forma de “proteger” as mulheres dos embates. Entretanto, foi possível identificar homens dirigentes sensíveis à participação das mulheres como protagonistas. Na visão dos homens do sindicato, as mulheres constroem o empoderamento através da participação delas no processo de luta pela terra (organização dos acampamentos e assentamentos); da participação em cursos de formação que permitem conhecer os seus direitos; na implantação da política de cotas de 30% para as mulheres e posteriormente na conquista da paridade de gênero, cuja demonstração maior foi a eleição da primeira mulher para presidência da FETAGRI.

O sindicalismo de trabalhadores e trabalhadoras rurais é uma prática política que favorece o avanço da consciência profissional, mas igualmente de posicionamentos existenciais coerentes com a cidadania nas formas e conteúdos da modernidade. A pressão externa, seja no âmbito da militância sindical no nível nacional, seja na propagação dos direitos das mulheres nas mídias, são fatores que influem positivamente na ampliação das conquistas das mulheres no STTR, em que pese a permanência significativa de posicionamentos conservadores e anacrônicos.

A pesquisa apresentou limitações metodológicas referentes à coleta de dados do indicador de empoderamento na dimensão econômica (renda), contudo, a problematização ocorreu a partir dos dados possíveis de serem coletados e da literatura mobilizada.

A violência doméstica foi um dos indicadores mais citados nas entrevistas realizadas, em todas as suas formas: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, tornando-se um indicador de **desempoderamento**. O aumento da denúncia e o combate à violência contra a mulher, materializado em particular na Lei Maria da Penha, é revelador da importância do debate e da promoção de eventos que trabalhem com essa temática.

No espaço da militância sindical, em que pesem todos os seus limites e condicionantes em ambientes dominados por homens como o do STTR de Marabá, há um favorecimento ao debate sobre a igualdade de gêneros e circulam informações e estímulos nas atividades de formação, que levam a um reposicionamento das mulheres no campo da política profissional. Resta saber se esse reposicionamento surge da própria base ou se é fruto de encaminhamentos

de reuniões de âmbito federal e/ou estadual em que esses temas são tratados para serem trabalhados na base.

O principal desafio das mulheres é continuar lutando, através de uma agenda permanente, para superar a violência doméstica e a discriminação, garantindo que prevaleça um trabalho de parceria e respeito entre as mulheres e homens do sindicato pesquisado.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRE, S. R.; FERREIRA, S. M. V.; SILVA, T.F. da; NASCIMENTO, T. A. L. do. Os quintais produtivos e as mulheres: espaços de construção de autonomia e transição agroecológica. In: Alzira J. de S. Medeiros, Ana Dubeux, Maria Virginia de A. Aguiar (Org.). **Agroecologia na convivência com o semi-árido: experiências vividas, sentidas e aprendidas**. Recife: Ed. dos Organizadores, 2015. p. 123-141.

ALMEIDA, L. L. O Centro Agroambiental do Tocantins (CAT): institucionalidade das relações entre a Universidade e o sindicalismo de trabalhadores rurais. 1ª ed. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

AMADOR, A. M. **A feira como espaço de valorização da agricultura familiar: o caso da feira da agricultura familiar, no município de Marabá, sudeste do estado do Pará**. Marabá, PA: UNIFESSPA. Campus Universitário de Marabá, 2017 (Dissertação de Mestrado).

AMARAL, W. R. da S. **Do jirau ao geral: mulheres nos sindicatos de trabalhadores rurais no Estado do Pará, Brasil**. Belém, PA: UFPA. Centro de Ciências Agrárias: Embrapa Amazônia Oriental, 2007 (Dissertação de Mestrado).

AMORIM, E. O. **A filiação sindical rural da mulher: fator de empoderamento?** Viçosa: UFV, 2012. (Dissertação de Mestrado).

ANTUNES, M. Violências que poluem, violências que legitimam: jogos de sombra e luz na gestão das narrativas de lideranças mulheres em processos de luta por territórios e recursos naturais. In: Viviane de Oliveira Barbosa, Aldina da Silva Melo (Org.). **Mulheres rurais e violência – Algumas abordagens**. São Luís: EDUFMA, 2015. p. 69-100.

APPOLINÁRIO, F. As partes de um trabalho científico. In: APPOLINÁRIO, Fábio. **Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.p. 85-93.

ARAÚJO, H. de F. A.; RODRIGUES, E. M. Políticas de proteção dos direitos da mulher na região dos babaçuais: subjetividades em jogo. In: Viviane de Oliveira Barbosa, Aldina da Silva Melo (Org.). **Mulheres rurais e violência – Algumas abordagens**. São Luís: EDUFMA, 2015. p. 119-151.

ASA. **Margaridas: Mulheres do campo, da floresta e das águas continuam a marcha**. Disponível em <http://caritas.org.br/margaridas-seguem-em-marcha/29435>. 2015. Acesso em 22 de janeiro de 2017.

ASSIS, W. S. de. **A construção da representação dos trabalhadores rurais no sudeste paraense**. Rio de Janeiro, RJ: UFRRJ, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2007. (Tese de Doutorado).

BARBOSA, V. de O.; MELO, A. da S. Apresentação. In: Viviane de Oliveira Barbosa, Aldina da Silva Melo (Org.). **Mulheres rurais e violência – Algumas abordagens**. São Luís: EDUFMA, 2015. p. 09-13.

BEAUVOIR, S. de. **O Segundo Sexo**. Tradução de Sérgio Milliet. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 2v.

BEZERRA, R. L.; ALVES, A. M. N. Luta pela terra: participação e invisibilidade feminina no sudeste do Pará. In: Idelma Santiago da Silva et al (Org.). **Mulheres em perspectiva: trajetórias, saberes e resistências na Amazônia Oriental**. 1ª ed. Belém: Paka-Tatu, 2017. p. 47-70.

BONI, V. Poder e igualdade: as relações de gênero entre sindicalistas rurais – Chapecó/SC. In: Bernadete Wrublewski Aued, Maria Ignez Paulilo (Org.). **Agricultura familiar**. Florianópolis: Insular, 2004, p. 71-88.

BORDENAVE, J. E. D. **O Que é Participação**. 6ª reimp. da 8ª edição, São Paulo: Editora Brasiliense, 2013. (Coleção Primeiros Passos, nº 95).

BRUMER, A. ANJOS, G. dos. Relações de gênero em assentamentos: a noção de empoderamento em questão. In: Adriana L. Lopes, Andrea Butto Zarzar (Org.). **Mulheres na reforma agrária – a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2010. p. (Nead Debate; 14). p. 217-240.

BRUMER, A.; ROSENFELD, C. L.; HOLZMANN, L.; SANTOS, T. S. dos. A elaboração de projeto de pesquisa em ciências sociais. In: GUAZZELLI, C. A.; PINTO, C. R. J. B. (Org.). **Ciências humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: UFRGS, 2008. p. 125-147.

CARDOSO, D. M. Ciências, Conhecimentos e Ações nas Relações de Gênero. In: Maria Angélica Motta Maués; Maria Luzia Miranda Álvares; Eunice Ferreira. (Org.). **Mulheres Amazônídas: imagens, cenários e histórias**. Belém: Edufpa, 2011, v. 1, p. 51-68.

CODATO, A. N. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista de Sociologia e Política**. (25): 83-106. 2005, novembro: Data de consulta: 26 de setembro de 2017. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=23802508>.

COLLING, A. M. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. **História em Revista**. Número 10. Núcleo de Documentação Histórica da UFPel. 2004. Disponível em <http://wp.ufpel.edu.br/ndh/hr-numero-10/>.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Ato público em Marabá (PA) denuncia Massacre de Pau D'arco**. Disponível em <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/conflitos-nocampo-/3800-ato-publico-em-maraba-pa-denuncia-massacre-de-pau-d-arco> Acesso em 04 de fevereiro de 2018.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Pau D'Arco 2017**. Disponível em <https://www.cptnacional.org.br/noticias/acervo/massacres-no-campo/110-para/3982-pau-d-arco-2017>. Acesso em 04 de fevereiro de 2018.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. **8 de Março – Manifesto da Marcha das Margaridas – Margaridas na luta por democracia e garantia de direitos**. Disponível em:

[http://www.contag.org.br/imagens/ctg\\_file\\_508242842\\_01032018101455.pdf](http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_508242842_01032018101455.pdf). Acesso em 01 de março de 2018.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. **Mulheres em luta por uma vida sem violência**. 2ª ed. Contag, Brasília, 2017. 56p.

CORREIO DO TOCANTINS. **Oposição desbanca situação no Sindicato dos Trabalhadores**. 03 a 09/06/1994, p. 08. Marabá-PA.

COSTA, M. C. da.; LOPES, M. L. M. Elementos de integralidade nas práticas profissionais de saúde a mulheres rurais vítimas de violência. **Rev Esc Enferm USP**, 46(5): 1088-1095. 2012.

DANTAS, C. Autonomía económica de las mujeres rurales em los territorios de la ciudadanía. In: Miriam Nobre, Nalu Faria y Renata Moreno (org.). Las mujeres em la construcción de la economía solidaria y la agroecología. Textos para la acción feminista. SOF – Sempreviva Organização Feminista. São Paulo, 2015. p. 45-66.

DANTAS, I.; GOMES, S. Participação, acesso à renda e qualificação de políticas para superar desigualdades em mulheres e homens. In: Andréa Butto, Nalu Faria, Karla Hora, Conceição Dantas, Miriam Nobre (Org.). **Mulheres rurais e autonomia**: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014. p.114-123.

DEERE, C. D.; LEÓN, M. **O empoderamento da mulher**: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

EMMI, M. F. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. 2ª ed. Belém: UFPA/NAEA, 1999. 174 p.

ESMERALDO, G. G. S. L. O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social. In: Delma Pessanha Neves, Leonilde Servolo de Medeiros (Org.). **Mulheres camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013. p.237-256.

FARIAS, K. V. de S.; SILVA, I. S. da.; POSSAS, H. de M. Gênero e participação nas perspectiva de mulheres dirigentes do movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais no sudeste do Pará. In: Idelma Santiago da Silva et al (Org.). **Mulheres em perspectiva**: trajetórias, saberes e resistências na Amazônia Oriental. 1ª ed. Belém: Paka-Tatu, 2017. p. 71-107.

FAVARETO, A. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 21, n. 62, Out. 2006. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092006000300002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092006000300002&lng=en&nrm=iso). Acesso em 04 de março de 2017.

FREIRE, P. Prefácio. In: **A Igreja dos oprimidos**. São Paulo. Ed. Brasil Debates, 1981. p. 09-10.

GIULANI, P. C. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. Espaço feminino no mercado produtivo. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2015. 640-668p.

GOHN, M. da G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade**, v.13, n.2, p.20-31, maio-ago 2004.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

GUERRA, G. A. D. **O posseiro da fronteira**: camponato e sindicalismo no Sudeste do Pará. 2ed. Belém: Paka-Tatu, 2013. 139p.

GUERRA, G. A. D. Organizações rurais e camponesas no Estado do Pará. In: Bernardo Mançano Fernandes, Leonilde Servolo de Medeiros, Maria Ignez Paulilo (orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas**: condições, dilemas e conquistas, v.1: o camponato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 117-137.

GUIMARÃES, W. de L. **Mapa de localização geográfica de Marabá (PA)**. Acervo pessoal. 2016.

IBGE. Cidades@ Pará, Marabá.  
<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=150420&search=para|maraba>.  
Acesso em 30.12.2016.

INCRA. Relação de beneficiários (RB) do Programa Nacional de Reforma Agrária. <http://www.incra.gov.br/noticias/relacao-de-beneficiarios-rb>. Acesso em 30.12.2016.

INCRA. Assentamentos – Informações Gerais. Superintendência Regional Pará/Marabá SR-27. <http://www.incra.gov.br/maraba>. Acesso em 23.02.2018.

INTINI, J.M. **Luzes e Sombras Negociação e Diálogo no Sul e Sudeste do Pará**: um estudo sobre as políticas públicas para a reforma agrária e agricultura familiar. Belém: UFPA, 2004. (Dissertação de Mestrado).

JANCZ, C.; MARQUES, G.; NOBRE, M.; MORENO, R.; MIRANDA, R.; SAORI, S.; FRANCO, V. **Práticas feministas de transformação da economia**: autonomia das mulheres e agroecologia no Vale do Ribeira. São Paulo: SOF, 2018. 84p.

LIMA, C. S. Irmã Dorothy Mae Stang e o PDS: memória e resistência *versus* o poder do latifúndio. In: Viviane de Oliveira Barbosa, Aldina da Silva Melo (Org.). **Mulheres rurais e violência – Algumas abordagens**. São Luís: EDUFMA, 2015. p. 37-67.

LOURENÇO, L. **Marcha das Margaridas**: desafio, aos 15 anos, é fim da violência contra a mulher. 2015. Disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-08/marcha-das-margaridas-desafio-aos-15-anos-e-fim-da-violencia-contr>. Acesso em 22 de janeiro de 2017.

MANESCHY, M. C.; SIQUEIRA, D.; ÁLVARES, M. L. M. Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento. **Estudos Feministas**. Florianópolis, 20 (3): 384, setembro-dezembro/2012.

MANN, P. H. **Métodos de investigação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar. 1970.

MARIN, R. E. A. Perfil de mulher camponesa no sudeste do Pará. **Papers do NAEA** Nº 108. Belém: NAEA/UFPA, 1998. 15p.

MATOS, M. I.; BORELLI, A. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Org.). **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. 126-147p.

MELO, H. P. de; CAPPELIN, P.; CASTRO, E. G. de. Agricultura familiar nos assentamentos rurais: nas relações entre as mulheres e os homens – O caso do Pontal de Paranapanema. In: Adriana L. Lopes, Andrea Butto Zarzar (Org.). **Mulheres na reforma agrária – a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2010. p. (Nead Debate; 14). p. 81-151.

MICHELAT, G. Sobre a utilização de entrevista não diretiva em sociologia. In: THIOLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 5ª ed. São Paulo: Polis, 1987. p. 191-212.

MIRANDA, J. R. da S. **A Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES): a Copserviços no sudeste do Pará**. Viçosa, MG: UFV, 2008. (Dissertação de Mestrado).

MOREIRA, C. C. S.; MANESCHY, M. C. A.; ÁLVARES, M. L. M. “**Chega de ser rabo e vamos ser cabeça**”: identificando entraves e estratégias de participação sociopolítica das mulheres rurais. 18º REDOR: UFRPE. 2014. 2130-2144p.

MOTTA-MAUÉS, M. A. “**Trabalhadeiras**” e “**Camarados**”: relações de gênero, simbolismo e ritualização numa comunidade amazônica. Belém: Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFPA. 1993. 228 p.

MOURÃO, P. de L. **Um olhar de gênero sobre a reconstrução da agricultura em Abaetetuba, Pará**. Belém, PA: UFPA. Centro Agropecuário: Embrapa Amazônia Oriental, 2004 (Dissertação de Mestrado).

NOBRE, M. Relações de gênero e agricultura familiar. In: NOBRE, M.; FARIA, N.; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Feminismo e Lutas das Mulheres: análise e debates**. São Paulo. SOF, 2005. 39-50p.

OLIVEIRA, M. M. de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 6 Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

OLIVEIRA, R. C. **O trabalho do antropólogo**. 2. Ed. Brasília: Paralelo 15, São Paulo: UNESP, 2000.

PAULILO, M. I. S. Movimento das mulheres agricultoras e os muitos sentidos da “igualdade de gênero”. In: Bernardo Mançano Fernandes, Leonilde Servolo de Medeiros, Maria Ignez Paulilo (orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**, v.2: a

diversidade das formas das lutas no campo. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 179-201.

PEREIRA, A. dos R. **Do posseiro ao sem-terra: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará.** Recife: Editora UFPE, 2015. 386p.

PETIT, P. **Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964.** Belém: Paka-Tatu, 2003.

PIMENTA, S. D. C. Participação, Poder e democracia: mulheres trabalhadoras no sindicalismo rural. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 10. **Anais...** Florianópolis, v.1. 2013.

PISCITELLI, A. Gênero: a história de um conceito. ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José (Org.), **Diferenças, igualdades.** São Paulo: Berlendis & Vertecchia. 2009. p. 116-149.

PRADO, D.; SANEMATSU, M. Femicídio: #InvisibilidadeMata. In: Débora Prado, Marisa Sanematsu (Org.). **As taxas brasileiras são alarmantes.** Fundação Rosa Luxemburg. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2017.

ROMANO, J. O. Empoderamento: recuperando a questão do poder no combate à pobreza. In: ROMANO, Jorge O.; ANTUNES, Marta. In: **Empoderamento e direitos no combate à pobreza.** Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002. p. 09-20.

ROMANO, J. O. ANTUNES, M. Introdução ao debate sobre empoderamento e direitos no combate à pobreza. In: ROMANO, Jorge O.; ANTUNES, Marta. In: **Empoderamento e direitos no combate à pobreza.** Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002. p. 05-08.

ROSA, M. V. de F. P. do C.; ARNOLDI, M. A. G. C. **A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismo para validação dos resultados.** 1ª Ed. 1ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

ROSALDO, M. Z.; LAMPHERE, L. Introdução. In: **A mulher, a cultura e a sociedade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979. p. 17-32.

ROSALDO, M. Z. A mulher, a cultura e a sociedade: uma revisão teórica. In: **A mulher, a cultura e a sociedade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979. p. 33-64.

ROWLANDS, J. Questioning Empowerment. Oxford: OXFAM, 1997.

SALES, C. de M. V. Mulheres jovens rurais: marcando seus espaços. In: Parry Scott, Rosineide Cordeiro e Marilda Menezes (orgs.). **Gênero e geração em contextos rurais.** Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010. p. 423-448.

SCHWENDLER, S. F. A participação da mulher na luta pela terra: dilemas e conquistas. In: Bernardo Mançano Fernandes, Leonilde Servolo de Medeiros, Maria Ignez Paulilo (orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, v.2: a diversidade das formas das lutas no campo.** São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 203-221.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre: Ed. da UFRGS, v. 16, n. 2, p.5-22, 1990.

SEN, A. K. A condição de agente das mulheres e a mudança social. In: **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 220-235.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. / Emma Siliprandi. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015. 352 p.

SILVA, M. E. P. da. **Socialização de agricultoras no movimento de mulheres do Nordeste Paraense**. Belém, PA: UFPA. Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural: Embrapa Amazônia Oriental, 2008 (Dissertação de Mestrado).

SOIHET, R. A conquista do espaço público. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Org.). **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. 218-237p.

TOLEDO, C. **Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide**. São Paulo: Editora Xamã, 2001. 126 p.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ. **Lei “Maria da Penha”/ Da Lei à Prevenção e Proteção/ Tribunal de Justiça do Estado do Pará**. Coordenadoria Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – Belém, 2012.

**APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA (CAMPO EXPLORATÓRIO)****ROTEIRO DE ENTREVISTA****NOME:** \_\_\_\_\_**IDADE:** \_\_\_\_\_ **NATURALIDADE:** \_\_\_\_\_**ENTIDADES QUE TRABALHOU:** \_\_\_\_\_**FORMAÇÃO:** \_\_\_\_\_**DATA DA ENTREVISTA:** \_\_\_\_\_ **INÍCIO:** \_\_\_\_\_ **FIM:** \_\_\_\_\_**LOCAL DA ENTREVISTA:** \_\_\_\_\_**IMPRESSÕES:** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

1. Falar da trajetória de vida.
2. Como iniciou a luta pelas mulheres? Em que local e em que movimento? O que a motivou?
3. Quais pontos importantes que destaca?
4. Quais pontos importantes que destaca na luta das mulheres em Marabá? Acontecimentos e lideranças importantes?
5. Principais entraves e dificuldades enfrentados pelas mulheres no seu cotidiano, e em particular as mulheres rurais (se tiver experiência).
6. Conquistas das mulheres.
7. Desafios das mulheres.
8. Nos lugares onde trabalhou, você se sentiu discriminada por ser mulher? Como reagiu?
9. Perspectivas para o futuro em relação à luta das mulheres.



**APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA MULHERES DIRIGENTES DO  
STTR DE MARABÁ**

**ROTEIRO DE ENTREVISTA**

**NOME:** \_\_\_\_\_

**IDADE:** \_\_\_\_\_ **NATURALIDADE:** \_\_\_\_\_

**ENDEREÇO:** \_\_\_\_\_

**NIVEL DE ESCOLARIDADE:** \_\_\_\_\_

**ESTADO CIVIL:** \_\_\_\_\_ **TEM FILHOS:** \_\_\_\_\_

**DIRIGENTE DO STTR:** \_\_\_\_\_ **RELIGIÃO:** \_\_\_\_\_

**DATA DA ENTREVISTA:** \_\_\_\_\_ **INÍCIO:** \_\_\_\_\_ **FIM:** \_\_\_\_\_

**LOCAL:** \_\_\_\_\_

**IMPRESSÕES:** \_\_\_\_\_

1. Falar da trajetória de vida.
2. Quando se filiou ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Marabá (STTR de Marabá)? Como ou através de quem se filiou ao STTR?
3. Participa de alguma outra forma de organização social ou órgão de representação política? Que tipo?
4. Você considera que houve alguma mudança em sua vida após a filiação? Qual?
5. O que o seu marido/filho acha da sua participação no sindicato? Houve alguma mudança na sua relação com seu cônjuge após sua filiação/participação no sindicato?
6. Na sua opinião, a participação dos homens e das mulheres é igual no sindicato? Como assim?
7. Como você vê a participação dos homens nas reuniões que contam com muitas mulheres presentes?
8. Como você vê a participação dos homens durante as reuniões conduzidas por mulheres?
9. Como você vê a participação das mulheres durante as reuniões conduzidas por mulheres?
10. Como você vê a sua contribuição para a sua família ter uma vida melhor?
11. Quem administra a renda na sua família? Qual sua renda pessoal/familiar?

12. Na sua opinião, o que é mais importante para uma mulher poder decidir sobre sua própria vida?
13. Quais pontos importantes que você destaca na luta do STTR de Marabá? As mulheres participaram desses eventos?
14. Quais as conquistas específicas das mulheres filiadas ao STTR de Marabá?
15. Quais os principais entraves e dificuldades enfrentados pelas mulheres no seu cotidiano e nas atividades do STTR de Marabá? Você se sentiu discriminada por ser mulher?
16. Caso seja mencionado algum tipo de violência doméstica: já fez alguma denúncia das agressões? Se não fez, por quê?
17. Quais os desafios das mulheres do STTR de Marabá?
18. Quais as perspectivas para o futuro em relação à luta das mulheres?

**APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA MULHERES ASSESSORAS  
TÉCNICAS AO STTR DE MARABÁ**

**ROTEIRO DE ENTREVISTA**

**NOME:** \_\_\_\_\_

**IDADE:** \_\_\_\_\_ **NATURALIDADE:** \_\_\_\_\_

**ENDEREÇO:** \_\_\_\_\_

**NIVEL DE ESCOLARIDADE:** \_\_\_\_\_

**ESTADO CIVIL:** \_\_\_\_\_ **TEM FILHOS:** \_\_\_\_\_

**RELIGIÃO:** \_\_\_\_\_

**ENTIDADES EM QUE ATUOU:** \_\_\_\_\_

**DATA DA ENTREVISTA:** \_\_\_\_\_ **INÍCIO:** \_\_\_\_\_ **FIM:** \_\_\_\_\_

**LOCAL:** \_\_\_\_\_

**IMPRESSÕES:** \_\_\_\_\_

1. Falar da trajetória de vida.
2. Como iniciou a assessoria/luta pelas mulheres? Em que local e em que movimento? O que a motivou?
3. Quando passou a assessorar o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Marabá (STTR de Marabá)? Em que gestão?
4. Na sua opinião, a participação dos homens e das mulheres é igual no sindicato? Como assim?
5. Quais pontos importantes que você destaca na luta do sindicato? As mulheres participaram desses eventos?
6. Quais as conquistas específicas das mulheres filiadas ao sindicato?
7. Quais os principais entraves e dificuldades enfrentados pelas mulheres no seu cotidiano e nas atividades do sindicato?
8. Nos lugares onde trabalhou, você se sentiu discriminada por ser mulher? Como reagiu?
9. Quais os desafios das mulheres do sindicato?
10. Quais as perspectivas para o futuro em relação à luta das mulheres?

**APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA HOMENS DIRIGENTES  
(ATUAIS E EX DIRIGENTES) DO STTR DE MARABÁ**

**ROTEIRO DE ENTREVISTA**

**NOME:** \_\_\_\_\_

**IDADE:** \_\_\_\_\_ **NATURALIDADE:** \_\_\_\_\_

**ENDEREÇO:** \_\_\_\_\_

**NIVEL DE ESCOLARIDADE:** \_\_\_\_\_

**ESTADO CIVIL:** \_\_\_\_\_ **TEM FILHOS:** \_\_\_\_\_

**RELIGIÃO:** \_\_\_\_\_

**DATA DA ENTREVISTA:** \_\_\_\_\_ **INÍCIO:** \_\_\_\_\_ **FIM:** \_\_\_\_\_

**LOCAL:** \_\_\_\_\_

**IMPRESSÕES:** \_\_\_\_\_

1. Qual função/cargo que exerce (exerceu) no STTR de Marabá?
2. Quando se filiou ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Marabá (STTR de Marabá)? Como ou através de quem se filiou ao STTR?
3. Quais pontos importantes que você destaca na luta do STTR de Marabá? As mulheres participaram desses eventos?
4. Na sua opinião, a participação das mulheres na gestão do STTR de Marabá é importante? Como você avalia essa participação?
5. Fale sobre a política de cotas ou outras referentes às mulheres que tem sido adotada pela organização. Quais os cargos que as mulheres têm ocupado na organização?
6. Você percebe alguma dificuldade enfrentada pelas mulheres no seu cotidiano e nas atividades do STTR de Marabá? Quais?
7. Existe alguma conquista específica das mulheres filiadas ao STTR de Marabá? Qual?
8. Quais os desafios das mulheres filiadas ao STTR de Marabá?

**APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA HOMENS ASSESSORES  
TÉCNICOS AO STTR DE MARABÁ**

**ROTEIRO DE ENTREVISTA**

**NOME:** \_\_\_\_\_

**IDADE:** \_\_\_\_\_ **NATURALIDADE:** \_\_\_\_\_

**ENDEREÇO:** \_\_\_\_\_

**NIVEL DE ESCOLARIDADE:** \_\_\_\_\_

**ESTADO CIVIL:** \_\_\_\_\_ **TEM FILHOS:** \_\_\_\_\_

**RELIGIÃO:** \_\_\_\_\_

**ENTIDADES EM QUE ATUOU:** \_\_\_\_\_

**DATA DA ENTREVISTA:** \_\_\_\_\_ **INÍCIO:** \_\_\_\_\_ **FIM:** \_\_\_\_\_

**LOCAL:** \_\_\_\_\_

**IMPRESSÕES:** \_\_\_\_\_

1. Falar da trajetória de vida.
2. Como iniciou a assessoria/luta pelas mulheres? Em que local e em que movimento? O que o motivou?
3. Quando passou a assessorar o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Marabá (STTR de Marabá)?
4. Em sua opinião, a participação dos homens e das mulheres é igual no sindicato? Como assim?
5. Quais pontos importantes que você destaca na luta do sindicato? As mulheres participaram desses eventos?
6. Quais as conquistas específicas das mulheres filiadas ao sindicato?
7. Quais os principais entraves e dificuldades enfrentados pelas mulheres no seu cotidiano e nas atividades do sindicato?
8. Quais os desafios das mulheres do sindicato?
9. Quais as perspectivas para o futuro em relação à luta das mulheres?

**APÊNDICE F – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA PRESIDENTE ESTADUAL DA  
FETAGRI**

**ROTEIRO DE ENTREVISTA**

**NOME:** \_\_\_\_\_

**IDADE:** \_\_\_\_\_ **NATURALIDADE:** \_\_\_\_\_

**ENDEREÇO:** \_\_\_\_\_

**NIVEL DE ESCOLARIDADE:** \_\_\_\_\_

**ESTADO CIVIL:** \_\_\_\_\_ **TEM FILHOS:** \_\_\_\_\_

**RELIGIÃO:** \_\_\_\_\_

**DATA DA ENTREVISTA:** \_\_\_\_\_ **INÍCIO:** \_\_\_\_\_ **FIM:** \_\_\_\_\_

**LOCAL:** \_\_\_\_\_

**IMPRESSÕES:** \_\_\_\_\_

1. Falar da trajetória de vida.
2. Quando se filiou ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais?  
Como ou através de quem se filiou ao STTR?
3. Participa de alguma outra forma de organização social ou órgão de representação política? Que tipo?
4. Você considera que houve alguma mudança em sua vida após a filiação ao sindicato? Qual? E após assumir cargo na FETAGRI?
5. O que o seu marido/filho acha da sua participação no movimento sindical?  
Houve alguma mudança na sua relação com seu cônjuge após sua filiação/participação no sindicato?
6. Na sua opinião, a participação dos homens e das mulheres é igual no sindicato?  
Como assim?
7. Como você vê a participação dos homens nas reuniões que contam com muitas mulheres presentes?
8. Como você vê a participação dos homens durante as reuniões conduzidas por mulheres?
9. Como você vê a participação das mulheres durante as reuniões conduzidas por mulheres?
10. Como você vê a sua contribuição para a sua família ter uma vida melhor?
11. Quem administra a renda na sua família? Qual sua renda pessoal/familiar?
12. Na sua opinião, o que é mais importante para uma mulher poder decidir sobre sua própria vida?
13. Quais pontos importantes que você destaca na luta dos sindicatos e da FETAGRI? As mulheres participaram desses eventos?
14. Quais as conquistas específicas das mulheres filiadas aos sindicatos e à FETAGRI?

15. Quais os principais entraves e dificuldades enfrentados pelas mulheres no seu cotidiano e nas atividades da FETAGRI? Você se sentiu discriminada por ser mulher?
16. Caso seja mencionado algum tipo de violência doméstica: já fez alguma denúncia das agressões? Se não fez, por que?
17. Quais os desafios das mulheres da FETAGRI?
18. Quais as perspectivas para o futuro em relação à luta das mulheres.

## APÊNDICE G – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**EMBRAPA AMAZÔNIA ORIENTAL**  
**NÚCLEO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E DESENVOLVIMENTO RURAL**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRICULTURAS AMAZÔNICAS**  
*Curso de Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável – MAFDS*

### TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu, \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, os pesquisadores (Pesquisadora: LUCIANA MOREIRA DOS REIS, Orientador: Prof. Dr. GUTEMBERG ARMANDO DINIZ GUERRA) da dissertação de mestrado intitulada “Empoderamento de mulheres no sindicalismo rural de Marabá-PA” a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

Marabá – PA, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

---

**Pesquisadora responsável**

---

**Sujeito da Pesquisa**



## ANEXO A – ATA DE ELEIÇÃO E POSSE DA ATUAL DIRETORIA DO STTR DE MARABÁ (PÁGINA 01)



**SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE MARABÁ.** Endereço: Rua 7 de Junho N° 1462 CEP: 68500-300- Centro- Marabá(PA) - Estado do Pará. Reconhecido pelo Ministério do Trabalho em : 10/12/1984. CNPJ:05.321.484/0001-94 Email:sttrmarabá@hotmail.com



**Ata de Eleição e Posse do VI Congresso do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Marabá/PA – realizado no dia 01 a 03 de junho de 2015, realizado na Fundação Agrária do Tocantins Araguaia localizada na Rodovia Transamazônica KM 09 sentido Itupiranga- Marabá(PA).**

Aos primeiro dia do mês de junho de dois mil e quinze teve início da abertura do VI Congresso do Sindicato de Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Município de Marabá (PA), realizado na Fundação Agrária do Tocantins Araguaia localizada na Rodovia Transamazônica KM 09 sentido Itupiranga Marabá(PA). Nas primeiras horas houve o credenciamento dos delegados e delegadas, posteriormente as 15:00 horas da tarde o presidente em exercício o Sr. José Maria Martins Cajueiro fez a abertura das atividades dando boas vindas aos delegados/as. Na ocasião o mesmo passou a palavra ao Sr. Willamisson Lima que passou a coordenar as atividades que fez a composição da mesa de abertura que estiveram presente: Sr. Antonio Gomes- Coordenador da FETAGRI Regional que falou da importância do momento onde a categoria deve pautar, questionar e propor o rumo do STTR para os próximos quatro anos e que cada um tem o papel fundamental pois representa uma base.

**Jose Batista Afonso: CPT:** Fala da importância dos trabalhadores/as em discutir os rumos da organização uma vez que a luta do movimento sindical foi fundamental para as conquistas que se tem nessa região, a luta pela terra foi feita pelos trabalhadores. **Dirceu Tem Caten/ Dep Estadual:** Agradecer o convite parabeniza a diretoria e os trabalhadores/as rurais, momento importante da conjuntura política, São notório a mudanças ocorridas no governo mais muito há o que conquistar, pois ainda muitos trabalhadores morrem na luta pela terra e as pautas ainda são as 12 anos atrás. **Antoninho FECAT:** Os trabalhadores conquistaram muita coisa mais precisa avançar mais pois a reforma agrária não é so a terra mais educação, crédito. Precisamos avançar na questão da organização da produção.

**João Batista Delmondes- vereador de nova Ipixuna-Pa:** Esperamos que o congresso avance mais do que eleger uma diretoria. Antes o acesso era a terra. **Antonia Carvalho/ vereadora de Marabá-Pa;** Temos que voltar para o debate e fortalecer a produção. Precisamos esta cobrando os parlamentares.

**Eudério- Superintendente do Incra SR 27 Regional Sudeste:** Vivenciamos um momento de corte e isso impacta. Temos uma mulher que veio conhecer a realidade e a gente fez um dialogo com os movimentos sociais que se mostrou mais audaciosa e humilde, o nosso dialogo e permanente com os movimento e buscar resolver da melhor forma possível. **João do PT Sec. Política Agrária da FETAGRI/PA;** Falou dos desafios da Agricultura Familiar e do conjunto de trabalhadores que continuam morrendo pela ação do latifúndios e dos grandes projetos que disputam cotianamente. **Luiz Carlos/Vice Prefeito de Marabá-Pa:** Como melhorar a agricultura familiar, toda a diretoria deve participar e pensar um rede que potencialize a agricultura familiar regional **Milton Zimmer/ Presidente do PT/PA:** falou da importância dos trabalhadores organizados e dos desafios da produção, pautada no processo de comercialização pelo um processo cooperativo. **Jassei Alves Fernandes- CUT Nacional.** Que falou da importância do congresso, falou dos desafios organizativos e do papel de cada um na luta de direitos da categoria. Por ultimo foi passado a palavra ao Sr. **Francisco de Assis Solidade da Costa- Presidente da FETAGRI/PA** que após falar sobre o desafios postos para o conjunto de trabalhadores rurais, afirmou que o congresso é um momento importante que cada associado deve participar e que precisa fazer uma reflexão sobre a necessidade da mudança dos estatutos. Ainda na tarde teve uma mesa de analise conjuntural **Jassei Alves Fernandes- CUT Nacional** mediado pelo Sr. **Francisco de Assis Solidade da Costa- Presidente da FETAGRI/PA,** na ocasião o convidado discutiu sobre Falaram dos desafios do movimento sindical no Brasil e na região suas conquista que foi a organizada com e pelo povo. Ainda na conjuntura politica foi evidenciado os



## ANEXO A – ATA DE ELEIÇÃO E POSSE DA ATUAL DIRETORIA DO STTR DE MARABÁ (PÁGINA 02)



**SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE MARABÁ.** Endereço: Rua 7 de Junho N° 1462 CEP: 68500-300- Centro- Marabá (PA) - Estado do Pará. Reconhecido pelo Ministerio do Trabalho em : 10/12/1984  
 Email: sttrmarabá@hotmail.com  
 C.P.J.: 05.321.484/0001-94

avanços para a sociedade e principalmente para os trabalhadores rurais que conquistaram a terra, inúmeras políticas públicas (Crédito, educação, infra-estrutura) uma conquista cotidiana do movimento sindical. Ainda em continuidade pautaram a necessidade de avançar na luta e para que a agricultura tenha mais incentivos para o seguimento. Na conjuntura política nacional e ainda falou que sobre a corrupção, na primeira vez no país vimos engratados indo para a prisão diferente de antes que só negro e pobre ia para a cadeia, há uma inversão. Falaram que o conflito da luta pela terra houveram muitas perdas isso precisa ser lembrado, os desafios dos grandes projetos que impactam na região precisa ser debatido. Por fim a saída para os desafios atuais e investir na formação e capacitação para avançar e entender os acontecimentos ou a organização vai diminuir. Dia 02 de Junho 2015 pela manhã foi eleita uma comissão para conduzir o processo eleitoral, no período da tarde foi apresentado a assembleia a prestação de contas de 2014 e aprovada por unanimidade. Dia 03 de junho 2015 as 11:50 a comissão eleitoral retorna ao plenário para relatar que houveram 02 (duas) chapas para concorrer ao VI Congresso do STTR de Marabá quais os participantes são: **CHAPA 01°: Presidente:** José Maria Martins Cajueiro,; **Vice Presidente:** Gilberto Cavalcante da Silva; **Secretaria Geral Formação e Organização Sindical:** Josélio Rodrigues de Almeida; **Secretaria de Administração, Finanças e Assalariados/as Rurais:** Newton Fernandes da Silva,; **Secretaria de Política Agrária Agrícola e Meio Ambiente:** Orlando Alves da Luz,; **Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais:** Maria Aldenir R. da Silva,; **Secretaria de Políticas Sociais:** Quêzia Braveres de Caldas; **Secretaria de Jovens Trabalhadores/as Rurais:** Lucivaldo Santos da Silva; **Secretaria de Trabalhadores/as da Terceira Idade:** Nazilda Alves da Costa; **01° Suplente da Diretoria Executiva:** Jocemir Silva de Jesus; **02° Suplente da Diretoria Executiva:** João Ribeiro da Silva; **03° Suplente da Diretoria Executiva:** Ubiratan Gomes da Silva; **01° Conselho Fiscal Efetivo:** Ronildo Chaves Pedroza Timoteo; **02° Conselho Fiscal Efetivo:** Francisco Césarino Moreira; **03° Conselho Fiscal Efetivo:** Gonçalo Gomes de Araújo,; **01°. Conselho Fiscal Suplente:** Tatiana Oliveira Sales; **02°. Conselho Fiscal Suplente:** Kaline Gomes dos Santos; **03°. Conselho Fiscal Suplente:** Cirlene dos Santos Ribeiro; **CHAPA 02° Presidente:** Antonio Carlos Gomes da Silva; **Vice Presidente:** Irisfran Brito da Costa; **Secretaria Geral Formação e Organização Sindical:** Maria Dalva Nascimento Pereira; **Secretaria de Administração, Finanças e Assalariados/as Rurais:** José Amujaci Serrano da Silva; **Secretaria de Política Agrária Agrícola e Meio Ambiente:** Luiz Ribeiro de Azevedo Filho; **Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais:** Maria Eva Martins; **Secretaria de Políticas Sociais:** Maria Lindalva Gomes de Matos; **Secretaria de Jovens Trabalhadores/as Rurais:** Elzilene Barros dos Santos; **Secretaria de Trabalhadores/as da Terceira Idade:** Geraldo Martins Pereira; **01° Suplente da Diretoria Executiva:** Maria Raimunda Barbosa; **02° Suplente da Diretoria Executiva:** Francisco Oliveira; **03° Suplente da Diretoria Executiva:** Ivanilde de Jesus Sá; **01° Conselho Fiscal Efetivo:** José Domingos Lima de Souza; **02° Conselho Fiscal Efetivo:** Marilene Silva de Jesus; **03° Conselho Fiscal Efetivo:** Eliza Gonzaga da Silva; **01° Conselho Fiscal Suplente:** Raimundo Sousa da Silva; **02°. Conselho Fiscal Suplente:** Adão Conceição Gonçalves; **03°. Conselho Fiscal Suplente:** Zilda Nunes Ferreira. Após o almoço em continuação as atividades para o início da votação, foi apresentado da cada chapa concorrente, e fala de dez minutos para cada representante da chapa. Após o processo de votação a comissão eleitoral falou que estavam hábitos a votar 152 delegados, porém votaram 145 faltando 07 pessoas. Todo o processo de apuração foi realizado contando voto a voto em plenária tendo o seguinte resultado: **Chapa 01: 118 votos Chapa 02: 26 votos tendo 02 votos brancos, nulo 0,** sendo eleita a chapa 01 com os seguintes diretores para o mandato de 21 de Junho 2015 a 21 de Junho 2019: **Presidente:** José Maria Martins Cajueiro, RG: 2744131 SSP/PA, CPF: 564.773.252-68, agricultor, casado, residente na ocupação Lajedo- CEP: 68500-000/ Zona Rural de Marabá; **Vice Presidente:** Gilberto Cavalcante da Silva RG: 4949324 CPF: 151.190.762-20; Agricultor, solteiro, Ocupação Castanha Lajedo, CEP: 68500-000/ Zona Rural de Marabá; **Secretaria Geral Formação e Organização Sindical:** Josélio Rodrigues de Almeida RG: 1634283, CPF: 622.747.752-49; Agricultor, Casado, PA Cinturão Verde I CEP: 68500-300/ Zona Rural de Marabá; **Secretaria de Administração, Finanças e Assalariados/as Rurais:** Newton Fernandes da Silva, RG: 4950589,



## ANEXO A – ATA DE ELEIÇÃO E POSSE DA ATUAL DIRETORIA DO STTR DE MARABÁ (PÁGINA 03)



**SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE MARABÁ.** Endereço: Rua 7 de Junho N° 1462 CEP: 68500-300- Centro, Marabá(PA) - Estado do Pará. Reconhecido pelo Ministério do Trabalho em : 10/12/1984. CNPJ: 05.321.484/0001-94. Email: sttrmarabá@hotmail.com

CPF:828.571.162-87, Agricultor, Solteiro residente na Rua Manoel Moura Quadra: 286, Lote: 01, CEP: 68500-000/ Bairro da Paz- Marabá(PA); **Secretaria de Política Agrária Agrícola e Meio Ambiente:** Orlando Alves da Luz, RG:5771604, CPF: 197.996.402-53, Agricultor, Casado, residente na ocupação Tibiriça-CEP: 68500-000/ Zona Rural de Marabá(PA); **Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais:** Maria Aldenir R. da Silva, RG:3074708 CPF: 131.549.742-53, Agricultora, residente no PA Burgo, CEP: 68500-000/ Zona Rural de Marabá(PA); **Secretaria de Políticas Sociais:** Quézia Braveres de Caldas, RG:7404142, CPF: 977.598.562-53, Agricultora, Casada residente no Acampamento Nossa Senhora Aparecida; CEP: 68500-000/ Zona Rural de Marabá(PA); **Secretaria de Jovens Trabalhadores/as Rurais:** Lucivaldo Santos da Silva, RG:4948086, CPF:857.379.172-15, Agricultor, solteiro, residente PA Pedro Marabá CEP: 68500-000/ Zona Rural de Marabá(PA); **Secretaria de Trabalhadores/as da Terceira Idade:** Nazilda Alves da Costa, RG: 4270269, CPF: 156.542.302-04, Agricultora, divorciada, residente no PA Belo Vale CEP: 68500-000/ Zona Rural de Marabá(PA); **01° Suplente da Diretoria Executiva:** Jocemir Silva de Jesus, RG:1815920, CPF: 402.327432-15, Agricultor, casado, residente no PA Nova Esperança, CEP: 68500-000/ Zona Rural de Marabá(PA); **02° Suplente da Diretoria Executiva:** João Ribeiro da Silva, RG:1591085, CPF:278.764.112-15, Agricultor, casado, residente PA Carajás Tamboril, CEP: 68500-000/ Zona Rural de Marabá(PA); **03° Suplente da Diretoria Executiva:** Ubiratan Gomes da Silva, RG:1936295, CPF: 376.577.987-20, Agricultor, solteiro, residente no PA Nova Vida, CEP: 68500-000/ Zona Rural de Marabá(PA); **01° Conselho Fiscal Efetivo:** Ronildo Chaves Pedroza Timoteo RG:4510300, CPF:826.103.942-53; **02° Conselho Fiscal Efetivo:** Francisco Césarior Moreira, RG: 5926269, CPF: 222.002.822-49, Agricultor, Solteiro, residente PA Piquiá, CEP: 68500-000/ Zona Rural de Marabá(PA); **03° Conselho Fiscal Efetivo:** Gonçalo Gomes de Araújo, RG:5255091, CPF: 268.678.691-49, Agricultor, casado, residente na ocupação Pinheira, CEP: 68500-000/ Zona Rural de Marabá(PA); **01°. Conselho Fiscal Suplente:** Tatiana Oliveira Sales, RG: 6295734, CPF: 010.098.302-28, Agricultora, Solteira, residente no Acampamento Ana Carina, CEP: 68500-000/ Zona Rural de Marabá(PA); **02°. Conselho Fiscal Suplente:** Kaline Gomes dos Santos, RG: 7351032, CPF: 031.679.432-54, Agricultora, Solteira, residente no Acampamento Nossa Senhora Aparecida, CEP: 68500-000/ Zona Rural de Marabá(PA); **03°. Conselho Fiscal Suplente:** Cirlene dos Santos Ribeiro, RG: 4947950, CPF: 799.802.792-49, Agricultora, Solteira, residente no PA Piquiá, CEP: 68500-000/ Zona Rural de Marabá(PA). Finalizado o momento de anúncio da diretoria eleita foi dado a palavra para cada um dos representantes da chapas concorrentes e chapa eleita para que os mesmos pudessem fazer suas considerações. Posteriormente foi chamado a diretoria eleita onde a mesma foi empossada para o mandato de quatro anos a contar de 21 de junho de 2015 a 21 de junho de 2019. Sem mais a relatar e encerrado os trabalhos assinam a ata todos os membros da diretoria eleita do Sindicato de Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Município de Marabá

*José Maria Martins Cajueiro*  
José Maria Martins Cajueiro

**Presidente.**

*Gilberto Cavalcante da Silva*  
Gilberto Cavalcante da Silva

**Vice Presidente**

*Josefina Rodrigues de Almeida*  
Josefina Rodrigues de Almeida  
Sec. Geral, Formação e Organização Sindical

*Newton Fernandes da Silva*  
Newton Fernandes da Silva  
Sec. de Administração, Finanças e Assalariados/as Rurais

*Orlando Alves da Luz*  
Orlando Alves da Luz  
Sec. de Política Agrária Agrícola e Meio Ambiente

*Quézia Braveres de Caldas Lima*  
Quézia Braveres de Caldas;  
Sec. de Políticas Sociais

*Nazilda Alves da Costa*  
Nazilda Alves da Costa  
Sec. De 3ª Idade

*Maria Aldenir R. da Silva*  
Maria Aldenir R. da Silva  
Sec. De Mulheres

*Lucivaldo Santos da Silva*  
Lucivaldo Santos da Silva  
Sec. Jovens.

## ANEXO A – ATA DE ELEIÇÃO E POSSE DA ATUAL DIRETORIA DO STTR DE MARABÁ (PÁGINA 04)



**SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE MARABÁ.** Endereço: Rua 7 de Junho Nº 1462 CEP: 68500-300- Centro- Marabá(PA) - Estado do Pará. Reconhecido pelo Ministerio do Trabalho em : 10/12/1984. CNPJ:05.321.484/0001-94 Email:sttrmarabá@hotmail.com

<p><i>Jocemir Silva de Jesus</i>  <b>Jocemir Silva de Jesus</b>                  01º Suplente da Diretoria Executiva</p>	<p><i>João Ribeiro da Silva</i>  <b>João Ribeiro da Silva</b>                  02º Suplente da Diretoria Executiva</p>	<p><i>Ubiratan Gomes da Silva</i>  <b>Ubiratan Gomes da Silva</b>                  03º Suplente da Diretoria Executiva</p>
<p><i>Ronildo Chaves Pedroza Timoteo</i>  <b>Ronildo Chaves Pedroza Timoteo</b>                  01º Conselho Fiscal Efetivo</p>	<p><i>Francisco César Moreira</i>  <b>Francisco César Moreira</b>                  02º Conselho Fiscal Efetivo</p>	<p><i>Gonçalo Gomes de Araújo</i>  <b>Gonçalo Gomes de Araújo</b>                  3º Conselho Fiscal Efetivo</p>
<p><i>Tatiana Oliveira Sales</i>  <b>Tatiana Oliveira Sales</b>                  01º. Conselho Fiscal Suplente</p>	<p><i>Kaline Gomes dos Santos</i>  <b>Kaline Gomes dos Santos</b>                  02º. Conselho Fiscal Suplente</p>	<p><i>Cirlene dos Santos Ribeiro</i>  <b>Cirlene dos Santos Ribeiro</b>                  03º. Conselho Fiscal Suplente</p>



**TABELIONATO ELVINA SANTIS**

Folha 32 - Quadra 07 - Lote 17-A - Nova Marabá  
 CEP 68508-070 - Marabá - PA  
 Fones: (94) 3321-1479 / 3322-3063 / 3322-2841  
 E-mail: cartorio2maraba@hotmail.com

Registro de Pessoa Jurídica  
 Tabelionato Elvina Santis - 2º Ofício

Protocolado sob nº 00011111 no Livro nº A-15  
 Registrado sob nº 00008795 no Livro nº A-68  
 Selo(s) Utilizado(s): H004433556, H004433557


*Alberto Santis*  
 Marabá-Pa, 22/07/2015 - Alberto Santis Filho-Oficial  
 Idemia Chaves, Erivanildo Santis, Luzia de F. F. Santis, Adilz de C. Santis.  
 Edilmar Belar B. Nunes - Tabelião

Tribunal de Justiça do Estado do Pará

INSTRUMENTO COM



## ANEXO B – CARTA SINDICAL DO STTR DE MARABÁ (FRENTE)



MINISTERIO DO TRABALHO  
M.T.B.

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO

nos termos da legislação em vigor,  
outorga a presente

# CARTA SINDICAL

ao Sindicato DOS TRABALHADORES RURAIS DE MARABÁ

com sede em MARABÁ

município de MARABÁ

Estado DE PARÁ

e base territorial NO MUNICÍPIO DE MARABÁ

aprovando os seus Estatutos sociais e reconhecendo-o  
como órgão representativo DA CATEGORIA PROFISSIONAL-  
TRABALHADORES RURAIS- INTEGRANTE DO PLANO DA CONFEDERA-  
ÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA.

Brasília, 10 de dezembro de 1984

  
MINISTRO DO TRABALHO

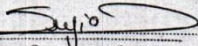


## ANEXO B – CARTA SINDICAL DO STTR DE MARABÁ (VERSO)

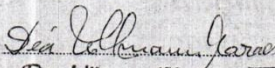
MTB. 24.000.010243/84

Registrada no Livro N.º 35 a fls. 72

Brasília, 04 de outubro de 1984.

  
Sergio Alves de Abreu

Coordenador CAOCS

  
Dia Ullmann Maracá

Subsecretária de Assuntos Sindicais